



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**ÍISIS ESTEVES RUFFO**

**MORAL NATURALIZADA**

Belo Horizonte  
2020

ÍSIS ESTEVES RUFFO

## **MORAL NATURALIZADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia

**Orientador:** Professor Doutor Leonardo de Mello Ribeiro

Belo Horizonte  
2020

<p>100 R925m 2020</p>	<p>Ruffo, Ísis Esteves. Moral naturalizada [manuscrito] / Ísis Esteves Ruffo. - 2020. 127 f. Orientador: Leonardo de Mello Ribeiro.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Filosofia – Teses. 2. Ética - Teses. 3. Metaética - Teses. I. Ribeiro, Leonardo de Mello. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------------------------------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA



## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA ÍISIS ESTEVES RUFFO

Realizou-se, no dia 07 de fevereiro de 2020, às 14:00 horas, na sala 3017, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Moral Naturalizada*, apresentada por ÍISIS ESTEVES RUFFO, número de registro 2017669401, graduada no curso de FILOSOFIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em FILOSOFIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Leonardo de Mello Ribeiro - Orientador (UFMG), Prof(a). Ernesto Perini Fizzera da Mota Santos (UFMG), Prof(a). Vitor Somavilla de Souza Barros (UFPB).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada, com média ..... Cem ..... (..... 100.....)


Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2020.

  
Prof(a). Leonardo de Mello Ribeiro (Doutor)

  
Prof(a). Ernesto Perini Fizzera da Mota Santos (Doutor)

  
Prof(a). Vitor Somavilla de Souza Barros (Doutor)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Moral Naturalizada**

### ÍISIS ESTEVES RUFFO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em FILOSOFIA, área de concentração FILOSOFIA, linha de pesquisa Ética.

Aprovada em 07 de fevereiro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Leonardo de Mello Ribeiro - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). Ernesto Perini Fizzera da Mota Santos  
UFMG

  
Prof(a). Vitor Somavilla de Souza Barros  
UFPB

Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2020.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor doutor Leonardo de Mello Ribeiro pela paciência e generosidade em me guiar nesta caminhada. Devo a ele os acertos que, porventura, houver neste trabalho.

Aos professores doutores Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos e Vitor Somavilla de Souza Barros que, gentilmente, aceitaram nosso convite para compor a banca examinadora.

Ao apoio financeiro que a CAPES me proporcionou por meio da bolsa de estudos concedida e pelos financiamentos para participação em congressos e eventos filosóficos. Hoje, que enfrentamos tempos sombrios, reconheço a oportunidade e o privilégio que me foi concedido, ainda mais. Sem aquele apoio financeiro teria sido impossível empreender este projeto.

À Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Fafich e à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, pela estrutura física e intelectual cedida, imprescindíveis à realização desta pesquisa.

Ao curso e ao departamento de Filosofia da Universidade Federal de São João del-Rei, em especial ao professor doutor Rogério Antonio Picoli, que me preparou para esta difícil jornada e que, mesmo agora como egressa, ainda me acolhe nas minhas dúvidas e dificuldades.

Aos meus pais, por verem valor neste trabalho.

Ao meu marido, por sonhar os meus sonhos.

Muito obrigada!

*“Tudo, aliás, é a ponta de um  
mistério, inclusive os fatos. Ou  
a ausência deles”  
Guimarães Rosa*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir o fenômeno moral por uma perspectiva naturalista, ou seja, oferecer uma explicação da moralidade que não recorra a fatos ou propriedades sobrenaturais ou de nenhum outro reino metafísico além do natural. A proposta do naturalismo ético parte, portanto, da premissa de que mesmo um fenômeno fluído como a moralidade humana pode ser entendido em termos de propriedades, relações ou fatos que figurem em descrições científicas do mundo. Ao longo do século XX, a proposta naturalista perdeu adeptos ao ser confrontada com o *argumento da questão em aberto*, objeção que mostrava que definições de tipos morais em tipos naturais não são analiticamente verdadeiras. A presente proposta metaética, contudo, desenvolve-se posteriormente a tal dificuldade como uma nova possibilidade naturalista. O *neorrealismo* moral naturalista diferencia-se de seus antecessores por adotar uma teoria semântica, característica dos tipos naturais, e que permite que algumas definições não sejam captadas semanticamente e, portanto, não sejam analiticamente verdadeiras. Neste caso, as definições oferecidas para tipos morais são verdadeiras sinteticamente e devem ser descobertas por expediente empírico e não conceitual. O *neorrealismo*, contudo, enfrenta suas próprias dificuldades; a primeira é mostrar como a semântica para tipos naturais também se aplica a tipos morais, o que envolve construir uma teoria que aproxime esses dois tipos que, ao menos inicialmente, não parecem da mesma natureza. Uma das mais relevantes objeções semânticas acerca dessa suposta dicotomia é formulada no *argumento da Terra Gêmea Moral*. A Terra Gêmea Moral mostra que nossas intuições funcionam de modos distintos quando lidamos com tipos morais e tipos naturais: Enquanto que naturalmente pensamos tipos naturais como designadores rígidos, o mesmo não parece seguir no caso dos tipos morais e, se a semântica naturalista, exige a designação rígida, então ela não é adequada para tipos morais. Existem algumas réplicas ao argumento da Terra Gêmea Moral que discutiremos neste texto, mas o principal aspecto não levado em consideração na crítica semântica é que, da forma como colocada pelo neorrealismo, tipos morais e nem mesmo tipos naturais precisam ser designadores rígidos para receberem definições naturalizadas. Os tipos morais, e uma parcela significativa dos tipos naturais, são tipos funcionais, ou seja, tipos que possuem alta plasticidade



composicional e, portanto, não precisam designar rigidamente um conjunto específico de propriedades.

**Palavras-Chave:** Ética. Metaética. Realismo Moral. Naturalismo Ético. Semântica Naturalista. Terra Gêmea Moral.

## ABSTRACT

The present work aims to present and discuss the moral phenomenon from a naturalistic perspective, that is, to offer an explanation of morality that does not resort to supernatural facts or properties or any other metaphysical realm besides the natural one. Therefore, the proposal of ethical naturalism starts from the premise that even a fluid phenomenon such as human morality can be understood in terms of properties, relationships, or facts that appear in scientific descriptions of the world. Over the course of the twentieth century, the naturalistic proposal lost its adherents in confronting the open question argument, an objection that showed that definitions of moral types in natural types are not analytically true. The present metaethical proposal, however, later develops into such difficulty as a new naturalistic possibility. Naturalistic moral *neorealism* differs from its predecessors in adopting a semantic theory, characteristic of natural kinds, which allows some definitions not to be grasped semantically and thus not to be analytically true. In this case, the definitions offered for moral kinds are synthetically true and must be discovered by empirical rather than conceptual means. *Neorealism*, however, faces its own difficulties; the first is to show how semantics for natural kinds also apply to moral kinds, which involves constructing a theory that approximates these two kinds that, at least initially, do not appear to be of the same nature. One of the most relevant semantic objections surrounding this supposed dichotomy is formulated in the *Moral Twin Earth argument*. Moral Twin Earth shows that our intuitions work in different ways when dealing with moral kinds and natural kinds: While we naturally think of natural kinds as rigid designators, the same does not seem to follow in the case of moral kinds, and if naturalistic semantics requires rigid designation, then it is not suitable for moral kinds. There are some replicas of the Moral Twin Earth argument that we will discuss in this text, but the main point not taken into account in semantic criticism is that, as neorealism puts it, moral kinds and not even natural kinds need to be rigid designators to receive naturalized definitions. Moral kinds

and a significant portion of natural kinds are functional kinds, that is, kinds that have high compositional plasticity and therefore need not rigidly designate a specific set of properties.

**Keywords:** Ethics. Metaethics. Moral Realism. Ethical Naturalism. Naturalistic semantics. Moral Twin Earth.

## Sumário

<b>RESUMO</b> .....	5
<b>ABSTRACT</b> .....	6
INTRODUÇÃO .....	9
<b>CAPÍTULO I</b> .....	20
O ARGUMENTO DA QUESTÃO EM ABERTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O NATURALISMO ÉTICO .....	20
1. O ARGUMENTO DA QUESTÃO EM ABERTO .....	21
1.1. AS NOÇÕES DE ANALITICIDADE.....	24
1.2. CONHECIMENTO <i>A PRIORI</i> E <i>A POSTERIORI</i> .....	26
2. O QUE É A FALÁCIA NATURALISTA? .....	28
2.1. A FALÁCIA NATURALISTA COMO OFERECER UMA DEFINIÇÃO ANALÍTICA PARA O TERMO 'BOM' .....	28
2.2. A FALÁCIA NATURALISTA COMO O ERRO DE OFERECER UM PREDICADO NATURAL OU METAFÍSICO PARA O TERMO 'BOM'. .....	31
2.3. 'BOM' É INDEFINÍVEL.....	32
2.4. NOÇÕES SIMPLES E COMPLEXAS.....	33
2.5. MANTENDO A FALÁCIA NATURALISTA.....	34
3. PARADOXO DA ANÁLISE E ANÁLISE CONCEITUAL.....	36
3.1. DISCUTINDO AS CONDIÇÕES DA ANÁLISE.....	41
3.2. O QUE É UMA VERDADE NECESSÁRIA? .....	43
4. CONSEQUÊNCIA PARA.....	45
O ARGUMENTO DA QUESTÃO EM ABERTO .....	45
<b>CAPÍTULO II</b> .....	47
TIPOS MORAIS E TIPOS NATURAIS: A MESMA TEORIA SEMÂNTICA .....	47
1. TIPOS NATURAIS E TIPOS ARTIFICIAIS .....	48
1.1 MUNDOS POSSÍVEIS. ....	50
1.2 CONSEQUÊNCIAS METAFÍSICAS E IDENTIDADES TEÓRICAS.....	52
2. TIPOS NATURAIS REVISITADOS .....	56
2.1. INFERÊNCIA PELA MELHOR EXPLICAÇÃO E O ARGUMENTO DO NÃO- MILAGRE. ....	61
2.2. CONFIABILIDADE EPISTÊMICA.....	64
3. TIPOS MORAIS COMO TIPOS NATURAIS .....	73
3.1. A TEORIA SEMÂNTICA DOS TERMOS PARA TIPOS NATURAIS E MORAIS.....	76
3.2. TEORIA SEMÂNTICA REVISITADA. ....	77
<b>CAPÍTULO III</b> .....	83
A TERRA GÊMEA MORAL.....	83

1. A TERRA GÊMEA MORAL .....	84
2. DESSIMETRIAS A PUTNAM, OU COMO LIDAR COM AS INTUIÇÕES. ....	87
2.1. PRIMEIRA ESTRATÉGIA: APELANDO ÀS INTENÇÕES REFERENCIAIS....	88
2.2. SEGUNDA ESTRATÉGIA: A POSSIBILIDADE DE ERRO DE REFERÊNCIA E EXTENSÃO DOS TERMOS. ....	93
2.3. TERCEIRA ESTRATÉGIA: REFORMULAR A TERRA GÊMEA MORAL.....	100
3. A TERRA GÊMEA MORAL REFORMULADA.....	105
3.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MUNDOS POSSÍVEIS. ....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	115
REFERÊNCIAS.....	122

## INTRODUÇÃO

Poucas obras filosóficas são tão relevantes para o estudo da ética quanto o Tratado da Natureza Humana, de David Hume. Embora escrito há mais de dois séculos, a célebre obra de Hume inaugurou um problema que ainda hoje encontra eco na metaética: A dicotomia entre fato e valor.

Enquanto juízos descritivos tipicamente nos dizem como o mundo é, juízos morais<sup>1</sup> nos dizem com o que devemos nos importar. Tal distinção essencial pode ter entrado em choque com uma das nossas percepções mais intuitivas sobre a moralidade: de que os fatos morais estão “aí no mundo”, prontos para serem apreendidos por nós. Contrários à ideia de que exista tal lacuna intransponível, as propostas naturalistas da moral alegam que tanto as proposições envolvendo fatos descritivos quanto morais possuem condições de verdade objetivas e adquirem respaldo ontológico pelos mesmos mecanismos, pois termos morais selecionam propriedades naturais que podem ser alocadas em proposições descritivas<sup>2</sup>.

Como é possível imaginar, todas as propostas naturalistas, ou mesmo sobrenaturalistas (que apelam à ideia de divindades) se deparam em algum momento com a distinção entre fato e valor e precisam encontrar uma forma de relacionar valores morais com fatos descritivos. Especialmente para propostas naturalistas é relevante que a definição dada aos tipos morais não seja incompatível com a definição dada aos ditos tipos naturais.

Um pouco mais recente que o *insight* original de Hume é a obra de George Edward Moore, *Principia Ethica* (1903) que, se apropriando da filosofia da linguagem, foi capaz de reformular com mais rigor a separação entre fato e valor. Segundo Moore, nenhuma definição extramoral é capaz de comportar adequadamente nossas intuições sobre os tipos morais o que indica que, linguisticamente, não encontramos respaldo para definições como aquelas dadas pelos naturalistas contemporâneos a Moore. Dessa constatação semântica, Moore assume que podemos derivar a tese metafísica de que valores morais não correspondem a propriedades naturais, ou que o naturalismo ético é falso.

---

<sup>1</sup> Neste texto, deve-se entender os termos ‘moral’ e ‘ética’ como sinônimos.

<sup>2</sup> Isso não implica, necessariamente, que proposições éticas podem ser traduzidas integralmente em proposições com termos descritivos.

A forma como Moore pode mostrar que definições naturalistas são insuficientes para captar o fenômeno moral é pelo Argumento da Questão em Aberto que nos diz que dada uma definição naturalista do tipo:

$x$  é bom (ou outro tipo moral) =  $x$  é  $P$ , em que  $P$  representa uma propriedade ou conjunto de propriedades naturais como “maximizar o prazer”.

Dado um caso particular  $y$ , por exemplo, “fazer caridade”, podemos nos perguntar: Fazer caridade é bom? A resposta aparentemente será,  $y$  é bom se e somente se  $y$  for  $P$ , ou, traduzindo segundo nossos exemplos, “fazer caridade é bom se, e somente se, for uma ação que maximiza o prazer”. Contudo, se nos perguntamos sobre o próprio  $P$  se ele é bom, ficamos com uma situação inusitada:  $P$  é bom se, e somente se,  $P$  for  $P$ , ou “maximizar o prazer é bom se e somente se maximizar o prazer maximizar o prazer”. Essa relação indica uma trivialidade que não faz jus à questão moral genuína sobre se é bom ou não maximizar o prazer. Moore conclui a partir disso que nenhum predicado ocupando o lugar de  $P$  oferece uma boa definição para o termo moral, especialmente quando pensamos, conforme Moore, o conceito de definição como uma relação analítica entre *analysans* e *analysandum*.

Dedicaremos o primeiro capítulo deste trabalho à discussão sobre os fundamentos semânticos sobre os quais Moore constrói o argumento da questão em aberto e as implicações que esse argumento trouxe para as teorias naturalistas. Em especial, destacamos as condições fundamentais que Moore elabora para uma análise correta sobre qualquer conceito. Embora Moore não as enumere de forma tão explícita quanto procuramos colocar no presente texto, acreditamos que é possível extrair cada uma destas teses a partir de uma leitura cuidadosa do primeiro capítulo do *Principia Ethica*. As quatro condições sob as quais se constrói o argumento da questão em aberto são:

- (I) *analysans* e *analysandum* são necessariamente coextensivos.
- (II) a relação entre *analysans* e *analysandum* é cognoscível *a priori*.
- (III) o *analysans* mostra como se constitui o *analysandum* sem circularidade.
- (IV) as expressões de *analysans* e *analysandum* são sinônimas.

Segundo Moore, nenhuma definição *extramoral* que se ofereça aos termos éticos é capaz de atender a essas quatro exigências juntas. Em geral, as teorias naturalistas falharam em atender à tese IV, pois termos morais não podem ser substituídos *salva significatione* com descrições puramente naturalistas, conforme mostra o argumento da questão em aberto. Quando lidamos com proposições morais

trazemos à tona propriedades distintas daquelas trazidas por proposições naturalistas, o que indica que elas não são equivalentes, pois a equivalência, neste caso, implicaria equivalência de propriedades.

Defender, contudo, que análises exigem tanto condições de sinonímia quanto de não circularidade pode deixar qualquer análise conceitual em uma situação paradoxal: duas sentenças não podem ser, ao mesmo tempo sinônimas, mas também informativas ou não circulares. Tal problema foi notado por C. H. Langford e ficou conhecida como *Paradoxo da Análise* (1942). As observações de Langford sugerem que algumas das teses de Moore precisam ser abandonadas ou eliminaremos a possibilidade de análise conceitual.

Neste trabalho, optamos por apresentar uma possibilidade semântica naturalista que defende que nem todas as definições precisam ser verdadeiras em virtude do significado dos termos envolvidos. Isso significa abandonar a tese IV, ou seja, negar que seja necessário uma relação de sinonímia para estabelecimento de uma definição adequada. No lugar de tais definições conceituais, cujos fundamentos não são discutidos por tal proposta naturalista, o que se propõe é que definições sintéticas *a posteriori*, como as definições de termos teóricos das ciências, são as definições disponíveis para os termos éticos, uma vez que tipos morais são, essencialmente, tipos naturais. Caracterizamos tal proposta naturalista como neorealismo naturalista ou realismo *new wave*, mas, frequentemente na literatura, tal proposta é nomeada realismo de Cornell, dado que seus principais proponentes foram os filósofos ligados à universidade de Cornell: Richard Boyd, Nicholas Sturgeon e David Brink.

O neorealismo ou realismo de Cornell, para defender a extensão da semântica naturalista para tipos morais, precisa mostrar que termos morais selecionam, essencialmente, propriedades naturais e procuramos apontar algumas estratégias de como isso é feito no capítulo II. Especialmente nos textos de Boyd, o que encontramos foi uma revisão metafísica sobre os tipos naturais de modo a aproximá-los do que comumente pensamos sobre tipos morais. A principal dificuldade nesta estratégia é a concepção rígida que a semântica naturalista oferece para tipos naturais.

Nos textos de Kripke, que fundamentam a proposta semântica do neorealismo, tipos naturais são designadores rígidos, o que quer dizer que eles possuem uma série de condições necessárias e suficientes para que um tipo  $x$  qualquer caia ou não sob um determinado rótulo  $R$ . A ideia de designação rígida é, portanto, uma forte herdeira

da concepção essencialista sobre os tipos naturais, ou seja, que os tipos naturais possuam uma essência *dada pela própria natureza* que, em última instância, é aquilo que o tipo natural é. Por exemplo, nos casos clássicos de ouro e água, diríamos que a essência destes elementos são os compostos químicos H<sub>2</sub>O e AU<sup>79</sup>.

Essas posturas sobre um tipo natural podem trazer algumas dificuldades para o naturalista ético, pois seria muito mais difícil sustentar o naturalismo se ele dependesse da teoria de que tipos morais designam rigidamente. A proposta neorrealista naturalista, portanto, depende algum tempo para revisar a teoria da semântica causal sobre tipos naturais, o que leva nossa proposta metaética a fazer uma incursão ao realismo científico buscando oferecer uma teoria sobre tipos naturais um tanto mais maleável do que aquela caracterizada pela semântica naturalista. No lugar da proposta original dos tipos naturais como designadores rígidos, a proposta de R. Boyd é que tipos naturais são:

- Tipos formados a partir de uma dupla “legislação”: Por um lado, os tipos naturais capturam certas estruturas e relações que existem de modo independente no mundo, conforme defendeu Kripke. Mas, por outro lado, os tipos naturais também são frutos de um exercício de categorização e conceitualização dessas estruturas e relações típicos das práticas científicas. Isso indica que, embora, os termos para tipos naturais capturem estruturas que existem objetivamente, nossas práticas metodológicas influenciam fortemente o que é um tipo natural.
- Formados por agregados homeostáticos de propriedades: Tipos naturais são famílias de propriedades agrupadas de modo *contingente* e que se repetem em um número importante de casos. A tendência a coocorrer deve ser entendida não como fruto de uma essência desses tipos naturais, mas como um tipo de homeostasia, ou seja, certa tendência a estabilidade de propriedades que os organismos possuem em que a presença de algumas propriedades tende a favorecer a presença de outras.
- Imperfeitamente agrupados. Contando apenas com tendências homeostáticas e não com essências naturais, eliminamos a possibilidade que se estabeleça condições suficientes e necessárias para cair ou não sob um determinado termo natural. Assumimos, a partir disso, que é nomologicamente possível a presença de agregados imperfeitos e casos limítrofes



Assumindo a possibilidade levantada pelos neorrealistas de que tipos naturais são definidos, não por uma essência natural, mas a partir de agregados homeostáticos de propriedades, que são categorizados de acordo com uma prática metodológica, talvez tipos morais e tipos naturais não sejam distintos. Como não postulamos essências naturais, ou condições necessárias e suficientes para nenhum dos dois, deixamos aberta a possibilidade de casos difíceis de se classificar e discussões tanto na esfera natural quanto moral.

Em segundo lugar, ainda que as propriedades, estruturas e relações dos tipos morais e naturais sejam independentes, não podemos descartar a influência histórica, metodológica e mesmo social na classificação e junção dessas propriedades e relações em tipos. Uma consequência bem-vinda nas teorias morais, pois está de acordo com boa parte do senso comum.

Pensando tipos morais como agregados de características de ações ou pessoas frequentemente vistas como positivas ou negativas para o florescimento pessoal humano, poderíamos sustentar que o termo moral 'bom', por exemplo, poderia se referir a agregados de propriedades envolvendo algo como nutrição, boa saúde, amizade, controle sobre a própria vida ou outras propriedades naturais. Nenhum destes componentes figuraria em uma definição analítica dos termos morais envolvidos, mas não seria impossível que, após alguma investigação psicológica, sociológica e antropológica pudéssemos chegar a definições *a posteriori* para termos morais. Neste caso, o que predicássemos de um termo moral seria verdadeiro, ou pelo menos, aproximadamente verdadeiro do que predicamos daquelas propriedades, relações e estruturas presentes no mundo, o que significa que termos morais captariam tais propriedades, relações e estruturas que são naturais, assim, tipos morais poderiam ser tipos naturais, conforme defende o naturalismo ético.

O neorrealismo, entretanto, enfrenta suas próprias dificuldades semânticas, a mais importante delas é formulada por Horgan e Timmons: o *argumento da Terra Gêmea Moral* e que será discutido apropriadamente no capítulo III. O argumento é um experimento mental que visa demonstrar a inviabilidade metafísica do naturalismo por meio da inviabilização do naturalismo semântico. O argumento de Horgan&Timmons (H&T) nos

sugere fazer um experimento mental em que se postule a existência, em alguma galáxia distante, de um planeta idêntico à Terra em todos os seus aspectos, a Terra Gêmea Moral.

Há na  $T^{GM}$  um grupo de habitantes que falam um idioma muito similar ao português e empregam termos como ‘bom<sub>G</sub>’ e ‘mau<sub>G</sub>’ em contextos muito similares aos nossos termos morais. Contudo, o experimento nos sugere imaginar que na Terra as propriedades morais que regulam o uso dos termos morais são distintas das propriedades que regulam o uso dos termos morais na  $T^{GM}$ . Em ambos os casos estamos diante de propriedades funcionais cuja essência é caracterizada funcionalmente pelos enunciados que caracterizam uma teoria normativa específica, mas na Terra essa é uma teoria consequencialista  $T_C$ , e na  $T^{GM}$  é uma teoria deontológica  $T_D$ .

Dado esse cenário, como podemos explicar adequadamente as diferenças entre a Terra e  $T^{GM}$ ? H&T nos apresenta duas respostas possíveis: (1) ou os termos morais são *designadores rígidos* e, portanto, os termos morais gêmeos possuem significados distintos dos termos morais da Terra, ou (2) os termos morais e os gêmeos possuem o mesmo significado e as diferenças que observamos são diferenças de crenças morais e teorias normativas.

A resposta (1), segue o argumento, que está de acordo com uma designação rígida dos termos morais, é contraintuitiva, pois admite que diante de uma mesma situação em que o terráqueo  $A$  diga “Isto é errado” e o seu gêmeo  $A'$  diga sobre a mesma coisa “Isso não é errado” não estamos diante de um desacordo moral, pois os termos se referem a propriedades naturais diferentes. A princípio não haveria, portanto, nenhum impedimento para que algo seja *errado* e *não-errado<sub>G</sub>* ao mesmo tempo. Contudo, se os termos para tipos morais não são designadores rígidos e propriedades distintas podem desempenhar a mesma função moral em outros mundos, o naturalista acaba sendo lançado em uma visão relativista da moral em que o significado dos termos morais dependerá não de um conteúdo objetivo ao qual os termos morais se referem, mas de um conteúdo que varia culturalmente.

Como provavelmente ficou claro, o experimento da Terra Gêmea Moral é formulado aos moldes de um experimento similar, a *Terra Gêmea de*

*Putnam*. Mas, enquanto no experimento de Putnam a Terra Gêmea é usada para comprovar que as definições para os tipos naturais não são resultados das crenças dos falantes e que termos para tipos naturais são designadores rígidos, no argumento de H&T, a Terra Gêmea Moral busca mostrar justamente o contrário, que não há objetividade moral. E sem a objetividade moral, a semântica naturalista não se sustenta.

Foi possível elencar, neste trabalho, pelo menos três estratégias para lidar com o experimento de H&T: A primeira é desenvolvida por *David Copp* e *David Brink* e apela às intenções referenciais dos falantes e o papel das teorias científicas na determinação da referência dos termos para tipos naturais. A segunda estratégia também é desenvolvida por Copp e explora a possibilidade de erro referencial. A terceira estratégia é formulada por *Dawson*, *Laurence* e *Margolis* e leva em consideração todos os pontos apontados tanto por Brink quanto Copp e mostra como o experimento de H&T, por ignorar esses e alguns pontos relevantes da formulação original de Putnam, acaba não sendo um experimento eficiente em provar o que pretende.

Brevemente, Copp e Brink, na **primeira estratégia**, buscam acomodar as intuições levantadas no experimento de H&T levando em consideração alguns elementos extras da teoria semântica que não foram levados em conta: as *intenções referenciais dos falantes*, ou seja, a intenção do falante de que, para que algum tipo  $x$  qualquer pertença a um tipo natural  $N$  é necessário e suficiente que o tipo  $x$  sustente a mesma relação  $L$  com outras amostras que, segundo os falantes competentes, são  $N$ 's. Sendo a relação  $L$  uma relação teórica que assume, entre outras coisas, que o melhor referente para um termo natural ' $n$ ' é  $N$ .

Assumindo as considerações teóricas sobre quais os melhores candidatos para referente de um termo e a intenção referencial do falante, talvez seja possível acomodar as intuições relativistas apontadas por H&T: Podemos dizer que tais intuições relativistas apontada pelo argumento são trazidas porque há, em alguma medida, uma sobreposição na extensão dos termos morais e dos gêmeos: também são normativos e avaliativos. Isso acontece porque as intenções referenciais ao usar um termo moral e um termo moral gêmeo são as mesmas. Assim, poderíamos dizer, como Copp,

que os interesses nos usos dos termos morais e seus gêmeos são os mesmos e, portanto, em alguma medida, os termos gêmeos são boas traduções para nossos termos morais. A suspeita sobre um desacordo entre os julgamentos feitos com ‘bom’ e ‘bom<sub>G</sub>’ seria construída não porque os termos captam as mesmas propriedades objetivas, mas porque, em um sentido prático, os termos possuem as mesmas utilidades e, portanto, pode haver desacordos sobre o que deve ou não ser feito em uma dada situação.

A **segunda estratégia** desenvolvida também por Copp levanta a possibilidade do *erro de referência*: podemos admitir que os termos morais e os gêmeos designem a mesma propriedade, neste caso, se os gêmeos e os terráqueos entram em desacordo sobre uma questão moral, é provável que em algum dos mundos o termo esteja sendo usado de forma incorreta ou incompleta.

O erro pode residir tanto em pressuposições empíricas falsas, como acreditar que uma ação possui a propriedade natural *N* que regula o uso do termo ‘errado’, enquanto na verdade não possui, como também pode residir em uma compreensão errada sobre a extensão dos termos morais. Embora isso pareça estranho para tipos naturais como água, quando lidamos com tipos funcionais<sup>3</sup>, como é o caso de tipos morais, isso não é tão estranho assim. Se a teoria moral por trás dos julgamentos morais da T<sup>GM</sup> for mais incompleta que a da Terra e, em decorrência dessa falha, os moralistas gêmeos usarem os termos morais de forma distinta, isso não implica que os termos morais gêmeos tenham significados distintos dos nossos termos morais. Poderíamos sustentar que, apesar desse erro, é possível existir uma teoria moral mais completa e mais forte sobre a referência dos termos morais em que tanto eles quanto seus gêmeos teriam o mesmo referente.

A segunda estratégia de Copp é muito elucidativa por um lado, pois traz à tona uma diferença importante da formulação da Terra Gêmea e da Terra Gêmea Moral: Enquanto no experimento de Putnam estamos lidando

---

<sup>3</sup> Procuraremos definir ao longo do terceiro capítulo a distinção entre tipos funcionais e naturais, mas, em linhas gerais, podemos entender tipos funcionais como aqueles que possuem alta plasticidade composicional, ou seja, em que certo arranjo e relações entre as propriedades é o que determina, em primeiro lugar, a sua natureza e não exatamente a composição material que subjaz ao arranjo. Tipos naturais clássicos como ‘água’, por sua vez, têm baixa plasticidade composicional, pois é determinante para que uma amostra seja água que ela tenha determinada natureza química.

com tipos que possuem *baixa plasticidade composicional*, como o caso de água ou ouro, quando lidamos com casos morais estamos diante de tipos com *alta plasticidade composicional* e ignorar essa diferença pode conduzir nossas intuições a favor de H&T. Contudo, a proposta de Copp não elimina a possibilidade de que, após inúmeras investigações se chegue à conclusão de que não estamos diante de erros de referência ou extensão: na  $T^{GM}$  as propriedades que originalmente fixaram a referência dos termos morais gêmeos são diferentes das propriedades que originalmente fixaram a referência dos nossos termos morais, o que caracterizaria uma interpretação relativista do fenômeno moral incompatível com o realismo *new wave*.

A **terceira estratégia** que elencamos neste texto ressalta que o experimento de H&T não é análogo ao experimento de Putnam e que, portanto, é irrelevante para determinar se as nossas intuições no caso moral são distintas daquelas levantadas nos casos tipicamente naturais. Há, segundo Dawson, Laurence e Margolis (D&L&M), pelo menos três diferenças importantes: (i) em primeiro lugar está muito claro no experimento de Putnam que 'água' não se refere a  $X_YZ$  na Terra.  $X_YZ$  não é uma descrição plausível da natureza química da água. Contudo, teorias deontológicas e consequencialistas são ambas teorias normativas plausíveis, isso pode induzir os falantes a pensarem que estamos lidando com os mesmos referentes na Terra e na  $T^{GM}$ , porque, originalmente, essas teorias se referem às mesmas coisas.

(ii) A segunda diferença importante é que 'água' não nomeia um tipo funcional como é o caso de termos morais. As intuições levantadas no experimento poderiam ser explicadas apelando ao fato de que tipos funcionais podem ser instanciados por diferentes arranjos de propriedades. Portanto, perceber um núcleo em comum entre os termos morais e seus gêmeos poderia ser suficiente para que eles contassem como de um mesmo tipo na intuição de um falante competente (mesma distinção evocada por Copp).

(iii) A terceira dissimetria ao experimento de Putnam é que não existe  $H_2O$  na Terra Gêmea, no lugar de  $H_2O$  encontramos  $X_YZ$ . Mas quando admitimos que a  $T^{GM}$  possui habitantes muito parecidos conosco acabamos

admitindo também que as propriedades morais são instanciadas nesse planeta, ainda que por alguma razão, os gêmeos não se importem com elas. Essa peculiaridade, contudo, pode confundir nossas intuições. Se admitissem que H<sub>2</sub>O fosse também instanciado na Terra Gêmea e nas mesmas amostras que contenham X<sub>Y</sub>Z, não é impossível pensar que as intuições dos falantes levariam a conclusão de que 'águas' se refere também a H<sub>2</sub>O.

Levando em consideração essas três dessemelhanças, a Terra Gêmea Moral pode ser reformulada de modo realmente análogo ao experimento de Putnam e é nessa reformulação que devemos analisar se as nossas intuições são contrárias àquelas despertadas para tipos naturais. Na T<sup>GM</sup> reformulada de D&L&M há apenas duas diferenças importantes entre a T<sup>GM</sup> e a Terra: (1) embora os habitantes da T<sup>GM</sup> se pareçam muito conosco externamente e falem uma língua muito parecida com o português, eles não são humanos (para garantir que as nossas propriedades morais não sejam instanciadas na T<sup>GM</sup>) e (2) nada na T<sup>GM</sup> desempenha o papel funcional associado com nossas propriedades morais daqui da Terra.

Na reformulação do argumento nossas intuições parecem muito mais alinhadas ao experimento original de Putnam, pois parece que os termos morais e seus gêmeos não possuem o mesmo referente. Entretanto, contrariamente ao que H&T sugerem, isso não significaria, necessariamente, um xeque-mate para o naturalismo, pois o mundo postulado no experimento reformulado é tão estranho que não temos tanta certeza se existe, realmente, um fenômeno moral nele. Talvez a moralidade seja um fenômeno relacionado a humanos ou seres bem próximos em seus interesses, necessidades e temores.

Para reformular o experimento da T<sup>GM</sup> de modo que não sejamos lançados nessa realidade estranha podemos admitir que os habitantes da T<sup>GM</sup> são *humanos-gêmeos*, com necessidades e características psicológicas como às nossas. Apesar disso, as propriedades morais instanciadas na T<sup>GM</sup> não são idênticas às nossas. Isso nos leva, invariavelmente, a uma posição relativista?

Poderíamos dizer que não, pois se assumimos que os tipos morais possuem alta plasticidade composicional, então estamos assumindo que existem conjuntos de propriedades distintos  $F_1, \dots, F_n$  (onde  $n > 1$ ) tais que cada um dos  $F_i$  é capaz de

realizar o evento moral  $M$  em um sistema  $S$ . O acréscimo importante que deve ser feito é que a múltipla realização apenas não levará a um problema de relatividade se ela operar por meio de *mecanismos de substituição* que mantenham a integridade configuracional do evento. Garantida essa estabilidade configuracional podemos admitir que as diferentes realizações percebidas são realizações de um mesmo fenômeno e alvo das mesmas investigações.

No caso do experimento de H&T, poderíamos dizer que tanto na Terra quanto na  $T^{GM}$  temos fenômenos morais porque podemos admitir que exista uma única ciência moral capaz de dar conta das diferentes realizações encontradas. Isso nos permitiria dizer que existe uma atividade moral em comum entre as sociedades da Terra e da  $T^{GM}$  justificando assim nossas intuições de que existe um desacordo moral genuíno entre os terráqueos e seus gêmeos.

Caso a Terra Gêmea Moral não seja um ponto final às aspirações naturalistas, e, de fato, não parece ser, então a proposta do neorealismo se torna uma boa opção para defesa do realismo moral. Em resumo, o neorealismo é capaz de lidar com o argumento da questão em aberto de Moore adaptando a semântica naturalista para as definições éticas. Para conseguir uma adaptação que fizesse jus tanto aos tipos naturais quanto aos tipos morais, foi preciso, entretanto, realizar uma reformulação sobre o que entendemos sobre tipos naturais. Uma teoria como a proposta por Kripke ou Putnam que assume designação rígida e propriedades essenciais como necessários a um tipo natural deu lugar a uma proposta mais orgânica e flexível que permite, inclusive, responder às dificuldades apontadas pelo argumento da Terra Gêmea Moral, sem acréscimos à teoria original. Procuraremos apresentar e discutir cada um dos problemas e soluções descritos acima ao longo dos três capítulos a seguir que constituem esta dissertação.

## **CAPÍTULO I**

### **O ARGUMENTO DA QUESTÃO EM ABERTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O NATURALISMO ÉTICO**



## 1. O ARGUMENTO DA QUESTÃO EM ABERTO

*“A piedade é amada pelos deuses,  
porque é piedade, ou é piedade,  
porque é amada pelos deuses?”*

*Platão*

O naturalismo ético é uma versão do realismo moral que sustenta que as proposições morais possuem condições de verdade objetivas, no sentido de que se referem a fatos, propriedades ou entidades no mundo que são independentes das crenças e convenções dos indivíduos e sociedades. Neste sentido, os valores morais como certo, errado, bom e mau são parte da configuração do mundo real. A atividade moral, portanto, é especialmente a tarefa de descobrir os valores morais, não de criá-los.

Quando lidamos com enunciados morais que condenam ou exortam certas ações, pessoas ou instituições, por exemplo, o naturalismo realista nos diz que podemos estar certos ou errados em nossos julgamentos e que estaremos corretos apenas se as coisas se passarem no mundo da forma como afirmamos que seja. Assim, quando alguém diz que “pagar propina é errado”, ele está afirmando que o pagamento de propina é uma ação com a característica de ser errado moralmente e esse enunciado somente estará certo se, de fato, o pagamento de propina for da forma como está descrito.

O que qualifica uma proposta realista da moral como naturalista é a identificação ou redução dos valores descobertos no mundo com tipos naturais. O naturalismo ético assume, assim, que nada além do nosso familiar mundo natural compõe as propriedades e fatos morais, o que torna a posição naturalista menos misteriosa e mais concisa que propostas realistas não-naturalistas. A familiaridade dos pressupostos naturalistas faz desta uma posição muito mais palatável que outras teorias realistas. Por exemplo, no naturalismo, o acesso que temos às propriedades morais não precisa ser distinto daquele que temos a outros aspectos do mundo natural. As propriedades morais também não precisam ser metafisicamente separadas de qualquer outra propriedade que reconhecemos. Assim, os filósofos éticos ficam livres para usufruir do conhecimento produzido por outras áreas de

investigação como a antropologia, a psicologia e a biologia para a investigação da moralidade.

A abertura do contexto de informações endossado no realismo naturalista alinha a posição filosófica com o otimismo com o qual são encaradas as possibilidades das ciências, bem como com uma certa tendência de secularização dos valores sociais. Por outro lado, a plausibilidade do naturalismo é devido, também e especialmente, ao apelo que faz ao senso comum. A posição realista naturalista parece alinhada à forma como, normalmente, pensamos que a moralidade funciona: Aceitamos que é possível estar certo ou errado sobre um juízo moral e que algumas pessoas estão fazendo coisas que não deveriam, ainda que elas pensem o contrário. Quando entramos em desacordo moral, não assumimos que podemos ambos estar certos ao seu modo (especialmente quando considerados assuntos mais graves como homicídio e discriminação). Há certa convergência dos valores morais em diferentes comunidades e concordamos que algumas sociedades estão à frente de outras no quesito moral. Todos esses fatores sugerem uma realidade moral. Além disso, os debates e investigações racionais que empreendemos parecem endossar a possibilidade de conhecimento objetivo na área que vai além da mera preferência pessoal, sentimentos ou opiniões.

O naturalismo, portanto, se apresenta como a junção de duas teorias plausíveis sobre a moralidade, a primeira mantém que nossas intuições morais comuns estão corretas quanto à objetividade dos valores. A segunda teoria sustenta que, se os valores morais são reais, provavelmente, eles estão relacionados com tipos naturais. Embora o naturalismo ético ainda possa ser descartado, a sua razoabilidade justifica a investigação à qual nos dedicaremos nas páginas seguintes, especialmente quando consideramos que nenhuma proposta antirrealista foi capaz de acomodar de modo totalmente satisfatório a aparente objetividade do discurso moral.

O primeiro ponto a ser investigado acerca do naturalismo é sua identificação das propriedades morais com os tipos naturais. Neste aspecto, o naturalismo enfrenta uma interessante e conhecida objeção proposta por George Edward Moore. Segundo Moore, é um erro tentar definir o termo 'bom' em termos naturais, porque 'bom' nomeia uma noção simples e que não pode ser ulteriormente definido. Assim, pode ser o caso que tudo o que seja bom seja também alguma outra coisa, mas para Moore,

diferentemente do que pensaram outros filósofos de seu tempo, mencionar quais são essas outras coisas não define 'bom'

Essa objeção de Moore se baseia no Argumento da Questão em Aberto que é capaz de mostrar, a partir do nosso próprio entendimento sobre o uso dos termos, que nenhuma definição para 'bom' é realmente capaz de captar o seu significado. Em termos gerais, o argumento pode ser formulado da seguinte maneira: 'bom' não é idêntico a qualquer outro termo simples, pois, dada qualquer definição  $\varphi$  para 'bom', sempre podemos nos perguntar se  $\varphi$  é realmente bom. Contudo, o mesmo não ocorre quando lidamos com definições completas, por exemplo, se eu digo que a definição de 'solteiro' é 'homem não casado', não podemos nos perguntar de forma significativa se um homem não casado é realmente solteiro. A ausência de dúvidas indica que 'solteiro' e 'homem não casado' são expressões que se referem exatamente às mesmas propriedades. Como não somos capazes de oferecer uma definição do mesmo tipo para o termo 'bom', parece que nenhuma outra expressão ou termo diferente de 'bom' se refere às mesmas propriedades que o termo em questão.

Assim, o argumento da questão em aberto é, supostamente, capaz de mostrar que não é possível oferecer uma definição para o termo 'bom' em termos naturais e, para além disso, que não faz sentido, portanto, que valores morais sejam compreendidos como propriedades naturais. A base do argumento parece ser um comprometimento de Moore com a ideia de que se analisarmos profundamente nossas intuições acerca do funcionamento do idioma seremos capazes de captar algo acerca da natureza metafísica dos objetos designados por elas. E, assim, a partir do argumento da questão em aberto, Moore conclui que não é possível fazer uma identificação entre propriedades morais e nenhuma outra propriedade, natural ou não-natural, pois qualquer definição oferecida para 'bom' não é capaz de exaurir aquilo que é captado por tal noção.

Retornaremos ao argumento de Moore mais detalhadamente no tópico *Mantendo a Falácia Naturalista*, mas antes de sermos capazes de avaliar os méritos do argumento de Moore, contudo, é preciso compreender melhor o que Moore pretende dizer quando afirma que 'bom' não pode ser definido. Em primeiro lugar, Moore observa que quando ele pretende encontrar uma definição para o termo 'bom' o que ele busca é um tipo de descrição da natureza do objeto a ser definido (MOORE, 1980, p. 07), um exemplo que ele mesmo oferece é uma definição para cavalo, que

seria: “cavalo é um quadrúpede com casco, do gênero *Equus*”(MOORE, 1980, p. 09). Da forma como é colocado por Moore, a definição que ele busca parece ser um tipo de análise conceitual, ou seja, uma atividade de reduzir um conceito a suas partes mais elementares, encontrando assim, as condições necessárias e suficientes para o uso correto e padrão de um termo. Para uma análise conceitual, o que primeiro nos vem à mente são as relações de analiticidade entre dois termos.

### 1.1. AS NOÇÕES DE ANALITICIDADE.

A noção de analiticidade é uma noção filosófica com raízes antigas, mas que se tornou especialmente relevante a partir das pesquisas da fundamentação da matemática no século XX. Kant foi o primeiro autor que delimitou a noção de analiticidade. Segundo Kant, os juízos da forma “Todo *S* é *P*” podem ser construídos de duas formas: Ou o predicado *P* pertence ao sujeito *S* como algo nele contido, ou *P* é completamente estranho ao conceito de *S*, mas se encontra entrelaçado com ele. Para o primeiro tipo de relação damos o nome de juízo analítico, para o segundo damos o nome de juízo sintético. Os juízos analíticos são aqueles cujo enlace entre sujeito e predicado se dá por identidade. Kant também denomina esses juízos de explicativos, pois eles nada adicionam ao sujeito pelo atributo, apenas decompõem o sujeito em conceitos parciais compreendidos e concebidos (ainda que tacitamente) no mesmo.

A ideia é uma derivação de uma distinção proposta anteriormente por Hume e também esboçada por Leibniz. Leibniz, na Monadologia, distingue entre dois tipos de verdade: as de razão e as de fato. As verdades de razão são necessárias e sua negação é impossível, as verdades de fato, por outro lado, são contingentes e sua negação é possível (LEIBNIZ, 2016, p. 48).

Já Hume afirma que há uma diferenciação entre proposições que são sobre questões de fato e proposições que são sobre relações entre ideias. Proposições sobre fatos afirmam coisas sobre o mundo, “a grama é verde”, “o Brasil é banhado pelo Atlântico”, etc., já proposições sobre relações entre ideias não precisam recorrer a nenhum tipo de observação ou teste, nós simplesmente “vemos”, em nossas mentes, que certas ideias contêm outras ideias (Cf. HUME, 1972, seção iv, primeiro parágrafo).

Contudo, as raízes da noção de analiticidade são ainda mais antigas, anteriores a Kant, Hume ou Leibniz, talvez o seu germe inicial já se encontrasse presente na

Antiguidade. É difícil não reparar nas semelhanças entre o tipo de definição que Moore busca para ‘bom’ e que Platão busca para diferentes tipos morais, conforme encontramos entre alguns de seus famosos diálogos. No diálogo Mênon, por exemplo, o personagem Sócrates não aceita como uma resposta para o que é a virtude uma enumeração das virtudes e, nem tampouco, casos gerais da virtude.

Embora sejam muitas [as virtudes] e assumam todas uma variedade de formas, têm todas um caráter único, <que é> o mesmo, graças ao qual são virtudes, para o qual, tendo voltado seu olhar a alguém que está respondendo é perfeitamente possível, penso, fazer ver, a quem lhe fez a pergunta, o que vem a ser a virtude. (PLATÃO, 25d)

O que Sócrates exige de seu interlocutor é uma definição que nos permita delimitar o que é compartilhado por todas as coisas que são virtudes que fazem delas virtudes e que fazem das coisas que não são virtudes, não-virtudes (Cf. Glymor, 2015, p. 34 – 35). O mesmo tipo de definição que podemos oferecer para objetos matemáticos. Ao decompor o conceito de triângulo, por exemplo, encontramos nessa noção uma série de outras que estão contidas nela:

Triângulo		figura
		retilínea
		três lados

Então, ao oferecer uma definição do tipo, “Triângulo é uma figura retilínea com três lados” temos uma clarificação das noções que estão contidas na noção de “triângulo”. Não há acréscimo de informações novas sobre o sujeito da sentença, mas uma explicação sobre o sujeito. Exatamente o que Kant denomina como um juízo analítico e que Leibniz ressalta como peculiaridade das verdades de razão: “Quando uma verdade é necessária, pode-se achar a razão da mesma pela análise, resolvendo-a em ideias e em verdades mais simples, até chegar às primitivas” (LEIBNIZ, 2016, p. 48). Basicamente, o que nos diz é que onde quer se aplique o termo ‘triângulo’ também será verdadeira a aplicação da conjunção (figura & retilínea & três lados) e vice-versa, necessariamente. Ou seja, é impossível uma situação em que se aplique o termo ‘triângulo’, mas que não se possa aplicar a conjunção relativa a ele.

A noção esboçada por Kant, entretanto, foi aprofundada posteriormente por Frege na obra *Fundamentos da Aritmética* (1884) e é essa noção de analiticidade que

constituí o pano de fundo para o desenvolvimento dos argumentos de Moore conforme apresentaremos em seguida. Os juízos analíticos em Frege são um pouco mais abrangentes em sua formulação, o que permite aceitar como analíticas mesmo sentenças que não sejam trivialmente verdadeiras.

Para Frege, “uma frase  $F$  será analítica se, e somente se,  $F$  expressa uma verdade lógica ou se puder ser transformada numa verdade lógica pela substituição de sinônimos por sinônimos” (TEIXEIRA, 2015, p. 09). Invés de recorrer à noção um tanto psicológica de Kant sobre conceitos, Frege procura estabelecer que a analiticidade é definida em virtude da justificação da sentença. Isso permite definir como analíticas sentenças trivialmente verdadeiras, como “ou chove ou não chove”, da forma  $p \vee \neg p$ , que é verdadeira em virtude do princípio de não contradição, não sendo relevante por qual termo desejamos substituir  $p$ , pois, em qualquer caso, a negação da sentença implicaria uma contradição.

Também serão tomadas como analíticas algumas sentenças que não são verdadeiras em virtude de sua forma lógica e sim de seu conteúdo, como no caso de “todo solteiro é um homem não casado”, que originalmente tem a forma  $\neg \exists x (Sx \& Cx)$ , na qual  $S$  = ser solteiro e  $C$  = ser casado. Essa sentença não é trivialmente verdadeira. Entretanto, podemos oferecer uma definição para o termo ‘solteiro’, de modo que ele seja o mesmo que ‘homem não casado’ e fazer uma substituição desses termos na sentença, deixando-a, assim, com a forma “todo homem não casado é um homem não casado” cuja forma lógica é  $\neg \exists x (Hx \& Cx \& \neg Cx)$ , em que  $H$  = ser homem. O que faz a sentença adquirir uma forma lógica que garante a sua verdade e que, portanto, seja analítica.

## 1.2. CONHECIMENTO *A PRIORI* E *A POSTERIORI*.

Qualquer das definições apontadas parecem invocar a ideia de que a relação entre os conceitos numa análise conceitual é cognoscível *a priori*, isto é, um tipo de conhecimento que é geralmente caracterizado como aquele independente da experiência, ou seja, como um tipo de conhecimento cuja justificação repousa somente em seu entendimento da proposição que é o objeto da crença (RUSSELL, s/p, 2017). A justificação *a priori* é contrastada com a justificação *a posteriori* que são justamente aqueles casos em que apenas o entendimento da proposição não basta

para que alguém esteja justificado em tomá-la como verdadeira ou falsa. Tomemos os casos abaixo, por exemplo:

1. Todo solteiro é não casado.
2. Todo solteiro é infeliz.
3. Verde é uma cor.
4. A grama é verde.
5. Uma casa é um lugar para viver.
6. Uma casa mal fundada desmorona
7. Se *A* é mais alto que *B* e *B* é mais alto que *C*, então *A* é mais alto que *C*.
8. Alisson Becker é mais alto que Neymar e Neymar é mais alto que Marcelo Vieira<sup>4</sup>.

A verdade ou falsidade das sentenças pares parece depender de como as coisas se passam no mundo e que só são acessíveis a nós quando investigamos a natureza dessas coisas. Por outro lado, as sentenças ímpares, parecem prescindir dessa investigação. Diremos, então, que as sentenças ímpares são cognoscíveis *a priori* e, as pares, *a posteriori*<sup>5</sup>.

Nas relações analíticas, como são cognoscíveis *a priori*, basta sabermos quais são os conceitos em ambos os lados da relação para percebermos que existe uma relação bicondicional entre eles<sup>6</sup>. Isso, contudo, não significa que qualquer indivíduo percebe tal relação de imediato. Os juízos analíticos são chamados também de explicativos justamente porque permitem tornar transparente a relação entre dois conceitos que pode inicialmente ser obscura. Esse parece ser o ponto que Moore, precisamente, tem em mente quando diz que deseja responder à questão: “O que é bom?”. Moore não busca uma enumeração das coisas que são boas, ou daquilo que, normalmente, chamamos de ‘bom’. O que o autor pretende é encontrar uma delimitação das ideias contidas na própria ideia de “bom” que busque tornar clara uma relação que, inicialmente, é obscura. E com isso delimitar de modo mais preciso o objeto de estudo da ética.

---

<sup>4</sup> Exemplos de Bruce Russell, 2017, exceto 8.

<sup>5</sup> Um seguidor de Quine poderia ressaltar que mesmo as sentenças ímpares dependem de alguma forma da experiência, pois precisamos aprender pela experiência o que cada conceito utilizado como ‘casa’ e ‘solteiro’ significam para compreendermos, apenas pelo entendimento, que as sentenças sobre eles são verdadeiras ou falsas. Entretanto, ainda assumindo que tal experiência inicial é necessária, as sentenças pares ainda parecem precisar de um tipo a mais de experiência para que sejam assumidas como verdadeiras ou falsas em contraste com as sentenças ímpares. (RUSSELL, s/p, 2017)

<sup>6</sup> Não apenas as sentenças analíticas são *a priori*, a sentença 7 é um caso de conhecimento sintético *a priori*.

Contudo, após considerar um possível caso de análise para o termo ‘bom’, Moore conclui que não é possível oferecer uma análise conceitual para o termo. ‘Bom’ é indefinível (MOORE, 1980, p. 07-08), porque qualquer tentativa na direção de oferecer uma definição para o termo moral em questão é frustrada pela existência de uma falácia: a falácia naturalista.

## 2. O QUE É A FALÁCIA NATURALISTA?

A falácia naturalista indica que qualquer teoria ética que sustente que ‘bom’ não é uma noção simples e indefinível está cometendo uma falácia que é caracterizada de, ao menos, duas formas, uma mais geral e outra mais restritiva. Em sua formulação mais geral, Moore destaca que é impossível oferecer uma análise conceitual para o termo ‘bom’, portanto, qualquer tentativa de oferecer um predicado que se relacione analiticamente ao termo ‘bom’ é falaciosa, pois comete o erro formal de apresentar como válido um argumento cuja conclusão não deriva das premissas. A segunda formulação é mais direcionada ao naturalismo ético, pois defende que oferecer qualquer tipo de definição natural para o termo ‘bom’ envolve mecanismos falaciosos, pois cometem um erro material. A segunda formulação da falácia é o que podemos chamar de *falácia de definição*. Uma falácia de definição não é uma falácia lógica. Trata-se de um processo em que ocorre uma confusão ou identificação entre duas propriedades que são diferentes. Nesse caso, não importa que a falácia seja cometida no âmbito da ética ou não, pois o erro apontado pela falácia naturalista seria algo mais elementar: tratar como idênticas duas propriedades distintas (FRANKENA, 2015, p. 472).

### 2.1. A FALÁCIA NATURALISTA COMO OFERECER UMA DEFINIÇÃO ANALÍTICA PARA O TERMO ‘BOM’.

É ponto comum relacionar essa definição da falácia naturalista com a bifurcação entre fato e valor apontada primeiramente por Hume. A ideia de Hume é que uma conclusão ética não pode ser derivada de premissas não-éticas. Por exemplo, o seguinte argumento é inválido:

- a) O prazer é buscado por todos os homens.



b) Logo, o prazer é o bom.

De fato, há uma conclusão ética derivada de uma premissa que expressa um fato e não um valor. Entretanto, o que torna o argumento inválido é simplesmente a presença na conclusão de um termo que não está presente na premissa. Sabemos que todo argumento de forma “*A é B, logo B é C*” é inválido, independente da conclusão ter um conteúdo ético ou não.

Mas tal tipo de problema pode ser corrigido, simplesmente, assumindo-se que existe uma premissa oculta no argumento, como sugere Frankena. Segundo o autor, podemos acrescentar à estrutura do argumento original a premissa “Aquilo que é buscado por todos os homens é bom” assumindo que ela seja verdadeira por definição e, assim, formar um argumento perfeitamente válido do ponto de vista lógico (FRANKENA, 2015, p. 468):

a) Todos os homens buscam o prazer.

b) Aquilo que é buscado por todos os homens é bom (verdadeira por definição).

c) Portanto, o prazer é o bom (FRANKENA, 2015, p. 469).

Mas Moore já havia previsto que alguns filósofos poderiam tentar resolver o problema dessa maneira e adiantou que aqueles que constroem um argumento desse modo cometem um equívoco, pois não percebem que o termo ‘bom’ é usado em sentidos diferentes em (b) e em (c). Segundo Moore, há dois usos possíveis do termo ‘bom’: substantivo e adjetivo. Enquanto adjetivo, ‘bom’ pode receber uma definição do tipo “*x é bom*”, porque neste caso a definição oferecida consiste em apontar, seja em casos particulares seja em casos universais, o que recebe o predicado “ser bom”. Entretanto, enquanto substantivo, o termo ‘bom’ não pode receber nenhuma definição (MOORE, 1980, p. 09 – 10).

Essa diferenciação indica que o problema no argumento, conforme apresentado por Moore, vai além daquele apresentado por Hume, pois inclui a noção de que não é possível realizar a inclusão de uma premissa do tipo de (b) (FRANKENA, 2015, p. 467). Embora seja possível indicar a quais coisas se aplicam o predicado “ser bom”, não é possível oferecer, segundo Moore, uma definição posterior do termo ‘bom’ usado nesse predicado (MOORE, 1980, p. 09).

O equívoco dos filósofos é, portanto, que constroem um argumento no qual oferecem nas premissas uma definição de ‘bom’ como adjetivo, ou seja, apontam quais coisas são boas, mas, na conclusão pretendem indicar uma definição para ‘bom’ enquanto substantivo (MOORE, 1980, p. 11). Tal formulação não resulta em um

argumento válido, pois acrescenta na conclusão termos que não estão contidos nas premissas.

A correção do argumento naturalista que Frankena sugere, portanto, não cumpre plenamente o intuito naturalista, pois pode apenas mostrar que a extensão<sup>7</sup> de ‘bom’ é a mesma que a de alguma outra propriedade (BLOOMFIELD, 2006, p.176), no caso: “aquilo que é buscado por todos os homens”. Assim, coisas que são buscadas por todos os homens, por exemplo, podem se referir ao mesmo conjunto de coisas as quais se aplica a propriedade “ser bom”. Contudo, o erro do argumento é ignorar que indicar a extensão do termo não é o mesmo que definir seu significado. É possível que dois termos ou expressões tenham a mesma extensão sem possuírem o mesmo significado.

O exemplo clássico, nestes casos, é o das expressões “criaturas com rins” e “criaturas com coração” que delimitam o mesmo conjunto de objetos, mas que não dizem a mesma coisa sobre eles. Afinal, é certo que todas as criaturas com rins são criaturas com coração, mas “criatura com rins” não é a mesma coisa que “criatura com coração”. Ambas as expressões possuem a mesma extensão, mas não indicam a mesma coisa. Poderíamos dizer o mesmo com relação ao argumento naturalista, ou seja, que ‘coisas boas’ e ‘coisas desejadas pelos homens’ possuem a mesma extensão, mas são noções distintas, portanto, defini-las como noções idênticas seria um erro do mesmo tipo que definir “criatura com rim” como a mesma coisa que “criatura com coração”.

Os defensores do naturalismo ético, destaca Moore, incorrem numa versão especial desse tipo de equívoco, pois a definição que oferecem para o termo ‘bom’ envolve objetos naturais. Então, a falácia apontada por Moore, em sua versão naturalista é aquela em que a confusão no uso do termo resulta numa definição de ‘bom’ – enquanto adjetivo – em termos para tipos naturais, por isso se denomina falácia naturalista, embora pudesse ser caracterizada como uma falácia ainda que seu conteúdo não fosse naturalista.

---

<sup>7</sup> Em lógica e filosofia da linguagem é comum fazer uma distinção entre duas partes do significado de um termo: extensão e intensão. A extensão de um termo é o conjunto de coisas para as quais a aplicação de um termo é correta. Assim, o termo ‘árvore’ é verdadeiro de todas as coisas que são árvores e apenas das coisas que são árvores. Portanto, a extensão de ‘árvore’ é o conjunto das árvores. A intensão do termo, por sua vez, é a sua extensão em todos mundos possíveis (Cf. Putnam, 1975, p. 132 – 134).

Entretanto, diferente do que Moore defende, não é preciso assumir que o termo 'bom' esteja sendo usado em sentidos diferentes nas premissas e na conclusão. É nesse sentido que se desenvolve a crítica de Frankena à falácia naturalista. Segundo o autor, o ponto que caracteriza a falácia é precisamente o ponto da controvérsia entre a teoria ética de Moore e de seus oponentes (FRANKENA, 2015, p. 465). Para Frankena, Moore assume, em primeiro lugar, que não é possível uma definição analítica para o termo 'bom'. Disso se segue que todas as definições oferecidas são, na verdade, proposições sintéticas universais, ou seja, delimitam 'bom' em seu sentido adjetivo.

Assim, a premissa (b), que oferece uma definição para 'bom' é, portanto, uma definição construída a partir de exemplos captados no mundo, mas não do conceito, e, portanto, de um tipo diferente da conclusão – segundo Moore, a conclusão deve ser uma proposição analítica entre o termo 'bom' e outra propriedade. Mas, se todas as premissas oferecidas são sintéticas, não poderíamos derivar uma proposição analítica. Todavia, dizer que não é possível uma definição analítica para o 'bom' deveria ser, não o ponto de partida do argumento, mas a conclusão a que se chega ao final da argumentação, pois é precisamente isso que Moore quer demonstrar contra seus oponentes que sustentam que podem existir proposições que relacionem termos éticos a termos naturais verdadeiras por definição.

## 2.2. A FALÁCIA NATURALISTA COMO O ERRO DE OFERECER UM PREDICADO NATURAL OU METAFÍSICO PARA O TERMO 'BOM'.

Neste caso, a falácia naturalista é apontada como uma das premissas dos argumentos naturalistas e não como o próprio argumento, como no caso anterior e, desse modo, pode ser entendida como uma tentativa de fundamentar o caso mais geral da falácia naturalista exposto acima. Para essa situação, o mais relevante não é que o argumento naturalista ou outro seja inválido do ponto de vista lógico, ou seja, o argumento pode ter a forma:

- (a) Todos os homens buscam o prazer.
- (b) Aquilo que é buscado por todos os homens é o bom (verdadeira por definição).
- (c) Portanto, o prazer é o bom

O problema residiria no fato de que a segunda premissa é falsa, independente de qual seja a definição oferecida, o que anularia a garantia da verdade da conclusão. A segunda premissa seria falsa porque comete um erro de definição: ao tentar oferecer uma definição para um termo indefinível identifica duas noções que são distintas.

### 2.3. 'BOM' É INDEFINÍVEL.

O erro de identificar duas propriedades que são distintas é a falha típica dos naturalistas, segundo Moore, pois consiste em representar como sendo as mesmas, duas naturezas muito distintas: a natureza daquilo designado por 'bom' e a natureza dos objetos naturais.

Há, ao menos, dois pontos importantes sobre um objeto natural, para Moore:

1. Objetos naturais são aquelas coisas que são alvo da investigação das ciências naturais e da psicologia;

2. Objetos naturais são objetos que existem, existiram ou existirão em algum momento no tempo. (MOORE, 1980, p. 40)

Para Moore, bondade só pode ser entendida como uma propriedade não-natural (MOORE, 1980, p. 13). Isso não significa que não possamos encontrar objetos naturais que instanciam bondade, mas significa que bondade não é uma propriedade que exista por si mesma no tempo e possa ser investigada e conhecida pela ciência natural, assim, seria um erro oferecer uma definição de uma propriedade não-natural em termos de propriedades naturais.

Diante dessa definição, podemos entender que a falácia naturalista é cometida por todos aqueles que negam que a bondade seja uma propriedade não-natural, que é o que pretendem as chamadas teorias do naturalismo ético. O naturalismo ético, para Moore, então, é tanto a visão de que julgamentos éticos se referem a objetos naturais e suas propriedades (BALDWIN, 1992, p. 82), como também as teorias que visam substituir as investigações peculiares da ética por alguma outra de uma ciência natural (BALDWIN, 1992, p. 40).

A forma de reduzir a ética à investigação de uma ciência natural seria, segundo Moore, substituir o termo 'bom' por um termo que designa outra propriedade de um objeto natural ou coleção de objetos naturais (BALDWIN, 1992, p. 40). Isso eliminaria o reino característico da moralidade em favor de uma redução ao mundo natural. Neste ponto consistiria o erro de definição cometido pelos naturalistas, pois estamos

diante de duas propriedades distintas e nenhuma definição redutivista será correta. O que garante que qualquer definição para 'bom' será errada é justamente a ideia de que 'bom' é um termo indefinível pois denomina uma noção simples.

#### 2.4. NOÇÕES SIMPLES E COMPLEXAS.

Conforme apontamos, Moore estabelece no início do texto que se alguém pretende oferecer uma definição para o termo 'bom', ela deverá ser dada em uma análise conceitual. Contudo, o tipo de definição desejada para 'bom' só pode ser oferecida para aquilo que Moore denomina "noções complexas" e 'bom' não é relacionado a uma noção desse tipo (MOORE, 1980, p. 08 – 09).

Noções complexas, segundo Moore, seriam aquelas que se relacionam com objetos que se compõem de partes que podem ser separadas mentalmente. Quando se realiza uma definição desse tipo e essa é uma boa definição (no sentido de que é eficiente em delimitar a natureza do objeto desejado) os termos usados na própria definição não podem ser ulteriormente definidos, pois tais termos se relacionam a noções simples que, ao contrário das noções complexas, "[...] são simplesmente algo em que pensas ou que percebes, sendo-te impossível, através de qualquer definição, ilustrar a sua natureza a qualquer pessoa que não consiga imaginá-los ou percebê-los" (MOORE, 1980, p.08).

É a partir da ideia de noções simples e complexas que surge o problema dos termos éticos de Moore: a natureza daquilo designado por 'bom' é compreendido como uma noção simples, então não podemos oferecer uma definição do próprio termo além dele mesmo. Moore conclui seu posicionamento da seguinte forma: "se me perguntarem "o que é bom?", a minha resposta é que bom é aquilo que é bom, e com isto a questão está encerrada. Ou então, se me perguntarem, "como se deve definir bom?", a minha resposta é que "bom" não pode ser definido" (MOORE, 1980, p. 07-08). Seria, para Moore, um erro tentar identificar 'bom', que representa uma noção simples, com qualquer outra coisa que não seja bondade, pois noções simples são indefiníveis. Assim, qualquer que seja a definição oferecida pelas teorias éticas para 'bom', essa será sempre incorreta.

O problema aqui é que, qualquer que seja o erro postulado por Moore, a falácia naturalista continua sendo afetada por uma crítica similar à anterior: Se a falácia naturalista surge devido a uma definição que é errada, porque o termo em questão é

indefinível, precisamos, primeiro, provar que o termo não tem uma definição. Mas não é óbvio que ‘bom’ designa uma qualidade indefinível. Para as propostas criticadas por Moore, como o naturalismo ético, é precisamente o caso que ‘bom’ pode ser definido. Para garantir a falácia naturalista, nesses casos, devemos saber de antemão que bondade é indefinível, o que, segundo Frankena, não é garantido por Moore (FRANKENA, 2015, p. 473).

## 2.5. MANTENDO A FALÁCIA NATURALISTA.

Uma forma de manter a falácia naturalista contra as críticas de Frankena de uma possível petição de princípio é demonstrar, para além da falácia naturalista, que qualquer definição oferecida para ‘bom’ será, realmente, insuficiente devido às características peculiares do termo. E podemos entender que isso é feito por Moore no *Principia Ethica*, quando ele faz uso de um argumento que ficou posteriormente conhecido como o *Argumento da Questão em Aberto*.

O argumento da questão em aberto tem uma forma bastante simples, mas é suficiente para assegurar o ponto pretendido por Moore de que qualquer definição oferecida para o termo ‘bom’ será sempre incompleta e que, portanto, ‘bom’ só pode ser entendido como um termo que delimita uma noção simples e que, portanto, não pode ser identificada com nenhuma outra.

A estrutura do argumento da questão em aberto é a seguinte:

Dado:  $x$  é bom =  $x$  é  $P$ .

Se  $P$  uma propriedade qualquer. Admitimos que é uma questão genuína perguntar de qualquer caso particular  $y$  se ele é bom. Neste caso,  $y$  será bom se, e somente se,  $y$  for  $P$ . Se o caso particular investigado for o próprio  $P$  também teremos uma pergunta genuína do tipo “ $P$  é bom?”. Ou seja, podemos perguntar sobre o próprio  $P$  se ele mesmo é bom. Sendo que nesse caso, quando assumimos a definição inicial, a resposta será: “ $P$  é bom se, e somente se,  $P$  for  $P$ ”, o que é uma relação trivial e, portanto, não parece captar corretamente o sentido da pergunta “ $P$  é bom?”, isto é, aceitamos que a pergunta sobre se  $P$  é ou não bom é, de fato, uma pergunta. Não temos como saber de antemão a resposta dessa pergunta. Um caso diferente é a pergunta sobre se  $P$  é igual a si mesmo cuja resposta já é assegurada pelo princípio de identidade (Cf. MOORE, 1980, p. 16).

Aplicar qualquer definição de ‘bom’ para um caso particular não é suficiente para responder se esse caso cai ou não sob a extensão do predicado original. Isso indica que não há uma relação de sinonímia entre a definição e o termo. Se houvesse tal relação, a questão estaria “fechada”, como nos casos em que perguntamos: “Bom é bom?” Ou “Triângulo é uma figura com três ângulos internos?” Mesmo colocar em dúvida relações do tipo “bom é bom” parece um contrassenso, pois dizer que bom é igual à sua negação é uma contradição evidente.

Entretanto, temos perguntas genuínas quando inquerimos sobre as definições comumente oferecidas para o termo ‘bom’ se elas realmente são eivqvalentes a ‘bom’, pois as respostas possíveis não são óbvias ou livres de discussão (Cf. MOORE, 1980, p. 15). Elas também poderiam ser colocadas em dúvida sem que isso levasse a contradições. Assim, ao investigarmos nossas intuições comuns, percebemos que nenhuma definição oferecida para o termo ‘bom’ está de acordo com nosso entendimento comum do uso do termo em questão (Cf. SILVA, 2006, s/p), o que indicaria que ela não é uma definição completa. Justamente porque não é persuasiva.

E se a seguir tentar esta experiência com cada definição sugerida, poderá tornar-se suficiente lúcido e experiente para reconhecer que em todo caso a sua inteligência está diante de um objeto singular, com respeito a cuja conexão com qualquer outro objeto se pode formular uma questão diferente. (MOORE, 1980, p. 16).

Para ser uma definição correta deveríamos achar natural guiar nossos julgamentos com base nela, mas não é o que acontece (BALDWIN, 1992, p. 89), pois não há entre os termos uma relação de sinonímia. A conclusão do argumento da questão em aberto é que para todo novo caso particular sempre poderemos nos perguntar se ele é bom, mesmo que ele caia sob o critério de definição anteriormente estabelecido, o que indica que a definição oferecida não é suficiente para captar o significado de ‘bom’.

O argumento da questão em aberto, conforme apresentado, têm duas bases teóricas importantes: o *Princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos* e a noção de *expressões intercambiáveis salva significatione*. Juntas essas bases mostram que as duas expressões ‘x é bom’ e ‘x é P’ só podem ser assumidas como expressando proposições diferentes e, portanto, como tendo um significado distinto. Se o significado de ‘bom’ for o mesmo que o significado de ‘P’, sentenças predicativas com esses termos também serão sentenças sinônimas. Portanto, é preciso aceitar que ‘x é bom’ tem o mesmo significado que ‘x é P’. Se isso ocorre, temos um caso em que

as sentenças em questão são intercambiáveis *salva significatione* entre elas, ou seja, como elas expressam a mesma proposição, trocar uma expressão pela outra não altera o significado da sentença.

Admitindo como verdadeiro o Princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos, duas coisas são iguais se, e somente se, elas possuem as mesmas propriedades. Se a proposição expressa por ambas as sentenças é a mesma não deveríamos chegar à conclusão de que a identificação das duas sentenças suscita dúvidas de sua veracidade. Enquanto que ‘ $x$  é  $P$  se e somente se  $x$  é bom’ é uma sentença informativa, ou seja, nos diz algo que não é imediatamente captado pelo significado de ‘bom’, a sentença ‘ $x$  é  $P$  se e somente se  $x$  é  $P$ ’ tem um carácter meramente tautológico, ou seja, as propriedades das sentenças são distintas. Portanto, pelo Princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos, somos levados a sustentar que as sentenças não são iguais. Mas há uma dificuldade com essa argumentação de Moore e que discutiremos a seguir: da forma como é compreendida por Moore a análise conceitual leva ao *Paradoxo da Análise*, que foi observado por C. H. Langford.

### 3. PARADOXO DA ANÁLISE E ANÁLISE CONCEITUAL

Discutimos e apresentamos ao longo deste texto algumas condições que subjazem uma análise conceitual e que parecem ser assumidas por Moore. Em um primeiro momento, parece que um ponto fundamental para Moore é que ao se realizar uma definição para um termo qualquer sejamos capazes de encontrar um conjunto  $\psi$  de noções simples que conjuntamente circunscrevam exatamente os mesmos objetos selecionados pelo termo original. É isso que está em jogo quando dizemos que um “cavalo é um quadrúpede com cascos do gênero *Equus*” ou que “triângulo é uma figura retilínea com três lados”. Em resumo, o conceito *analysans* analisa o conceito *analysandum*<sup>8</sup> se e somente se:

(i) *analysans* e *analysandum* são necessariamente coextensivos. O *analysans* se aplica a todos os objetos que o *analysandum* se aplica e vice-versa, ou seja, os conceitos têm a mesma extensão, necessariamente. (ROSA, 2012, p. 37).

<sup>8</sup> Levando em consideração que em uma relação de análise entre dois termos ‘ $a$ ’ e ‘ $b$ ’, em que ‘ $b$ ’ representa um conceito ou conjunção de conceitos que analisa o termo ‘ $a$ ’, diremos, em conformidade com as bibliografias de referência, que  $a$  é o *analysandum* e  $b$  é o *analysans* da relação de análise conceitual em questão.



O segundo ponto que podemos destacar é que uma análise conceitual deve ser feita de modo que o *analysans* explique ou mostre a constituição do *analysandum*: Uma análise deve ter um valor informativo no sentido de colocar em conceitos simples um conceito mais complexo. Por essa razão, Moore insiste que apenas noções complexas são passíveis de análises. Relembrando, Moore ressalta que não é possível oferecer para noções simples outras definições, justamente porque tudo o que podemos dizer sobre elas é que são iguais a si mesmas e isso não caracteriza uma definição.

Portanto, podemos acrescentar como uma segunda cláusula para a análise conceitual que a análise tenha um valor informativo sobre o *analysandum*. Para que isso ocorra, a análise não pode ser feita de forma circular, pois neste caso nenhuma informação nova seria oferecida. Se em uma análise conceitual tudo o que se pode oferecer sobre o *analysandum* é o próprio *analysandum*, como acontece para noções simples, nós não temos uma relação informativa, mas tautológica. Com essas considerações, ficamos com uma segunda cláusula para uma análise conceitual: o conceito *analysans* analisa o conceito *analysandum* se e somente se:

- (i) *analysans* e *analysandum* são necessariamente coextensivos
- (ii) O *analysans* mostra como se constitui o *analysandum* sem circularidade.

Por fim, Moore ainda nos apresenta outra cláusula quando nos diz que não basta que a extensão de ‘bom’ seja a mesma que de alguma outra propriedade, erro que Moore acusa os naturalistas de cometerem. É importante que a propriedade relacionada tenha o mesmo significado de ‘bom’, ou seja, que a propriedade em questão e o termo ‘bom’ designem o mesmo objeto intensional<sup>9</sup>, como é o caso para ‘solteiro’ e ‘homem não-casado’.

Assim, o conceito *analysans* analisa o conceito *analysandum* se e somente se:

- (i) *analysans* e *analysandum* são necessariamente coextensivos,
- (ii) O *analysans* mostra como se constitui o *analysandum* sem circularidade.
- (iii) *analysans* e *analysandum* são sinônimos.

Como a relação entre sinônimos em uma língua deve ser transparente para qualquer falante competente, podemos derivar da terceira tese que uma relação de análise entre termos é também uma relação cognoscível *a priori* para os falantes. O que justifica a insistência de Moore para apelar às nossas intuições sobre o caso do

---

<sup>9</sup> Cf. Nota 4

termo moral como forma de manter o argumento da questão em aberto. O que tal apelo invoca é que se há uma relação entre ‘bom’ e alguma propriedade natural ela não é captada naturalmente por nossa linguagem, o que também indica que tal definição não pode ser uma definição analítica, mas apenas sintética.

Portanto, para uma análise conceitual conforme defendido por Moore, temos que o conceito *analysans* analisa o conceito *analysandum* se e somente se:

- (i) *analysans* e *analysandum* são necessariamente coextensivos,
- (ii) O *analysans* mostra como se constitui o *analysandum* sem circularidade.
- (iii) *analysans* e *analysandum* são sinônimos.

(iv) a relação entre *analysans* e *analysandum* é cognoscível *a priori* pelo falante (Cf. ROSA, 2012, p. 37).

Essas quatro teses são assumidas como pano de fundo para o argumento da questão em aberto, que mostra que nenhuma definição oferecida para ‘bom’ é capaz de atender aos quatro critérios propostos. Segundo Moore, para todo novo caso particular que oferecemos como uma definição para o termo ‘bom’, sempre podemos nos perguntar se ele é, de fato, bom: quando dizemos que ‘bom’ é o mesmo que “aquilo que maximiza o prazer”, ainda nos resta uma dúvida: “aquilo que maximiza o prazer é realmente bom?”. Temos uma questão em aberto, ou seja, não temos como saber sem investigação que a resposta para essa pergunta é afirmativa ou negativa. Para ser verdadeira, a definição dependeria da aceitação de uma teoria naturalista que a apresenta como *a priori*. Por outro lado, quando nos perguntamos sobre o termo ‘bom’ não cabe esse tipo de pergunta. Perguntar sobre ‘o bom’ se ele realmente define ‘bom’ não parece ser uma pergunta real. Podemos dizer, pelo princípio de identidade, que todas as coisas são iguais a si mesmas, portanto, temos uma questão fechada.

Assim, a conclusão é que qualquer definição que se ofereça para ‘bom’ não será intercambiável *salva significatione* com o termo ‘bom’, o que indica que a definição oferecida não é suficiente para captar o significado de ‘bom’. Portanto, as definições encontradas por Moore na literatura falham tanto em atender à cláusula (iii) sobre a equivalência intensional como também à cláusula (iv) sobre a cognoscibilidade *a priori* da relação.

O argumento é desenvolvido da seguinte forma:

Se é verdadeiro que: (I)  $x$  é bom se e somente se  $x$  é  $P$ . E os termos ‘bom’ e ‘ $P$ ’ são intercambiáveis *salva significatione*, ou seja, têm o mesmo significado, a sentença (I) será igual à sentença (II)  $x$  é  $P$  se e somente se  $x$  é  $P$ . (I), contudo, é uma sentença

informativa e (II) não, demonstrando que as sentenças possuem propriedades distintas o que, pelo Princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos, indica que elas não são equivalentes e que, portanto, não são intercambiáveis *salva significatione* e isso independe do que colocamos no lugar de *P*.

O argumento da questão em aberto de Moore, portanto, defende que uma análise somente é correta quando existe uma relação de sinonímia entre os termos analisados. Por outro lado, se a expressão verbal oferecida na análise tem o mesmo significado que a expressão que está sendo analisada, como no caso de “‘bom’ é ‘bom’”, então temos uma relação circular ou trivial. Conforme notou Langford, para Moore “[...] se a expressão verbal representando o *analysandum* tem o mesmo significado que a expressão verbal representando o *analysans*, essa análise declara uma identidade nua e trivial, mas se as duas expressões verbais não têm o mesmo significado a análise é incorreta”. (1968, p. 323)

Tal situação invocada é um problema que ficou conhecido como o *Paradoxo da Análise*, formulado por C. H. Langford (1942) e que se caracteriza por um cenário paradoxal ao qual somos lançados quando pretendemos realizar uma análise segundo as condições necessárias e suficientes para uma análise conceitual. Assim, ainda que à primeira vista todas as cláusulas da análise conceitual pareçam corretas e razoáveis, assumir todas as quatro, conjuntamente, leva a uma contradição. As quatro teses, conforme apresentadas são:

- (I) *analysans* e *analysandum* são necessariamente coextensivos.
- (II) as expressões de *analysans* e *analysandum* são sinônimas.
- (III) o *analysans* mostra como se constitui o *analysandum* sem circularidade.
- (IV) a relação entre *analysans* e *analysandum* é cognoscível *a priori*.

Assumindo, inicialmente, duas sentenças do mesmo tipo das apresentadas por Moore, temos:

- (i) ‘ $x$  é  $\varphi$  se, e somente se,  $x$  é  $\psi$ ’
- (ii) ‘ $x$  é  $\psi$  se, e somente se,  $x$  é  $\varphi$ ’

Sendo que (i) é uma sentença que acrescenta uma informação sobre a natureza de  $\varphi$  e (ii) é apenas uma sentença trivial. Assim, a primeira é uma análise e a segunda não é uma análise de  $\varphi$ . Se (i) é verdadeiro, então, ‘ $\varphi$ ’ e ‘ $\psi$ ’ possuem o mesmo significado o que pode ser representado usando a notação  $[\varphi] = [\psi]$ . Se as sentenças são sinônimas significa que elas são intercambiáveis entre si *salva significatione*. Sentenças intercambiáveis são iguais, o que implica, pelo Princípio da

Indiscernibilidade dos Idênticos, que as sentenças têm as mesmas propriedades. Desse conjunto de características derivamos o paradoxo da análise:

Assumimos que:

(i) é uma análise

(ii) é não-análise

Se (i), então  $[\varphi] = [\psi]$

(i) é verdadeira

então  $[\varphi] = [\psi]$  (*modus ponens*)

Se  $[\varphi] = [\psi]$ , então ' $\varphi$ ' e ' $\psi$ ' são intercambiáveis *salva significatione*.

$[\varphi] = [\psi]$

então ' $\varphi$ ' e ' $\psi$ ' são intercambiáveis *salva significatione*. (*modus ponens*)

Se ' $\varphi$ ' e ' $\psi$ ' são intercambiáveis *salva significatione*, então (i) = (ii)

' $\varphi$ ' e ' $\psi$ ' são intercambiáveis *salva significatione*

então, (i) = (ii) (*modus ponens*)

Pelo princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos (i) = (ii) se, e somente se, (i) e (ii) têm as mesmas propriedades.

(i) = (ii)

então, (i) e (ii) têm as mesmas propriedades. (*modus ponens*)

Ser uma análise é uma propriedade das sentenças.

Então, se (i) = (ii), então (i) é uma análise se e somente se (ii) é uma análise.

Se (i) é uma análise, então (ii) é uma análise. (passagem da bicondicional para a condicional)

(i) é uma análise.

Portanto, (ii) é uma análise.

(ii) é uma análise e uma não-análise. (conjunção)

Tal resultado caracteriza uma violação do princípio de não-contradição, ( $\neg \exists x$ ) ( $Ax \ \& \ \neg Ax$ ). Portanto, por *reductio ad absurdum*, podemos demonstrar que não é

possível assumir as quatro teses para a análise conceitual pretendidas por Moore conjuntamente<sup>10</sup>. Não apenas para os casos em que pretendemos definir ‘bom’ chegamos a situação paradoxal apontada por Moore no Argumento da Questão em Aberto, mas para qualquer que seja o caso a ser definido, chegamos a mesma dificuldade. Fica claro, portanto, que ao menos uma das condições da análise conceitual apresentadas é falsa. A seguir apresentaremos uma possibilidade disponível ao naturalista.

### 3.1. DISCUTINDO AS CONDIÇÕES DA ANÁLISE.

De todas as quatro teses apresentadas aquelas mais difíceis de serem recusadas são a (I) de que *analysans* e *analysandum* são necessariamente coextensivos e a (III) de que o *analysans* mostra como se constitui o *analysandum* sem circularidade. A tese (I) não parece poder ser rejeitada sem que se perca algo de muito elementar para qualquer relação de análise. O mínimo que podemos exigir ao se fazer uma análise é que os dois termos ou expressões em questão se refiram aos mesmos objetos. Poderemos discutir depois se essa é uma relação apenas contingente ou se é necessária, mas, ao menos em princípio, para que possamos considerar uma relação entre dois termos como uma análise devemos aceitar que se aplicam aos mesmos objetos. Além disso, para que seja uma análise e não mera tautologia é de se esperar que os termos relacionados, ainda que se refiram aos mesmos objetos, tenham, ao menos, formulações distintas, ou seja, a tese (III) também é demasiada basilar para que alguma relação entre termos ou expressões seja reconhecida como uma análise.

Se as teses (I) e (III) não podem ser falsas, teremos de analisar as teses (II) e (IV), pois é certo que uma delas, ao menos, pode ser rejeitada. Neste texto, procuraremos rejeitar ambas as teses, ou seja, procuraremos mostrar como uma definição não precisa ser cognoscível *a priori* e nem feita apenas entre sinônimos. Se *analysans* e *analysandum* não são sinônimos, podemos dizer que o *analysans* é mais articulado que o *analysandum* e, embora ambos sejam coextensivos, não se referem aos mesmos objetos por meio das mesmas descrições. Por exemplo, o termo ‘laranja’ e a expressão ‘cor intermediária entre vermelho e amarelo’. Não sustentamos que tais

---

<sup>10</sup> Esta esquematização do Paradoxo da Análise é proposta pelo professor Dr. Munaretti da Rosa, 2012, p. 40 – 43 e foi adaptado para este texto pela autora.

termos sejam sinônimos simplesmente, muito embora eles pareçam se aplicar, exatamente e sempre, aos mesmos objetos.

De modo geral, podemos dizer que o termo e a expressão acima têm as mesmas condições de verdade, ou seja, o mesmo objeto que tornará a aplicação do primeiro verdadeira tornará verdadeira também a aplicação do segundo, o que significa que eles são equivalentes em algum sentido, ainda que não sejam exatamente sinônimos (**Cf.** LANGFORD, 1968, p. 331 – 335). Tal posição evita a conclusão contraditória que demonstramos seguir das condições da análise, pois uma vez que os termos numa análise não sejam sinônimos não podemos substituí-los *salva significatione* o que nos impede de afirmar que a sentença (i) seja igual à sentença (ii) e que, portanto, possuam as mesmas propriedades.

Para garantir a relação de análise, contudo, devemos observar que o caso aqui exemplificado não parece o mesmo que citamos anteriormente de duas descrições que apenas são equivalentes extensionalmente de modo accidental como “criatura com rins” e “criatura com coração”. Parece existir entre os termos de uma análise uma relação um pouco mais complexa que obriga que os termos em questão se refiram aos mesmos objetos. Por exemplo, é fácil perceber que o termo ‘laranja’ e a expressão ‘cor intermediária entre amarelo e vermelho’ designam os mesmos objetos, mas além disso, percebemos que o segundo é um tipo de descrição da natureza do primeiro. É o mesmo caso de algumas relações teóricas das ciências como “calor” e “movimento de moléculas” ou “solidez” e “proximidade das moléculas”. As expressões em voga não são exatamente sinônimas, mas de algum modo são equivalentes, pois “x possui calor” é a mesma coisa que “x possui calor & x tem tal movimento de suas moléculas” e “x é sólido” é o mesmo que “x é sólido & x tem tal e tal proximidade em suas moléculas”, necessariamente ter calor implica ter certo movimento das suas moléculas constituintes e ser sólido implica em certa força de coesão entre as moléculas (**Cf.** LANGFORD, 1968, p. 328 – 329).

Admitir que a análise não exige sinonímia (não são intercambiáveis) também pode levar à conclusão de que os termos ou expressões na análise não precisam ser cognoscíveis *a priori* pelo falante, o que seria uma rejeição, também, da tese (IV) de Moore. Afinal, uma análise puramente linguística de “laranja” talvez não nos informasse que isso é o mesmo que “ser uma cor intermediária entre amarelo e vermelho”.

Para rejeitar a tese (II), entretanto, não podemos apenas nos manter em algumas intuições que temos entre alguns conceitos. Se admitimos que algumas relações entre termos não se dão por sua natureza linguística, devemos ser capazes de explicar, então, qual a natureza daquilo que as sustenta. Uma abordagem possível para tais tipos de situações é recorrer à noção de verdades necessárias desenvolvida por Saul Kripke (1980).

### 3.2. O QUE É UMA VERDADE NECESSÁRIA?

Quando dizemos que algumas verdades são necessárias e outras contingentes estamos traçando uma distinção entre dois tipos de sentenças verdadeiras: Aquelas que são verdadeiras, mas poderiam ser falsas e aquelas que são verdadeiras e impossíveis de serem falsas. Por exemplo, 'Saul Kripke é o autor de *Naming and Necessity*' parece expressar uma verdade contingente, pois podemos facilmente imaginar situações nas quais Kripke não tenha feito as palestras que deram origem ao livro ou outro quadro similar que levaria a uma situação em que Kripke não fosse o autor de *Naming and Necessity*. Por outro lado se digo 'Se Saul Kripke é o autor de *Naming and Necessity*, então Saul Kripke é o autor de *Naming and Necessity*' não parece existir uma situação em que essa sentença possa ser falsa.

No caso de sentenças como  $p \rightarrow p$  sabemos que estamos diante de verdades necessárias quaisquer que sejam os valores de  $p$ . Não precisamos para cada caso particular investigar a natureza a nossa volta para sabermos que a sentença é verdadeira, sabemos disso *a priori*, ou seja, apenas analisando a estrutura de nossa linguagem. Por outro lado, saber que Kripke é o autor de *Naming and Necessity* requer conhecimento empírico, então, dizemos que a verdade da sentença é determinada *a posteriori*. As verdades da física, da biologia e da química normalmente são também determinadas *a posteriori*, pois não somos capazes, apenas por nosso entendimento e compreensão dos termos envolvidos em tais sentenças, de conhecer a maneira como o mundo funciona (KRIPKE, 1990, p. 36).

Contudo, a noção de necessidade e de *aprioridade*, apesar de diferentes, podem ser facilmente consideradas como intrinsecamente relacionadas de modo que todas as verdades *a priori* sejam necessárias e que todas as verdades necessárias sejam *a priori*. A ideia de que não precisamos recorrer à experiência para chegar às verdades *a priori* e a ideia de que verdades necessárias não dependem de como o

mundo se configura podem estar por trás dessa tendência: Parece ser o caso que não precisamos saber como o mundo é com relação as coisas necessárias (não é preciso conhecimento *a posteriori*), pois o que é necessariamente sempre será de uma dada forma (não poderia ser de outro jeito). Mas se observamos essas condições podemos perceber que uma sentença pode ser verdadeira em qualquer circunstância possível justamente pela forma como as coisas são, ou seja, que algumas sentenças podem exprimir uma relação metafísica, ainda que não seja totalmente explorada pela semântica. Então algumas verdades necessárias podem ser descobertas como necessárias de modo *a posteriori* (KRIPKE, 1990, p. 38), ou seja, podemos descobrir empiricamente relações de necessidade metafísica que não são captadas pela semântica.

Podemos também demonstrar por contraexemplos alguns casos em que temos verdades necessárias e que não são *a priori*. Essa é a estratégia adotada por Kripke quando ele cita o exemplo de que 'água é H<sub>2</sub>O' ou 'ouro é o elemento de número atômico 79' (Cf. KRIPKE, 1990). Essa são sentenças que expressam algo sobre a essência de um tipo natural<sup>11</sup>, ou seja, elas nos dizem que algo que existe no mundo e que denominamos 'água' ou 'ouro' possui tal e tal estrutura química essencialmente. Percebemos que estamos falando da essência desses tipos naturais porque nada com uma estrutura química distinta poderia ser água ou ouro. Ser H<sub>2</sub>O ou ter número atômico 79 é o que constitui tais tipos naturais. Isso se contrasta fortemente com outras peculiaridades não essenciais desses tipos. Por exemplo, ser amarelo, ser brilhante e outras características fenomenológicas estão presentes tanto no ouro como na pirita de ferro, tanto que essa última é popularmente conhecida como ouro-de-tolo, mas não dizemos que ouro é o mesmo que pirita de ferro justamente porque suas características essenciais são distintas (KRIPKE, 1990, p. 119).

Essas considerações indicam que enunciados de descobertas científicas não representam verdades contingentes, mas necessárias (KRIPKE, 1990, p. 125), pois se admitimos que 'água é H<sub>2</sub>O' fica claro que água não pode ser outra coisa que não H<sub>2</sub>O, ou seja, se o enunciado é verdadeiro ele é necessariamente verdadeiro. Contudo, descobrir a composição química da água não é tipo de atividade que possamos

---

<sup>11</sup> O que é um tipo natural será discutido no capítulo seguinte. Por enquanto, podemos admitir que tipos naturais são aqueles fenômenos e coisas que acontecem no mundo de modo independente das práticas humanas, como por exemplo, os seres vivos, os elementos químicos e substâncias derivadas e os fenômenos climáticos. Tipos naturais se opõem, portanto, nesta terminologia, aos tipos artificiais que seriam aqueles que existem devido às convenções sociais, linguísticas e intenções humanas.



empreender separado da investigação empírica. A verdade da sentença 'água é H<sub>2</sub>O' é uma descoberta *a posteriori*, fruto do desenvolvimento de laboratórios e métodos experimentais, então é *a posteriori* que sabemos que água é necessariamente H<sub>2</sub>O.

Se admitirmos que relações como 'água é H<sub>2</sub>O' ou 'ouro tem número atômico 79' representam verdades necessárias, mesmo que não sejam *a priori*, talvez sejamos capazes de desconsiderar o Paradoxo da Análise, conforme pretendido por Langford. Poderemos admitir que algumas expressões, embora não sejam simplesmente sinônimas delas, ainda assim, se referem a exatamente e necessariamente aos mesmos objetos, mantendo as mesmas condições de verdade.

Isso nos impede de afirmar que se as expressões têm o mesmo significado, elas são intercambiáveis *salva significatione*, pois em alguns casos, como as descobertas científicas, não podemos estabelecer essa relação. Por exemplo, não é o caso que podemos trocar em qualquer sentença o termo 'ouro' pela expressão 'substância de número atômico igual a 79'. As sentenças 'foi descoberto que ouro é a substância de número atômico 79' não é exatamente a mesma que 'foi descoberto que ouro é ouro', a primeira indica uma descoberta sobre a natureza do mundo que não era imediatamente acessível a nós e a segunda não. Foi preciso algum grau de evolução na ciência da química e da física para que ela fosse tomada como verdadeira. Uma vez que, como demonstramos inicialmente, é exatamente a partir da possibilidade de trocar as expressões *salva significatione* que chegamos à situação paradoxal, com essas considerações podemos evitar o Paradoxo da Análise, pois não precisamos admitir que expressões que designem um mesmo objeto, necessariamente, tenham exatamente as mesmas propriedades.

#### 4. CONSEQUÊNCIA PARA O ARGUMENTO DA QUESTÃO EM ABERTO

Poderíamos aceitar que 'bom' é um termo para alguma propriedade ou conjunto de propriedades *P* designam o mesmo objeto, ainda que a maioria dos falantes de uma língua estejam de acordo que eles não são sinônimos. Teríamos a seguinte situação: *x* é bom = *x* tem a propriedade *P*.

Nesse caso, descobrimos que a sentença é verdadeira não pela análise linguística de suas partes, mas empiricamente, do mesmo modo como descobrimos

que água tem a fórmula química  $H_2O$ . Assim, podemos sustentar que “ser bom” é o mesmo que “ter a propriedade  $P$ ” aos moldes do naturalismo ético, mas evitamos o argumento da questão em aberto, pois não é preciso assumir que as expressões sejam intercambiáveis entre si.

O argumento da questão em aberto nos apresenta a dificuldade de que duas sentenças, quando são iguais, não podem ter propriedades distintas e que, portanto, trocar uma pela outra numa sentença não altera a verdade ou falsidade de uma sentença. Contudo, ao admitirmos que nem todas as relações de identidade são transparentes para nós, pelo simples uso da linguagem, podemos admitir que as bases teóricas do argumento da questão em aberto são questionáveis (principalmente porque delas derivamos o paradoxo da análise).

Por exemplo, no caso das verdades científicas teríamos questões em aberto do mesmo tipo que temos para o caso ético. Se dissermos que ‘ $x$  é água se e somente se  $x$  é água’ temos uma afirmação tautológica, mas temos uma questão em aberto quando dizemos que ‘ $x$  é água se e somente se  $x$  é  $H_2O$ ’. Talvez, hoje em dia, que tal relação é bastante difundida, seja difícil vê-la como uma questão em aberto, mas devemos nos lembrar que houve um tempo em que tal afirmação era uma hipótese científica que ainda carecia de experimentos para ser aceita como verdadeira. Assim, temos questões em aberto para identidades científicas, mas que não implicam que tais identidades sejam falsas e o mesmo poderia ser sustentado por uma proposta naturalista do significado dos termos morais.

Assumir a teoria de verdades necessárias *a posteriori* desenvolvida por Kripke como base para termos morais foi a estratégia adotada pelo *neorrealismo naturalista*<sup>12</sup>, para oferecer uma nova formulação para o naturalismo ético. Para o neorrealismo, expressões para termos morais e propriedades naturais não são intercambiáveis *salva significatione* como supunha o argumento da questão em aberto, pois não é uma questão linguística que as duas indiquem as mesmas coisas, mas uma questão de como as coisas são no mundo. Assim, Moore estaria correto em sustentar que nenhuma análise conceitual dos termos morais nos daria uma definição para eles, mas estaria errado ao derivar disso que nenhuma definição é possível. No capítulo seguinte exploraremos a possibilidade alçada por esse tipo de realismo naturalista.

---

<sup>12</sup> *New Wave Moral Realism ou Cornell's Realism.*

## **CAPÍTULO II**

### **TIPOS MORAIS E TIPOS NATURAIS: A MESMA TEORIA SEMÂNTICA**

## 1. TIPOS NATURAIS E TIPOS ARTIFICIAIS

*“[...] tal modo de classificar coisas  
consiste em trabalho dos homens.”*

*Locke*

Admitimos que existem dois tipos de conceitos: aqueles que são completamente artificiais, ou seja, cujo significado é determinado por convenções sociais, linguísticas e as intenções humanas e aqueles que se referem a classes de coisas que acontecem no mundo de modo independente de qualquer prática humana. O primeiro tipo de conceito chamaremos “tipos nominais”, ou “tipos artificiais” são exemplos: ‘solteiro’, ‘viúvo’, ‘garfo-para-peixe’ etc. O segundo tipo são os “tipos naturais” que englobam as classes das plantas, animais, elementos, compostos químicos entre outros.

Especialmente após os desenvolvimentos semânticos de Kripke, que apresentamos no capítulo anterior, e de Putnam, que apresentaremos a seguir, a diferença entre tipos nominais e tipos naturais foi mais fortemente marcada. Enquanto tipos nominais possuem definições *a priori*, tipos naturais possuem definições *a posteriori*. Isso significa dizer que tipos naturais possuem definições dadas por investigações empíricas sobre sua natureza, enquanto tipos nominais são aqueles definidos em função de um conjunto previamente estabelecido de propriedades. Podemos marcar essa diferença invocando, por exemplo, o argumento desenvolvido por Putnam sobre a Terra Gêmea (2003 [1975]):

Quanto a um termo para tipo natural, por exemplo, ‘água’, começamos com duas possibilidades: Ou podemos dizer que o conjunto de propriedades <líquido inodoro, insípido, resfriante e que pode ser bebido> é uma definição *a priori* para ‘água’, sendo assim, possuir essas características é condição necessária e suficiente para algo ser denominado ‘água’. Por outro lado, podemos admitir que essas características fenomenológicas estão frequentemente associadas com a água, mas que não oferecem uma definição para o termo e somente uma investigação empírica sobre os componentes da água é capaz de nos dar uma definição correta para ‘água’.

No argumento da Terra Gêmea (Cf. PUTNAM, 2003, p. 222 – 227), devemos imaginar que existe um planeta idêntico à Terra em quase todos os aspectos, com a diferença de que neste duplo da Terra o líquido que seria chamado ‘água’ apresentaria

uma estrutura molecular distinta da existente na Terra. A fórmula da água<sub>TG</sub> seria uma estrutura muito complexa, mas que poderia ser abreviada como X<sub>Y</sub>Z. Apesar desta diferença, a água<sub>TG</sub> compartilharia as mesmas qualidades fenomenológicas da água<sub>T</sub>, ou seja, seria um líquido sem cheiro ou sabor, consumido pelos animais e usado para resfriamento etc.

Seguindo o argumento, se existisse na Terra um indivíduo A<sub>T</sub> e na Terra Gêmea sua contraparte A<sub>TG</sub>, (também idênticos em todos os aspectos) e ambos desconhecessem a estrutura molecular da água, ambos se refeririam à mesma coisa ao utilizar o termo 'água', uma vez que ambos associariam o mesmo conjunto de propriedades à palavra 'água'. Na teoria, eles se referem a algo que satisfaz a descrição que os falantes competentes associam ao termo (as características fenomenológicas da água). O que se segue disso é que 'água' tanto se refere a H<sub>2</sub>O quanto a X<sub>Y</sub>Z, o que, intuitivamente, não parece correto.

A extensão do termo é diferente para 'água<sub>T</sub>' e 'água<sub>TG</sub>', pois o termo 'água' se refere a líquidos diferentes em cada planeta. Para defender a segunda posição, então, podemos argumentar que as características fenomenológicas da água são apenas acidentais e que o que realmente caracteriza algo como sendo água é possuir uma certa estrutura interna, ou seja, uma essência de água. Neste caso, nossas melhores teorias científicas indicam que essa estrutura interna seria possuir dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio organizados em um determinado arranjo. Essa seria, portanto, a melhor definição para 'água', contudo, ela não pode ser dada por convenções linguísticas, pois é o resultado de uma investigação empírica sobre a água e não sobre o uso do termo 'água' pelos falantes.

Para um tipo nominal, por outro lado, as convenções linguísticas são o que estabelecem sua natureza, essencialmente. Por exemplo, para o termo 'viúva' ou 'solteiro' não há nada que possamos investigar empiricamente em homens e mulheres para descobrir o que essencialmente os caracteriza como 'viúvas' ou 'solteiros'. Podemos investigar, linguisticamente, a quais objetos um determinado grupo aplica tais termos, mas não há algo como a essência da viuvez que poderíamos descobrir ao examinar minuciosamente as viúvas. O que existe é uma convenção de que mulheres cujos maridos faleceram sejam denominadas 'viúvas' e a definição deste termo está dada *a priori* pelo seu próprio significado.

Como consequência podemos dizer que enquanto tipos nominais são aplicados de acordo com convenções linguísticas puramente, termos para tipos naturais são, o que podemos denominar, *designadores rígidos*. Brevemente, um designador é, de modo geral, um termo que designa um objeto. Nomes próprios e descrições definidas são os exemplos mais recorrentes de designadores: “Saul Kripke”, “Hillary Putnam”, “o autor de *Naming and Necessity*” e “o autor de *Meaning of Meaning*” são todos exemplos destes tipos de designadores.

Um designador rígido, por sua vez, é aquele que nomeia o mesmo objeto, ou classe de objeto (no caso dos tipos naturais, por exemplo), em qualquer mundo possível em que o objeto exista e que não designa nada além daquele objeto. Nomes próprios (que denominam indivíduos) e nomes para tipos naturais (água, ouro, tigre) frequentemente são entendidos como designadores rígidos, mas nem todas as descrições definidas são designadores rígidos. A noção de *designação rígida* é muito útil para estabelecer verdades necessárias *a posteriori*, mas voltaremos a esta discussão mais adiante. Por enquanto, como utilizamos a expressão ‘mundos possíveis’ e ela não é de forma alguma autoexplicativa, será útil, antes de prosseguirmos com a caracterização, apontar o que pretendemos dizer com “mundos possíveis”.

### 1.1 MUNDOS POSSÍVEIS.

A teoria sobre mundos possíveis faz parte de um esforço semântico para se compreender e estudar as propriedades lógicas do discurso modal, o que inclui as noções de *possibilidade*, *impossibilidade* e *necessidade*. Para explicar brevemente essas noções partiremos da ideia de “possibilidade”, pois a partir dela poderemos derivar todas as outras. Posso dizer, por exemplo, ao lançar um dado, que há uma possibilidade de que caia algum número entre um e seis. Mas, não há nenhuma possibilidade de que um dado de seis faces caia com um número maior que seis para cima, então, podemos dizer que é impossível que caia um número maior que seis. Se for impossível que algo *não* ocorra, então isso é *necessário*. Obviamente se algo é necessário, não pode ser impossível.

Para lidar com proposições do tipo ‘necessariamente  $\phi$ ’ e ‘possivelmente  $\phi$ ’, nas quais  $\phi$  é uma variável que varia sobre fórmulas, precisamos de um sistema

formal que seja capaz de determinar os valores de verdade das sentenças quando lidamos com possibilidades. Esse sistema formal foi definido a partir da introdução da teoria dos mundos possíveis, em que o valor de verdade  $v$  de uma proposição  $p$ , neste caso, será definido em função de cada mundo possível  $m$  contido em  $M$ ,  $v(p, m)$ <sup>13</sup>, sendo  $m$  acessível ao mundo atual.

Mas, afinal, o que é um mundo possível? Podemos dar respostas diferentes a essa pergunta conforme nos comprometemos com diferentes teorias sobre mundos possíveis. Metafisicamente, todas possuem dificuldades, cujo estudo extrapolaria os propósitos deste texto. Entretanto, de modo geral, podemos desde já destacar que ‘mundo’, em qualquer das teorias disponíveis, não se refere a planetas. O nosso mundo, por exemplo, engloba não só a Terra, mas também todo o nosso sistema solar, a via Láctea e o que de maior podemos pensar que faz parte do Universo, incluindo o próprio Universo. Todas as coisas, em qualquer distância espacial que estejam, fazem parte do nosso mundo. E não apenas no espaço essa distância se estende. Qualquer evento, não importa a distância temporal de nós, faz parte do nosso mundo. Assim, fazem parte do nosso mundo, a Antiguidade Clássica, a pré-história, o período de formação da Terra e até mesmo o que aconteceu antes disso. Também faz parte do nosso mundo todos os acontecimentos futuros, mesmo que nós ainda não tenhamos acesso a eles. Um mundo possível, que não o nosso mundo atual, então, não é algum lugar que possamos ir, mesmo contando com todos os avanços tecnológicos que possamos alcançar. Esses mundos possíveis são desconectados fisicamente do nosso mundo atual.

Retomando, então, a apresentação que fazíamos sobre os designadores rígidos, quando dizemos que  $a$  é um designador rígido<sup>14</sup>, estamos dizendo que em

<sup>13</sup> Os valores de verdade poderão ser definidos a partir das seguintes condições:

Tomadas as três variáveis,  $\langle G, M, R \rangle$  em que  $G$  representa o mundo atual,  $M$  o conjunto de mundos possíveis e  $R$  a relação existente entre  $G$  e  $M$ , temos os seguintes valores de verdade para os mundos possíveis  $m$  acessíveis à  $g$ ,  $Rgm$ .

$v(\neg A, m) = V$  sse  $v(A, m) = F$ .

$v(A \rightarrow B, m) = V$  sse  $v(A, m) = F$  ou  $v(B, m) = V$ .

$v(\Box A, m) = V$  sse para cada mundo  $m'$  em  $M$ ,  $v(A, m') = V$ , o que significa dizer que necessariamente  $A$  se e somente se  $A$  for verdadeiro em todos os mundos possíveis acessíveis ao mundo atual  $g$ .

$\Diamond A = \neg \Box \neg A$  que significa dizer que não é o caso que para cada mundo  $m'$  em  $M$ ,  $v(A, m') = V$ , possivelmente  $A$  é verdadeiro se  $A$  for verdadeiro em algum mundo possível  $m$  acessível a  $g$ . (GARSON, 2018, s/p).

[Para maior clareza, no texto, o conceito de necessidade é definido em termos de possibilidade, mas as condições acima continuam verdadeiras]

<sup>14</sup> Se  $a$  for um termo geral, ele será um designador rígido, se e somente se, designa o mesmo tipo de coisas que aquelas designadas por ele no mundo atual.

qualquer mundo  $m$  (seja uma possibilidade lógica, seja uma existência real<sup>15</sup>) em que  $a$  designe um objeto ou classe, o objeto ou classe designados serão os mesmos. Então, quando usamos o nome  $a$  estamos sempre a falar da mesma coisa.

## 1.2 CONSEQUÊNCIAS METAFÍSICAS E IDENTIDADES TEÓRICAS.

Do ponto de vista metafísico, os designadores rígidos podem trazer consequências interessantes, pois nos permitem defender “identidades teóricas” entre dois designadores: Podemos entender que em algumas relações de identidade, embora não tenhamos asserções trivialmente verdadeiras, temos a expressão de uma identidade necessariamente verdadeira entre o termo e as propriedades a que ele essencialmente se refere. A possibilidade dessa identidade nos permite defender identidades *a posteriori*, conforme utilizamos no primeiro capítulo, para evitar o argumento da questão em aberto. E, além disso, se conseguimos, por meio de uma teoria, descrever as propriedades essenciais de um tipo natural qualquer de modo que essa descrição capte exclusivamente e em qualquer mundo possível os mesmo objetos, então podemos dizer que essa descrição também é um designador rígido. Assim é o caso da teoria que nos informa a composição química da água como H<sub>2</sub>O. ‘H<sub>2</sub>O’ é uma abreviação da expressão que contém uma descrição teórica da água e que é um designador rígido. Como a expressão e o termo ‘água’ se referem a exatamente os mesmos objetos, qualquer que seja o mundo possível, podemos dizer que a identidade entre ‘água’ e ‘H<sub>2</sub>O’ é necessariamente verdadeira, embora *a posteriori* (BOYD, 1980, p. 89-90).

---

<sup>15</sup> Podemos sustentar, sobre os mundos possíveis, que eles são meramente possibilidades lógicas, como sustenta o *atualismo*. Ou podemos nos comprometer com um tipo de *realismo modal*, em que cada mundo possível é um mundo real e genuíno (Talvez existam outras opções disponíveis, mas escolher entre elas não altera o ponto principal de nosso texto sobre a semântica moral, portanto, não nos aprofundaremos neste ponto). Para o atualismo, quando dizemos que cada mundo possível é uma forma como as coisas poderiam ter sido estamos nos referindo a uma possibilidade lógica, o que quer dizer que não existe nenhum impedimento lógico para que as coisas fossem de maneira  $x$  e não de maneira  $y$ . Alguns dos estados de coisas que o atualismo diz serem possíveis são atuais: aqueles que encontramos no nosso próprio mundo. Os estados de coisas atuais gozam de um caráter especial frente aos mundos meramente possíveis. Para o atualismo, o mundo atual é aquele que existe, no sentido usual dessa palavra, os outros mundos apenas poderiam ter existido, mas não são reais. Ou seja, os objetos que dizemos que habitam mundos possíveis não existem de fato, apenas os objetos do mundo atual possuem existência (PLANTINGA, 1974, p. 47). Já para o realismo modal, não há entre mundos possíveis, e nisso incluímos o nosso próprio, nenhuma diferença com relação à existência (Cf. LEWIS, 2001, p. 2). O que temos são coisas que existem em diferentes localizações. Assim, enquanto algumas coisas existem no mundo  $m$ , outras existem no mundo  $m'$  e outras em  $m''$  etc.



Entender um tipo natural como um designador rígido, então, significa entendê-lo dentro de uma teoria que fornece para cada tipo natural um conjunto de propriedades essenciais descobertas empiricamente como, por exemplo, “o elemento de número atômico 79”, “composto químico de dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio organizado em tal e tal arranjo” ou ‘movimentos das moléculas’. Desse modo, estabelecemos que cada termo para o tipo natural se refere, necessariamente, a um conjunto de coisas que compartilham as mesmas propriedades essenciais em qualquer mundo possível.

Com essas considerações, a diferença entre tipos nominais e tipos naturais, então, se torna clara: Enquanto tipos naturais possuem essências reais e que independem do uso, das práticas ou das mentes humanas e que podem ser descobertas empiricamente, tipos nominais não possuem essência ou possuem apenas uma *pseudoessência*, pois sua definição é dada apenas de modo convencional, eles são “nomes puros”.

Em resumo, segundo uma teoria tradicional dos tipos naturais como designadores rígidos, eles, os tipos naturais, seriam:

I. Independentes de qualquer prática humana. Nós simplesmente identificamos os tipos na natureza, não os criamos. Não é uma invenção humana que água seja  $H_2O$ , ou que ouro possua o número atômico 79. O máximo que nossas práticas científicas fazem é identificar essas propriedades.

II. Governados por leis naturais. Por exemplo, existe uma lei natural que faz com que os átomos da água se atraiam com determinada intensidade criando um ângulo entre eles que caracteriza a água. Existe outra lei que faz com que as moléculas possam transferir prótons de uma para outra de modo que conduzam eletricidade etc. Todos esses comportamentos típicos da água são ditados por leis naturais sob as quais se debruçam as teorias científicas (Cf. BOYD, 1999, p. 53).

III. Determinados por condições necessárias e suficientes, ou seja, podemos elencar quais as condições para que algo seja ou não de um determinado tipo, em qualquer mundo possível. Por exemplo, podemos dizer que ‘x é água se, e somente se, x é  $H_2O$ ’.

Em contraposição, nesta mesma visão, tipos nominais seriam:

I. Dependentes de convenções linguísticas ou sociais, de modo que, ontologicamente, eles dependem de mentes, organizações ou práticas humanas. O

caso do garfo-para-peixe, por exemplo. Só faz sentido postular a existência de uma entidade como essa assumindo que existam, entre outras coisas, regras de etiqueta à mesa.

II. Governados, na melhor das hipóteses, por leis inventadas por humanos e, por essa razão, sujeitas às variações históricas e convencionais. Criamos palavras para coisas que usamos. Se, em alguma sociedade hipotética as relações conjugais não são interpretadas do mesmo modo como interpretamos, pode ser possível que não existam equivalentes nessa sociedade para nossos termos 'viúva' ou 'solteiro'.

III. Determinados por um conjunto de propriedades estabelecido de modo *a priori*. Sabemos, pelo próprio significado dos termos envolvidos a quais indivíduos eles se aplicam, como é o caso de 'solteiro' e 'viúva'.

Agora, com essa definição em mãos podemos procurar entender a qual dos dois tipos, nominais ou naturais, os tipos morais parecem mais próximos. Tipos morais são comumente entendidos como:

I. Dependentes, ontologicamente, das práticas humanas, neste caso, das práticas morais. Sendo assim, é possível sustentar que não haveria nenhum referente no mundo real para os termos morais, eles apenas seriam formas produtivas de organizar certo discurso<sup>16</sup>.

II. Dependentes de práticas e convenções sociais. A aplicação dos termos morais, assim, como a dos termos para tipos nominais, parece depender de convenções sociais e não de leis naturais. Assim, embora no passado alguma prática social tenha sido considerada moralmente errada, é possível que ela deixe de ser considerada desse modo no futuro. Por exemplo, a homossexualidade que já foi vista como moralmente ruim e hoje tende a não despertar julgamentos negativos. Se houvesse uma lei natural por trás do termo moral 'errado' que determinasse que a homossexualidade se encaixa nessa definição, mudanças sociais não seriam capazes de afetar essa lei. É importante destacar, inclusive, que especialmente porque não é governada por leis naturais que a moralidade pode apresentar seu caráter mais problemático no sentido humanístico: O discurso moral pode ser moldado de acordo com preconceitos sociais para legitimar e incentivar opressões e desigualdades entre as pessoas, o que estaria por trás de ideias racistas e homofóbicas, por exemplo.

---

<sup>16</sup> Sem um referente real para os termos morais precisamos abandonar o realismo, ou assumir uma teoria do erro em que todos os enunciados morais sejam falsos.

III. Sustentando certa imprecisão quanto à sua aplicação. Neste ponto, eles se distanciam tanto dos termos para tipos naturais como para tipos nominais<sup>17</sup>. A aplicação do rótulo de ‘certo’, ‘errado’, ‘bom’ ou ‘mau’ está sujeita a alguma discordância, pois mesmo em uma sociedade homogênea, alguns membros podem discordar entre eles sobre se uma ação recai ou não sob um destes rótulos. Seria o caso dos desacordos morais genuínos, em que mesmo investigados todos os fatos naturais relevantes, ainda permanece um embate sobre uma determinada questão moral.

Seguindo essas caracterizações, portanto, podemos ser levados a concluir que tipos morais estão muito mais próximos dos tipos nominais do que dos tipos naturais. Essa interpretação, contudo, traz uma dificuldade para o neorealismo, pois a semântica naturalista não prevê sua aplicação para tipos nominais. A definição dos tipos nominais é estabelecida *a priori* e não *a posteriori*, ou seja, seu significado já é dado de antemão não sendo necessária nenhuma investigação empírica. Basta que os habitantes da Terra e Terra Gêmea usem os termos com a mesma intensão<sup>18</sup> para que estejam falando da mesma coisa, ainda que seus referentes sejam diferentes em planetas diferentes. A referência a estes tipos, portanto, não requer a noção de designações rígidas, pois são as regras sociais, culturais e, especialmente, linguísticas que determinam os referentes dos termos nominais. A semântica naturalista, então, não teria aplicação em termos para tipos nominais e sendo os tipos morais muito próximo de tipos nominais, a adaptação semântica proposta fica gravemente comprometida.

Apesar desta dificuldade, procuraremos defender que embora o que tenha sido colocado acima seja em grande parte verdadeiro, a conclusão não precisa ser que tipos morais e tipos naturais são essencialmente distintos. Analisando as condições que apontamos para tipos naturais veremos que muitos tipos que consideramos naturais falham em atender a algumas das expectativas elencadas e que é possível e proveitoso para as teorias científicas que abandonemos essas teses sobre tipos naturais. Com uma visão um pouco mais flexível sobre os tipos naturais, poderemos acolher os tipos morais como tipos naturais e aplicar a mesma teoria semântica a

---

<sup>17</sup> Essa possibilidade mostra que a dicotomia entre termos nominais e termos para tipos naturais não é exaustiva, pois, inicialmente, parece existir alguns termos cujas intensões e extensões admitem certa vagueza.

<sup>18</sup> Cf. nota 6.

ambos. Mas poderemos fazer isso lidando adequadamente com os legítimos questionamentos apresentados e sem abrir mão da solução ao problema da questão em aberto conforme apresentamos anteriormente.

## 2. TIPOS NATURAIS REVISITADOS

Em sentido clássico e estrito, a esfera natural envolve todos aqueles fenômenos que são alvo de investigação pelas ciências empíricas como a física, a química, a fisiologia etc. Em sentido mais amplo, podemos entender a esfera natural, em sentido negativo, como sendo constituída por tudo aquilo que não pertence ao âmbito transcendental ou supranatural e, neste caso, poderemos incluir em seu escopo, também, os alvos de investigação das ciências sociais como a cultura e os arranjos sociais (IMAGUIRE, 2006, p.74). Seguiremos por essa segunda via, pois a caracterização que defenderemos do que são tipos naturais dependerá dessa esfera natural mais ampla.

Em primeiro lugar, devemos nos perguntar porque os tipos naturais são os objetos de estudos das ciências e o que conta, afinal, como um tipo natural. Para responder a essas perguntas nossa estratégia será tentar responder à segunda questão a partir da resposta da primeira, ou seja, tentaremos explicar o que é um tipo natural a partir de uma apresentação de qual o papel dos tipos naturais nas teorias científicas, nas induções e predições. Essa não é uma escolha arbitrária, ela é fruto de uma concepção segundo a qual desenvolver uma teoria sobre tipos naturais envolve desenvolver uma teoria sobre a metodologia das práticas científicas, pois ambos estão profundamente interligados conforme apresentaremos a seguir.

Investigar a prática científica nos leva invariavelmente ao problema de validar a indução, ou seja, de determinar como é possível formular leis gerais confiáveis sobre o comportamento da natureza a partir de instanciações individuais de um fenômeno. Que existam regularidades na natureza, não há dúvidas. Esse é um fato bem estabelecido pelas ciências. Mas nossos juízos indutivos sobre tais regularidades são confiáveis? De onde poderia vir a confiabilidade de nossos esforços racionais para prever situações futuras? Como já formulava Hume, não há restrições lógicas impostas pelos acontecimentos passados para os acontecimentos futuros. Então,

como podemos fazer predições confiáveis com relação ao comportamento da natureza?

A resposta última à questão de como podemos saber que uma predição é correta é que não podemos. Haverá sempre uma possibilidade de falha, mesmo quando usadas metodologias confiáveis. Não há formas de saber ou demonstrar com antecedência a distribuição dos futuros lançamentos dos dados. Quando formulado em termos epistemológicos o problema da indução não parece ter uma resposta otimista. O que podemos, entretanto, é defender a validade de tal forma de raciocínio<sup>19</sup>.

Em linhas gerais, deduções e induções são justificadas quando obedecem às regras de dedução e indução respectivamente. Por sua vez, as regras são justificadas por sua conformidade com as práticas dedutivas e indutivas aceitas. Isso pode parecer circular e pouco esclarecedor inicialmente, mas procuraremos desenvolver um pouco mais esta definição a seguir. Temos um processo de ajustamento mútuo entre quais regras uma inferência deve obedecer para ser justificada e quais inferências devem ser justificadas por uma regra para que ela, a regra, seja válida. (GOODMAN, 1946. p. 63 – 64). Podemos entender melhor esse ajustamento quando recorremos a um famoso exemplo formulado por Goodman (1946).

Goodman nos convida a fazer o seguinte experimento mental: Suponhamos que todas as esmeraldas examinadas antes de um tempo  $t$  são verdes. No tempo  $t$ , então, nossas observações dão credibilidade à asserção de que ‘outra esmeralda será verde’. E cada nova esmeralda verde confirma a hipótese geral de que “todas as esmeraldas são verdes”. Mas suponhamos também que existe algo como a propriedade “*verdul*” que se aplica a todas as coisas examinadas antes de  $t$  que sejam verdes. Mas ‘*verdul*’ também se aplica às coisas que são verdes quando examinadas antes de  $t$  e que são azuis quando examinadas após  $t$ . Então, para cada asserção em  $t$  que diz que a esmeralda é verde temos, também, outra asserção que diz que a esmeralda é *verdul*. Portanto, a predição de que todas as esmeraldas examinadas no futuro serão verdes e que todas serão *verduls* parecem ser confirmadas pelas mesmas observações. Mas, se uma esmeralda é examinada após  $t$  e ela é *verdul*, então ela será azul e não verde. Isso nos deixa na situação em que as duas hipóteses

---

<sup>19</sup> É importante ressaltar que o objetivo desta sessão não é o aprofundamento nas dificuldades da indução. O objetivo da exposição que faremos a seguir é apenas traçar uma teoria possível sobre o que são os tipos naturais.

são confirmadas pelas mesmas observações, mas são incompatíveis, pois uma mesma pedra não pode ser verde e azul ao mesmo tempo (GOODMAN, 1946, p. 73 – 74).

A diferença entre ser verde e ser *verdul* é que enquanto a regularidade em ser verde confirma a predição de casos futuros, a regularidade em ser *verdul* não o faz. Podemos explicar isso dizendo que uma das predições é falsa, uma vez que as duas são incompatíveis para um mesmo estado de coisa, ou seja, não poderiam ser ambas verdadeiras. Então, o que precisamos é explicar por que algumas hipóteses são confirmáveis pelas evidências e outras não. Se sustentarmos que as predições científicas são baseadas puramente em casos de regularidades passados não conseguiremos sair deste quebra-cabeça. Tampouco podemos apelar à forma sintática ou gramatical das sentenças, pois neste ponto as duas são iguais (“Está esmeralda é verde”; “Está esmeralda é *verdul*”). A forma de evitar o quebra-cabeça parece ser construir uma teoria da metodologia científica que seja capaz de diferenciar uma da outra.

Devemos reconhecer que determinar quais casos indutivos são válidos e quais não são não pode ser exaustivamente definido apenas invocando a relação entre a hipótese e a evidência. Para determinar quais induções são válidas devemos usar, também, o conhecimento que temos disponível de predições passadas que foram bem-sucedidas e seus resultados (Cf. GOODMAN, 1946, p. 84 – 85) e assim decidir quais as hipóteses são confirmáveis, ou nos termos que Goodman sugere, quais são as hipóteses projetáveis<sup>20</sup> (1946, p. 86).

O que podemos dizer sobre isso é que, ao que parece, as induções funcionam com bastante confiabilidade quando, por meio de teorias, os humanos conseguem agrupar indivíduos em tipos que são boas bases para a indução (QUINE, 1969, p. 128), ou seja, o agrupamento segundo um padrão teoricamente estabelecido de similaridade é capaz de fornecer previsões confiáveis. (QUINE, 1969, p. 134). Podemos citar dois exemplos: Primeiro a modificação da noção de peixe para excluir baleias e botos, o que permite que induções feitas a partir do comportamento de peixes, ou de sua fisiologia etc. não seja aplicável àquele grupo. Isso evita que predições que não irão se concretizar sejam feitas. O outro exemplo, também taxonômico, é o agrupamento de cangurus, gambás e ratos marsupiais em um único

---

<sup>20</sup> A projeção, como parece ter ficado explícito no texto acima é a tarefa de formular e adotar uma hipótese sobre um caso futuro.

grupo que exclui ratos comuns. Embora em nosso senso comum ratos marsupiais e ratos comuns sejam mais próximos do que os primeiros dos cangurus, agrupando os animais dessa forma as projeções se tornam mais confiáveis. (QUINE, 1969, p. 128).

Assim, retomando o que colocamos inicialmente, a confiabilidade das práticas indutivas e dedutivas deriva de sua conformidade a algumas regras. Essas regras são validadas justamente porque são boas bases indutivas ou dedutivas. De acordo com os exemplos, isso quer dizer que o que torna práticas dedutivas e indutivas confiáveis é o ajustamento entre as evidências disponíveis e as teorias de fundo (geologia, seleção natural etc.) que indicam quais as induções devem ser feitas a partir daquelas evidências, bem como, quais evidências devem ser levadas em consideração. Já as teorias de fundo devem ser levadas em consideração tanto quanto são capazes de selecionar evidências e hipóteses que levam a induções ou deduções bem-sucedidas. Assim, o ajustamento mútuo das práticas indutivas e dedutivas e as evidências permite a construção de agrupamentos favoráveis às projeções.

Chegar a agrupamentos favoráveis é um exercício de tentativa e erro por um lado, quanto mais uma certa organização em torno de um tipo natural se confirma, ou seja, produz predições válidas, mais sólida ela se torna. Mas por outro lado, a organização também é fruto da própria teoria que nos diz como o mundo é. Nos casos taxonômicos citados, a teoria da evolução das espécies pela seleção natural sugeriu que os agrupamentos fossem feitos da forma como são feitos, portanto, a classificação fortalece essa teoria de fundo mostrando que ela produz predições válidas e ajuda a construir novas predições. E assim será com relação às outras teorias aceitas sobre o mundo. Quanto mais interligados às teorias, mais arraigados se tornarão os tipos naturais postulados pela teoria (QUINE, 1969, p. 129).

Sendo aceitável essa explicação sobre tipos naturais podemos traçar uma linha que divide coisas verdes de coisas *verduls*. O primeiro, podemos dizer, qualifica um tipo natural, embora amplo (as coisas que são verdes), mas o segundo não. Embora sejam iguais quanto à forma, a hipótese de que as esmeraldas são verdes é projetável, mas a hipótese de que as esmeraldas são *verduls*, não. Chegamos a essa conclusão recorrendo ao conhecimento que dispomos sobre projeções bem-sucedidas no passado e nisso notamos que as projeções que envolvem o predicado “ser verde” é muito mais utilizado e frequentemente confirmado do que as projeções com o predicado “ser *verdul*” (GOODMAN, 1946, p. 94). “Ser verde” é um predicado

extremamente comum e utilizado em diversas outras áreas, enquanto “ser *verdul*” é um caso excepcional que só encontramos em textos filosóficos. Podemos dizer que o predicado de “ser verde” está muito mais apoiado e fortificado por outras projeções do que o predicado “ser *verdul*”. Dito isso, podemos eliminar o predicado “ser *verdul*” como não projetável, pois ele entra em conflito com um predicado muito mais forte e bem amparado do que ele próprio, cuja rejeição seria muito mais danosa e trabalhosa do que a eliminação da propriedade extraordinário de ser *verdul* (Cf. GOODMAN, 1946, p. 96).

Em resumo, induções são válidas quando são feitas a partir de predicados projetáveis. Predicados projetáveis, por sua vez, são aqueles que são verdadeiros das coisas que são tipos naturais e apenas dessas coisas (QUINE, 1969, p.116). Assim, decidir quais projeções são válidas é, especialmente, uma análise de projeções bem-sucedidas no passado e as formas como elas podem se inter-relacionar, de modo que essa análise nos apresentará tanto a forma como o mundo é por meio da validação da forma como ele vem sendo descrito pelos conjuntos de hipóteses adotadas e verificadas, quanto também nos oferece um modelo de como devem ser as induções para que elas funcionem. Neste cenário, os tipos naturais são as unidades que permitem induções e projeções, portanto, por isso são os alvos típicos das investigações científicas.

Mas agora precisamos fazer uma ressalva importante: se nas induções típicas das ciências estamos lidando com uma análise de quais projeções devem ser feitas, podemos facilmente concluir disso que não precisamos nos comprometer com a reivindicação realista de que as teorias científicas buscam e são eficientes na tarefa de apontar relações verdadeiras. Ser uma teoria preditivamente bem-sucedida não implica ser uma teoria correta. Asserções falsas podem ter consequências verdadeiras. Como as teorias, de acordo com o que apresentamos, tendem a ser selecionadas de acordo com sua capacidade para formular induções bem-sucedidas, podemos defender que este método de seleção é o que torna a ciência bem-sucedida e não a verdade das teorias (Cf. Lipton, 2004, p. 193).

A questão que um realista da ciência precisa responder então é: Por que e como as nossas práticas indutivas nos aproximam da verdade? Por que devemos acreditar que as teorias das ciências são, pelo menos, aproximadamente verdadeiras e não apenas adequadas empiricamente? Podemos responder a isso apelando a uma



inferência para a melhor explicação do sucesso preditivo das ciências na forma do argumento que ficou conhecido como argumento do não-milagre (ou argumento do milagre).

## 2.1. INFERÊNCIA PELA MELHOR EXPLICAÇÃO E O ARGUMENTO DO NÃO-MILAGRE.

Ao sair pela manhã e notar que as ruas, bem como carros estacionados e a vegetação próxima estão úmidos seria um raciocínio comum dizer que choveu durante a noite. O fato de ter chovido durante a noite explica os fenômenos que eu observo ao meu redor. Mas esta não é a única explicação possível, pois também é possível que o hidrante na esquina tenha estourado durante a noite causando um grande fluxo de água em minha rua e que deixou tudo molhado pela manhã.

O parágrafo anterior retrata um tipo de raciocínio muito comum em nosso dia a dia, com a diferença que, normalmente, não os explicitamos tão claramente. É uma inferência claramente, pois não estamos lidando com uma dedução lógica dos acontecimentos. A conclusão a que chegamos vai obviamente além das premissas que dispomos. O que estamos fazendo é tentando explicar um dado fenômeno de forma que faça sentido e seja razoável. Esse é um exemplo do que podemos chamar de inferência pela melhor explicação e que parece estar por trás de um grande número de teorias científicas. Neste tipo de pensamento, nossas considerações explicativas funcionam como guias para nossas inferências e os exemplos na prática são muitos:

Este tipo de inferência explicativa é extremamente comum. O investigador infere que o mordomo fez algo, uma vez que essa é a melhor explicação das evidências diante dele. O médico infere que o paciente tem sarampo, uma vez que essa é a melhor explicação para os sintomas. O astrônomo infere a existência e o movimento de Netuno, porque essa é a melhor explicação para as perturbações observadas na órbita de Urano. Chomsky infere que nossa capacidade de linguagem tem uma estrutura particular porque isso nos dá a melhor explicação da forma como aprendemos a falar (LIPTON, 2004, p. 56).

Nenhuma dessas situações nos garante que a explicação disponível, mesmo a melhor delas seja verdadeira. O médico, o investigador, o astrônomo e mesmo Chomsky podem estar errados, mas nós não os condenaríamos por isso, pois dada a situação é completamente razoável acreditar no que acreditam. A inferência pela melhor explicação, portanto, não nos garante imediatamente que as coisas sejam da forma como imaginamos, em vez disso, ela apenas nos “desculpa” por acreditar que

as coisas sejam de tal forma. A esquematização de Musgrave pode ser útil para tornar isso mais claro:

**L<sub>1</sub>:** Segundo a inferência pela melhor explicação é razoável acreditar que a melhor explicação disponível de um fato é verdadeira.

**L<sub>2</sub>:** *F* é um fato.

**L<sub>3</sub>:** A hipótese *H* explica *F*.

**L<sub>4</sub>:** Nenhuma outra hipótese alternativa a *H* explica *F* tão bem.

**C:** Portanto, é razoável acreditar que *H* é verdadeira. (MUSGRAVE, 2006/2007, s/p).

No caso da ciência, quando temos que uma teoria é, entre suas rivais, a que melhor explica algum fenômeno (e normalmente aqui estamos falando de vários fenômenos complementares), é razoável acreditar que a teoria é verdadeira, pois se ela é verdadeira, ela explica corretamente porque as coisas são como elas são. Mas isso não nos garante que o realismo científico é verdadeiro. No máximo, a inferência pela melhor explicação nos mostra porque é razoável acreditar nas asserções dos cientistas. A partir deste ponto, precisamos acrescentar outro argumento, o argumento do não-milagre que, também, possui a forma de uma inferência pela melhor explicação.

Partimos da premissa normalmente aceita (embora não inquestionável) de que a ciência tem sido bem-sucedida em fazer previsões e se apropriar delas para criar e aprimorar tecnologias como antibióticos, calculadoras e garrafas térmicas. Para explicar esse fato, uma boa ideia seria dizer que a ciência é bem-sucedida em todas essas coisas porque suas teorias são verdadeiras, ou, ao menos, aproximadamente verdadeiras (LIPTON, 2004, p. 184).

O argumento nos diz que:

**L<sub>1</sub>:** Segundo a inferência pela melhor explicação é razoável acreditar que a melhor explicação disponível de um fato é verdadeira.

**L<sub>2</sub>:** A ciência é bem-sucedida em suas previsões.

**L<sub>3</sub>:** A ciência formular e trabalhar com teorias verdadeiras (ou aproximadamente verdadeiras) é uma explicação do seu sucesso.

**L<sub>4</sub>:** A ciência formular e trabalhar com teorias verdadeiras (ou aproximadamente verdadeiras) é a melhor explicação disponível para o sucesso da ciência.

**C:** Logo, é razoável acreditar que a ciência formula e trabalha com teorias verdadeiras (ou aproximadamente verdadeiras).

Assim, o realismo científico é, provavelmente, verdadeiro, pois é aquele que explica melhor porque a ciência é bem-sucedida. Outras opções não terão ferramentas tão eficientes assim para explicar este fato. No caso da mera adequação empírica, por exemplo, o argumento tomaria uma forma diferente e pouco convincente:

**L<sub>1</sub>:** Segundo a inferência pela melhor explicação é razoável acreditar que a melhor explicação disponível de um fato é verdadeira.

**L<sub>2</sub>:** A ciência é bem-sucedida em suas predições.

**L<sub>3</sub>:** A ciência ser bem-sucedida é *como se* a ciência formulasse e trabalhasse com teorias verdadeiras (Nenhum comprometimento que elas sejam verdadeiras de fato).

**L<sub>4</sub>:** As coisas serem como se a ciência formulasse e trabalhasse com teorias verdadeiras torna o fato da ciência ser bem-sucedida empiricamente adequado.

**C:** Logo, é razoável acreditar que as coisas são como se a ciência formulasse e trabalhasse com teorias verdadeiras (mas não necessariamente ela trabalha). (MUSGRAVE, 2006/2007, s/p, *adaptação*)

O problema deste argumento é que, embora ele se apresente como uma inferência pela melhor explicação, a conclusão não é uma explicação. Por exemplo, retomando a breve história inicial que contamos, ter chovido durante a noite é uma explicação do porquê de as ruas estarem molhadas logo cedo, mas ser um estado tal como se tivesse chovido durante a noite não é uma explicação para as ruas estarem molhadas. Podemos dizer, talvez, que aquela seria apenas uma descrição do fenômeno, algo como: “as ruas estão tais como se tivesse chovido”. Do mesmo modo, se as coisas se passam como se a ciência trabalhasse com teorias verdadeiras não explica porque a ciência é bem-sucedida. (**Cf.** MUSGRAVE, 2006/2007, s/p). O fenômeno do sucesso científico continua sendo um fruto do acaso.

Uma analogia oferecida por Lipton (2004) pode ser interessante para compreensão do argumento: Se ao seguir um mapa você percebe que onde ele diz que haverá um rio, há um rio de fato. Se onde ele diz que passa tal estrada, de fato, ela passa. Se a distância das cidades também se verifica etc., é possível formular duas hipóteses para o sucesso do mapa em fazer predições: ou bem o mapa é verdadeiro e foi construído de modo a apontar como as coisas são, ou é apenas uma

questão de sorte que o mapa e o mundo se correspondam. Na segunda hipótese, o mapa seria correto nos tópicos em que pudemos checar, mas, de modo geral, o mapa poderia ser errôneo. A diferença entre as duas é que a primeira é uma explicação do porquê do mapa ter sucesso em fazer previsões sobre onde as coisas estão, mas a segunda não é uma explicação. Seria, simplesmente, fruto do acaso que o mundo e mapa se coincidam. (Cf. LIPTON, 2004, p. 185).

Com a diferença acima podemos, então, formular o argumento do não-milagre: O realismo científico explica a razão pela qual a ciência é bem-sucedida, enquanto que as posições que negam a veracidade das teorias científicas apenas podem nos dizer que estamos diante de uma boa sorte quando as previsões se concretizam. Assim, como enunciou Putnam, portanto, “o realismo é a única filosofia que não faz do sucesso da ciência um milagre” (1975, p. 73), donde provém o nome do argumento, inclusive.

## 2.2. CONFIABILIDADE EPISTÊMICA.

Mas, sendo deste modo, podemos concluir que os métodos científicos são, portanto, geralmente epistemologicamente confiáveis? Podemos dizer que geralmente sim, mas não por uma propriedade intrínseca do método como sugeriria uma proposta fundacionalista sobre o conhecimento científico. Os enunciados científicos possuem uma tendência sistemática para carregarem proposições verdadeiras ou aproximadamente verdadeiras, mas os mecanismos que permitem tal resultado são contingentes ao método e não necessários.

Estabelecemos que os recursos conceituais e classificatórios que a ciência dispõe são resultados de práticas de acomodação entre estruturas independentes no mundo e as próprias teorias científicas. Sendo as teorias científicas que sustentam as induções aproximadamente verdadeiras, temos boas razões para acreditar que suas previsões também serão verdadeiras. O sucesso da ciência é um bom indício de que os mecanismos e teorias científicas produzem proposições verdadeiras ou aproximadamente verdadeiras.

Contudo precisamos ressaltar que existe um terceiro ponto contingente que pode influenciar a confiabilidade das práticas científicas: a própria estrutura das instituições científicas e das sociedades em que elas estão inseridas. (BOYD, 1999,

p. 65). Na prática, não existe apenas o trabalho do cientista solitário separado de toda a comunidade científica realizando experimentos e previsões. Seria impossível para um único cientista avaliar todas as teorias científicas de fundo em que se baseiam novas teorias e práticas conceituais. Em muitos momentos da pesquisa, o cientista precisa confiar nas instituições e no trabalho dos outros cientistas. Então, ao determinar as hipóteses projetáveis, muitos enunciados relevantes são simplesmente pressupostos como verdadeiros. Boa parte da confiabilidade do método científico se deve, então, à confiabilidade das instituições científicas (BOYD, 1999, p.83), pois os experimentos e previsões de uma ciência madura se baseiam naqueles pressupostos testados e amplamente aceitos pela comunidade científica.

Portanto, não é surpreendente que a confiabilidade do método científico dependa em grande parte de fatos de ordem social e política e não apenas da prática pura do método. Inclusive podemos citar casos históricos clássicos em que preconceitos sociais guiaram a investigação científica de modo a justificá-los:

Em particular, há – em muitas sociedades – uma tendência sistemática para que as “descobertas” científicas nas ciências humanas, genética, comportamento animal etc. serem tais que ratificam padrões existentes de poder e estratificação social. Dada a estrutura destas sociedades, as “descobertas” relevantes são quase sempre sistemática e profundamente falsas, porque elas retratam padrões temporários das sociedades humanas como biologicamente inevitáveis (BOYD, 1999, p. 85).

É importante fazer essa ressalva para evitar uma concepção ingênua do método científico que o apresenta como um guia invariavelmente confiável para crenças verdadeiras. Mas também é importante ressaltar esse ponto quando traçamos analogias entre a ciência e a moral devido a uma crítica importante que apresentamos contra a objetividade da moral: Os enunciados morais poderiam ser usados com o propósito de ratificar preconceitos e discriminações sociais quando empregados por sociedades corruptas. De fato, essa é uma crítica poderosa e válida contra assumir ingenuamente os enunciados morais como comumente confiáveis. Mas não oferece dificuldades à ideia de que os enunciados morais podem ser verdadeiros, ainda que em alguns casos estejam errados (Retomaremos esse ponto adiante, cf. tópico *Tipos Morais como Tipos Naturais*).

A partir dessas considerações, podemos traçar uma nova forma de entender os tipos naturais que é bem mais flexível que a anterior, mas, ainda assim, realista. Abaixo vamos elencar quais características nossas investigações nos trouxeram:

**O Mundo Pronto e Acabado:**

O primeiro ponto que precisamos assegurar é que ainda é possível manter uma teoria realista sobre tipos naturais. As propriedades e relações causais dos fenômenos naturais são dadas pela própria natureza. Nossas práticas sociais e convenções, nisso incluímos a atividade científica, não possuem um papel na determinação da existência ou na natureza dos tipos naturais. Com isso, práticas sociais são metafisicamente inocentes, ou seja, nós não tornamos proposições metafísicas verdadeiras ou falsas simplesmente adotando convenções ou práticas (BOYD, 1999, p. 63). É importante ressaltar este ponto, pois a explicação dos tipos naturais a partir de hipóteses projetadas pode ser facilmente interpretada como uma posição construtivista sobre os tipos naturais, mas esse não é nosso objetivo. Como buscamos apontar pelo argumento do não-milagre, tipos naturais são reais e são da forma como nos dizem nossas melhores teorias.

O que buscamos sustentar nos parágrafos anteriores é a tese de que, embora as investigações científicas sejam sobre o mundo, elas não se deparam com um mundo totalmente “pronto e acabado” em que apenas precisamos descobrir quais tipos naturais existem e quais suas particularidades. A teoria para tipos naturais que sustentamos admite, como um pressuposto realista básico, que existem certas estruturas e relações no mundo que existem de modo independente, mas isso, por si só, não constitui um tipo natural. Ser um tipo natural é o resultado do exercício de categorização, típico da prática científica, das propriedades, estruturas e relações causais que encontramos no mundo.

Portanto, a despeito do que apresentamos na primeira tese sobre os tipos naturais (**Cf.** tópico *Consequências Metafísicas e Identidades Teóricas*), uma teoria sobre tipos naturais não é apenas uma teoria sobre quais coisas existem de modo independente e objetivo. É, sobretudo, uma teoria de como nossos esquemas classificatórios contribuem para a acomodação das práticas indutivas e explicativas típicas de uma ciência, ou seja, uma teoria de como a referência a certos tipos específicos contribui para a formulação e identificação de hipóteses projetáveis.

Por exemplo, ‘água é H<sub>2</sub>O’, o que determina a verdade dessa afirmação é, por um lado, certa constituição do mundo. A substância H<sub>2</sub>O apresenta seus padrões de comportamento e propriedades de modo independente da observação. Mas água ser

H<sub>2</sub>O não é uma simples constatação dos fatos, é algo mais. A água não existe em estado puro na natureza, em geral, ela se apresenta com inúmeros outros elementos e partículas diluídas, uma delas, por exemplo, é o gás oxigênio. Quando apontamos para uma substância na natureza e dizemos “Água!”, podemos apontar, na verdade, para uma série de substâncias diferentes. Como podemos dizer que ‘água’, então, não se refere ao O<sub>2</sub> diluído e sim ao H<sub>2</sub>O (Cf. BOYD, 2003, p. 536 – 537)?

Quando nos perguntamos sobre o referente de ‘água’ ou ‘ácido’ estamos nos perguntando sobre o papel que esses termos desempenham na teoria química em geral: Que tipo de explicações e induções se tornam disponíveis quando incorporo esses termos na química? E o veredito em favor do referente correto dos termos seguirá de um julgamento epistêmico sobre o mérito das explicações possíveis para o sucesso de uma teoria ou ciência (BOYD, 2003, p. 535 – 536). Assim, é porque entendemos ‘água’ como se referindo a H<sub>2</sub>O e não a O<sub>2</sub> diluído que podemos explicar alguns fenômenos naturais. É porque usamos este vocabulário específico que podemos prever regularidades na natureza e hipóteses projetáveis. Determinar, portanto, que água é H<sub>2</sub>O não é tanto uma afirmação sobre a essência da água. A definição é, principalmente, uma avaliação de qual, entre os candidatos disponíveis, é o mais eficiente em explicar o sucesso indutivo e explicativo da química, por exemplo.

Uma consequência dessas considerações será certa dificuldade com a separação clássica entre tipos nominais e tipos naturais que nos diz que existem dois tipos de conceitos: aqueles que são completamente artificiais, cujo significado é determinado por convenções sociais, linguísticas e as intenções humanas, e aqueles que se referem a classes de coisas que acontecem no mundo de modo independente de qualquer prática humana. Mesmo tipos naturais contam com certa tendência pragmática e certo direcionamento promovido pela metodologia científica.

Portanto, e em resumo, um tipo natural é definido não apenas pelas estruturas causais disponíveis no mundo, mas também por uma acomodação entre essas estruturas e nossas práticas conceituais, inferenciais e estruturais. Assumindo essa posição, nos comprometemos em aceitar que mesmo a conceitualização dos tipos naturais está sujeita à interferência das práticas sociais e metodológicas.

Entretanto, é preciso insistir que não devemos concluir da definição apresentada que tipos naturais são fabricados ou construídos à parte do mundo

natural. Tipos naturais possuem definições *a posteriori*, o que significa que sua natureza é revelada por descobertas empíricas e não por investigações linguísticas. Se admitimos que o que realmente importa para os tipos naturais são as propriedades que os falantes associam aos termos, teríamos dificuldade em lidar, por exemplo, com as descobertas científicas que contradizem o senso comum na classificação dos tipos naturais, como no caso do grupo dos cangurus e ratos marsupiais citado anteriormente.

Como pretendemos uma aproximação entre tipos morais e tipos naturais é importante mostrar, neste ponto, que os tipos morais também podem ser definidos especialmente por investigações empíricas e não apenas linguísticas. Um ponto que pode fortalecer esta posição é justamente que sejamos capazes, também, de encontrar casos morais em que investigações empíricas contradigam o senso comum e, portanto, as intuições linguísticas dos falantes<sup>21</sup>. Embora, a princípio, este pareça um ponto de dificuldade, é possível falar de algumas situações em que descobertas empíricas contradizem o senso comum moral sem que isso pareça despropositado.

Um exemplo atual diz respeito à pauta dos direitos dos animais que se tornou muito importante nos últimos tempos. Desde esse aumento de relevância, nós começamos a julgar moralmente alguns comportamentos que antes nós não colocávamos peso, como a produção de carne e outros produtos de origem animal, ou mesmo eventos tradicionais como tourada, vaquejada etc. Embora causar sofrimento tenha sido e ainda seja um ponto crucial no nosso sistema moral, aplicar essa cláusula a animais é algo relativamente recente. Não é o caso que duas ou três gerações atrás não soubessemos que animais sentissem dor e inclusive manifestassem algumas emoções básicas (pelo menos os mamíferos, no senso comum), contudo, não havia peso moral naquele sofrimento e dificilmente ele seria alvo de debates. Provavelmente, a ausência de reprovação moral decorria de uma justificação religiosa da superioridade humana, mas também pela escassez de informações mais detalhadas sobre o sofrimento dos animais.

Pesquisas que se ocupam da saúde dos animais são muito mais comuns agora do que antes (a criação em grande escala de animais pode ter algo a ver com isso), o

---

<sup>21</sup> A ideia por trás é a possibilidade de aplicação, tanto na ciência como na moralidade, de uma mesma concepção naturalista da semântica e do conhecimento. Essa mesma concepção é capaz de responder aos principais desafios antirrealistas à ciência e à moral. Lembrando que, na moral, a concepção semântica naturalista evita o argumento da questão em aberto.



que gerou muito mais informação sobre o sofrimento dos animais. Essas informações produzidas são facilmente espalhadas na mídia e compradas pelo senso comum. A ideia da superioridade humana sobre outros animais, por sua vez, se torna cada vez mais fraca conforme a sociedade se seculariza e percebe que não há fundamentos científicos que justifiquem a instrumentalização de outros animais por humanos. Assim, descobertas empíricas (algumas desinteressadas moralmente) sobre o sofrimento dos animais (intensidade e emoções associadas) e sobre semelhanças fundamentais entre humanos e outros animais, provavelmente, impulsionaram a mudança de paradigma observada. Assim, asserções morais tidas como corretas, por exemplo, “podemos comer carne, porque os animais existem para atender as necessidades humanas” se mostraram falsas, apesar do senso comum.

Por sinal, frequentemente, buscamos justificações extra-morais ou “imparciais” para julgamentos morais e a ausência delas tende a enfraquecer posições amplamente difundidas. O caso da superioridade humana sobre os outros animais desbancada por investigações científicas é um caso assim, mas há outros. A superioridade dos homens sobre as mulheres, ou dos brancos sobre outras etnias buscou, por muito tempo, embasamento científico, por não encontrá-lo acabou se tornando, felizmente, uma posição menos acreditada, sendo, hoje, considerada imoral. Assim, analisado historicamente, não parece impossível que descobertas empíricas sobre fatos morais (escopo, coerência com outras áreas de conhecimento, coerência interna) mudem as concepções ordinárias sobre a moral.

### **Agregados Homeostáticos de Propriedades:**

Em segundo lugar, com relação à tese que invoca a presença de leis naturais, talvez seja produtivo entender os agrupamentos de propriedades e relações nos tipos naturais não como resultado de necessidades metafísicas, mas como um fenômeno natural fruto das próprias propriedades presentes nos tipos naturais. Assim, quando falamos em leis da natureza não precisamos sustentar que exista alguma essência definida *a priori* e metafisicamente a partir de princípios necessários. Podemos, no lugar disso, utilizar a ideia do agregado de propriedades homeostaticamente relacionados (*cluster homeostatic property*), uma das mais profícuas contribuições teóricas de Boyd para a filosofia da ciência (1988). Apresentaremos, brevemente, esta noção a seguir.

Diferente da posição essencialista que derivamos da semântica causal de Kripke, podemos assumir que a definição de alguns termos naturais é dada não por um conjunto de condições necessárias e suficientes, como já discutimos anteriormente, mas por uma coleção de propriedades de modo que possuir um número adequado dessas propriedades é suficiente para que um indivíduo recaia sob a extensão do termo. Neste caso, nós não temos regras rígidas e necessárias para governar o comportamento da natureza, o que temos é uma família de propriedades contingentemente agregadas que ocorrem em um importante número de casos. Não existe, portanto, uma relação necessária entre as propriedades do tipo natural em que a presença de uma propriedade  $\psi$  qualquer, em um agregado homeostático, implique necessariamente a coexistência de outra propriedade. O que podemos dizer é que temos certa tendência que algumas propriedades coocorram.

A coocorrência daquelas propriedades, por sua vez, por não recorrer a uma proposta essencialista, também não precisa ser entendida como um tipo de artefato estatístico que caracterizaria a atividade classificatória da ciência como meramente arbitrária. A tendência de algumas propriedades de coocorrer pode ser entendida, em alguns casos de modo literal, como uma homeostasia, ou seja, certa tendência a estabilidade da qual os organismos e sistemas necessitam para realizar suas funções adequadamente<sup>22</sup> (BOYD, 1988, p. 117). Isso significa, sem interpretações teleológicas, que a presença de algumas propriedades tende a favorecer a presença de outras e alguns mecanismos subjacentes às propriedades tende a trazê-las juntas. Por exemplo, ter 23 pares de cromossomos, sendo um deles duplo cromossomo X, normalmente, traz também a presença de ovários, útero e produção de leite após o nascimento dos filhotes no indivíduo.

Como estamos lidando com agregados de propriedades que não estão sob o jugo de leis necessárias, devemos admitir que é nomologicamente

---

<sup>22</sup> Um caso comum pode tornar mais claro o que é a homeostase: Um ser humano não pode ter nem excesso de glicose e nem falta dela em seu sangue, caso contrário ele ficará doente. Então existem mecanismos no próprio organismo cuja função é controlar esse nível de glicose, produzindo mais ou menos insulina, por exemplo.

possível que existam agregados imperfeitos em que algumas, mas não todas as propriedades estejam presentes, que existam casos limítrofes etc. Então, termos para tipos naturais definidos por agregados de propriedades possuem uma vagueza extensional<sup>23</sup> constitutiva, mas que não precisa ser vista como algo negativo. Como no exemplo que usamos, é perfeitamente admissível que uma mulher não tenha útero, mas que continue pertencendo ao mesmo tipo natural, ou que existam casos difíceis como anomalias cromossômicas e mesmo assim, ainda podemos dizer que o tipo natural “fêmea humana” existe.

É importante ressaltar, entretanto, que nos agregados de propriedades, além da própria tendência natural que algumas propriedades possuem de coocorrer, quando aparecem juntas, essas propriedades têm uma importância causal na teoria e na prática das ciências que as investigam. Assim, o tipo de agrupamento específico que citamos, “fêmea humana”, torna possível realizar previsões confiáveis sobre anatomia ou fisiologia, por exemplo, que somente estão disponíveis devido à seleção de um referente eficiente.

Por fim, investigações puramente conceituais sobre os tipos formados por agregados de propriedade não serão capazes de nos dizer quais propriedades são carregadas por eles, especialmente se abandonarmos as relações necessárias entre as propriedades. Deste modo, não há uma definição analítica disponível entre os termos para tipos naturais e suas propriedades. Em vez de definições analíticas, o que podemos fazer é investigar a natureza das instanciações do referente do termo e, assim, definir *a posteriori* aquilo a que o termo se refere. Assim, a referência do termo é estabelecida pela conexão causal entre o uso do termo e a instanciação do referente.

Dadas essas considerações podemos concluir que, ainda que seja definido por um agregado de propriedades, se existe um termo *t* que é aplicado a um tipo *k* em que temos uma tendência de certas propriedades e mecanismos coocorrerem, então *t* denomina um tipo natural (BOYD, 1988, p. 117). Não precisamos invocar leis naturais que governam condições

---

<sup>23</sup> Cf. nota 6.

necessárias e suficientes para que algo caia ou não sob um termo natural *t*. Os mecanismos homeostáticos são suficientes para garantir que algumas propriedades coocorram na maior parte dos casos. Por sua vez, a importância causal de alguns agregados de propriedades é suficiente para que esses sejam tipos naturais.

### **Condições Necessárias e Suficientes:**

Da constatação das identidades metafísicas *a posteriori* entre termos para tipos naturais e instanciações do referente é muito fácil evoluir para uma posição essencialista sobre a natureza, segundo a qual, para cada tipo natural podemos estabelecer uma definição completa com base nos dados das investigações científicas do tipo “*x* é *N* se e somente se *x* é *P*”. Mas essa não é a única conclusão disponível, especialmente quando levamos em consideração que definir um tipo natural, exaustivamente, a partir de um conjunto de propriedades necessárias e suficientes, não é uma boa forma de lidar com a metodologia científica. A visão essencialista, de modo geral, nos impede de lidar com certa vagueza ou fluidez típica dos tipos naturais que são investigados na psicologia, na medicina ou na biologia, por exemplo.

Um caso clássico na biologia que pode exemplificar este ponto é a classificação das espécies. A teoria da evolução pela seleção natural, conforme apresentada por Darwin, prevê que existam variações nos membros de uma mesma espécie. São essas pequenas variações que permitem que alguns grupos tenham vantagens reprodutivas sobre outros e deixem mais descendentes o que, em última instância, causa a evolução da espécie e pode, em algum tempo, gerar uma nova espécie. A possibilidade, então, de um conjunto que admita certa fluidez em seus limites é muito mais eficiente para a classificação das espécies na biologia contemporânea do que o modelo binário<sup>24</sup> derivado da noção essencialista.

E não há razões para rejeitar que um modelo mais fluído seja admitido para os tipos naturais. As definições não-binárias ainda são *a posteriori* e não fruto de convenções linguísticas. É inclusive por seu caráter empírico que as imprecisões são incorporadas e só poderiam ser excluídas por um

---

<sup>24</sup> Modelo binário refere-se ao sistema posicional em que todas as possibilidades são representadas com base em duas posições: {1;0}; {Sim; Não}; {Maior; Menor}; {Incluso; Excluído} etc.

processo artificial. Além disso, como já sabemos, a adoção de certos tipos como naturais deve muito a seu uso na prática científica. Portanto, se na biologia, como citamos, tipos com fronteiras não rígidas são boas bases para induções, não há por que rejeitá-los (**Cf.** tópico *Tipos Morais como Tipos Naturais* para mais explicações).

Caso a formulação dura do essencialismo sobre os tipos naturais seja rejeitada, teremos como consequência que não é inteiramente verdadeiro que a classificação e organização dos tipos naturais não suscita dúvidas. Em alguns casos, pode haver desavenças quanto ao uso ou não de um termo para um indivíduo. Em última instância, apenas considerações teóricas poderão resolver o impasse, pois recorrer aos “fatos do mundo” não será suficiente.

### 3. TIPOS MORAIS COMO TIPOS NATURAIS

Com a possibilidade de termos para tipos naturais definidos a partir de agregados homeostáticos de propriedades, com a ausência de leis naturais rígidas e com a importância das práticas humanas na categorização dos tipos naturais, talvez possamos, então, pensar em tipos morais como tipos naturais.

Em resumo, em primeiro lugar, não parece produtivo dizer que tipos naturais possuem uma essência ou uma série de condições necessárias e suficientes para sua aplicação, assim, suas fronteiras são menos rígidas e nítidas do que poderíamos supor inicialmente. Portanto, alguns conflitos quanto à aplicação de termos para tipos naturais são previsíveis. Em alguns casos, considerações teóricas ajudarão a resolver os impasses e em outros não, da mesma forma como acontece na moralidade em alguns casos em que não parece haver consenso entre os debatedores, ainda que sejam explorados todos os fatos relevantes na discussão. Casos difíceis na moralidade, portanto, não precisam implicar a não existência de fatos morais que determinam a resposta correta em caso de desacordo. Alguma falha de bivalência é permitida tanto no realismo para tipos naturais, como para tipos morais, dada a natureza desses tipos.

Em segundo lugar, se a classificação dos tipos naturais está sujeita a condições epistemológicas e metodológicas de qual agregado de propriedades faz mais sentido aplicarmos o rótulo 'água', ou 'ácido', ou mesmo qual vocabulário é mais produtivo ou explicativo para uma ciência, então podemos admitir que os tipos naturais possuem uma influência histórica, metodológica e social, ainda que suas propriedades e relações sejam reais e independentes.

Do mesmo modo podemos admitir, para o caso dos termos morais, que os componentes sociais, históricos e metodológicos não são irrelevantes. Como sustentamos, a confiabilidade epistêmica dos enunciados morais está sujeita não apenas à acomodação das estruturas e práticas conceituais dos agentes morais, como também do quão favorável é a sociedade em que os agentes estão inseridos para essa confiabilidade. Por exemplo, em sociedades racistas e homofóbicas, o discurso moral pode, realmente, ser fortemente influenciado por tais componentes negativos da sociedade e, até mesmo, moldado de forma a manter essas relações desiguais comprometendo, assim, a confiabilidade dos juízos morais desenvolvidos. Portanto, críticas aos valores morais predominantes em uma comunidade são legítimos e muitas vezes justos, pois é possível que alguns julgamentos morais estejam incorretos por serem produzidos a partir de um sistema moral viciado.

Em resumo, portanto, podemos dizer que o realismo naturalista não precisa se comprometer com a visão de que há regras morais insensíveis aos contextos e consequências das ações (BRINK 1989, p. 90). O que seria uma tese que fomenta a intolerância contra posicionamentos morais diferentes, pois assume que qualquer violação ou contestação dos princípios defendidos é imoral, podendo, com isso, justificar diversos preconceitos e opressões contra minorias. Mas o naturalismo, aos moldes do que defendemos, não implica este tipo de absolutismo moral. O que é certo ou errado pode sim mudar à medida que os fatos naturais envolvidos (externos e internos) mudem. O que o realismo naturalista precisa negar é que a variação sobre os valores morais seja relativo às crenças e atitudes morais das pessoas (BRINK, 1989, p. 91). Assim, no caso das sociedades

racistas e homofóbicas que citamos, as crenças e atitudes morais dos agentes racistas e homofóbicos não tornam verdadeiros os imperativos morais discriminatórios adotados por essa sociedade.

Por último, podemos aplicar a noção dos agregados de propriedades homeostaticamente relacionados que são relevantes causalmente para situações morais. Neste caso, as propriedades que são causalmente relevantes seriam aquelas direcionadas ao florescimento pessoal, social e global. Por exemplo, “ser bom” pode ser o mesmo que “ser um agregado de propriedades e relações naturais que satisfazem às necessidades humanas mais importantes” (E nessas necessidades incluímos tanto as físicas, que são mais óbvias, como nutrição e saúde, quanto também as necessidades sociais e psicológicas como a necessidade de afeto, amizade e controle sobre a própria vida<sup>25</sup>) e, sob uma grande variedade de situações, esses bens humanos são homeostaticamente agrupados. Em parte, os agrupamentos são devidos ao fato de que alguns deles se suportam mutuamente e, em parte, porque mecanismos sociais e psicológicos envolvidos também podem contribuir para essa homeostase, como, por exemplo, relações sociais igualitárias, regimes democráticos etc; à medida que esses são elementos importantes na construção de um ambiente propício ao florescimento humano.

A bondade moral, então, pode ser definida por um agregado de propriedades homeostaticamente unificados. Da mesma forma, e provavelmente a partir da noção de bom, podemos definir outros termos morais importantes como mau, certo e errado. Mas, para defender essa proposta realista, não precisamos nos comprometer com a ideia de que tipos morais são completamente independentes da história, da cultura e das práticas humanas. Eles são dependentes, da mesma forma que são qualquer tipo natural, o que não implica, nesta teoria, em alguma forma de construtivismo.

---

<sup>25</sup> O conhecimento que temos destes bens é experimental. É conhecimento sobre psicologia e potencial social. O avanço nessa área depende também no avanço de teorias relacionadas.

### 3.1. A TEORIA SEMÂNTICA DOS TERMOS PARA TIPOS NATURAIS E MORAIS.

Se tipos naturais podem ser entendidos de modo menos rígido e se podemos contornar essas dificuldades imediatas que apresentamos, então parece possível defender que tipos morais são tipos naturais. Uma consequência imediata de tal posição é que não há, portanto, uma diferença metafísica entre as teorias científicas e os processos de racionalidade moral. Ambas se ocupam do mesmo tipo de objetos: aqueles que pertencem ao mundo natural. O que diferencia teorias científicas e morais, e este é um ponto relevante, é o tipo de problema com que cada uma delas se ocupa. Entretanto, o que possuem em comum é que ambas as áreas se ocupam de tipos que possuem definições *a posteriori* e não *a priori*, ou seja, para as definições dos termos relevantes para estes tipos, seja na ciência, seja na moral, estamos diante de investigações empíricas. Portanto, podemos manter uma semântica naturalista para ambas as propostas. Resta, contudo, investigar se a nova noção de tipos naturais e morais retém o suficiente da noção original para evitar o argumento da questão em aberto.

Retomando, brevemente, o argumento da questão em aberto mostra que não é possível estabelecer uma relação analítica entre o termo moral 'bom' e um predicado natural. Sustentamos, contra tal dificuldade, que defender relações de identidade apenas com base em análise conceitual torna grande parte das identidades teóricas da ciência impossível. Além disso, as condições de análise que sustentam o argumento da questão em aberto nos levam a uma contradição (Cf. tópico *Paradoxo da Análise e Análise Conceitual*). Optamos, então, por eliminar a tese de que todas as relações de análise precisam ser dadas entre sinônimos. No lugar disso, seria possível defender uma posição semântica, como a proposta por Kripke, em que algumas relações de identidade não são acessíveis a nós pelo simples estudo da linguagem, mas apenas por investigações empíricas dos fenômenos em questão. Contudo, após os desenvolvimentos que oferecemos para compreensão dos tipos naturais, algumas revisões semânticas se impuseram.



### 3.2. TEORIA SEMÂNTICA REVISITADA.

Sustentamos com relação aos tipos naturais (e por extensão aos tipos morais) nos parágrafos anteriores ao menos três teses importantes:

#### **Tese da Inocência Metafísica (Cf. BOYD, 1999):**

Os fenômenos naturais ocorrem de forma independente no mundo. Portanto, nossas convenções sociais e práticas conceituais não possuem um papel na determinação da existência ou na natureza das propriedades naturais. A atividade dos cientistas é caracterizada, especialmente, como uma busca de relações verdadeiras, ou aproximadamente verdadeiras, que existem no mundo, mas não na criação dessas relações. Da mesma forma, os agentes e as teorias da moral não criam as propriedades naturais selecionadas pelos termos morais, essas propriedades existem de modo independente no mundo e o exercício da moral é buscar elucidar relações verdadeiras (ou aproximadamente verdadeiras) entre as próprias propriedades morais e as propriedades não-morais.

#### **Tese da Acomodação:**

Esta tese, formulada por Boyd (2003), mas que nós apresentamos por meio de Quine e Goodman, defende que a noção de um tipo natural é intimamente associada com a noção de regularidades que são garantidas por processos causais e não por leis necessárias. Tipos naturais são aqueles aos quais nos referimos para formular hipóteses projetáveis, o que quer dizer que eles são aptos para figurar em generalizações sustentadas por mecanismos causais subjacentes. O papel da referência a um tipo natural é, então, acomodar nossas práticas conceituais e metodológicas às estruturas que existem de modo independente no mundo. (BOYD, 2003, p. 537). O mesmo tipo de papel é esperado para o discurso moral, ou seja, como o discurso é fruto de uma acomodação e interdependência entre fatos morais presentes no mundo e nossas teorias morais, a nossa referência aos

tipos morais é justificada pela possibilidade de desenvolvermos generalizações bem-sucedidas envolvendo termos morais.

### **Tese da Relatividade à Disciplina:**

Como ser um tipo natural está associado a sua capacidade de acomodar certas práticas conceituais e metodológicas às estruturas causais do mundo, ser um tipo natural é algo relativo à disciplina em que ele é aplicado (com o propósito de síntese, usaremos para nos referir ao corpo de objetivos, métodos, teorias, conceitos etc. associados com a prática científica (ou moral) o termo matriz disciplinar).<sup>26</sup>

Das teorias de Kripke e Putnam mantemos que o significado dos termos para tipos naturais e morais não é definido pelo padrão de uso de uma comunidade. Como procuramos mostrar em alguns pontos neste texto, especialmente com o argumento da Terra Gêmea, a definição de um termo natural, 'água', por exemplo, não é dada por esteriótipos descritivos que associamos a ele <líquido de resfriamento, inodoro, insípido e transparente>, e sim por sua estrutura química, H<sub>2</sub>O. O que significa que as definições que os termos recebem são *a posteriori*, ou seja, dependentes de exames empíricos conduzidos pelas ciências interessadas e, portanto, termos e suas definições não se equivalem semanticamente.

Entretanto, nos distanciamos um pouco da teoria de Kripke quando procuramos responder o que torna um tipo natural o referente de um termo, especialmente devido à noção de tipos naturais que desenvolvemos. A hipótese de Kripke sobre o que liga um nome a sua referência é reconhecida pelo trecho abaixo e pode ser adaptada para os termos para tipos naturais<sup>27</sup>:

---

<sup>26</sup> Juntas, as teses caracterizam a posição realista em contraste com a tese construtivista: "O realista difere do construtivista naquilo que ele nega e que o construtivista afirma, que a adoção de teorias, paradigmas, estruturas conceituais, perspectivas etc. de alguma forma constituem ou contribuem para a constituição dos poderes e relações causais entre os objetos estudados pelos cientistas no contexto dessas teorias, estruturas etc. O realista não nega (de fato, ele afirma) que a adoção de teorias, estruturas conceituais, linguagens etc. são, em si mesmas, fenômenos causais e assim contribuem causalmente para a fundação de, por exemplo, aqueles fatores causais que são explicativos na história da ciência e das ideias. O que o realista nega é que existe algum outro tipo de contribuição (lógica, conceitual, socialmente construtiva e similares) que a adoção de teorias etc. fazem à fundação dos poderes e relações causais" (BOYD, 1989, p. 22).

<sup>27</sup> "Para espécies, assim como para nomes próprios, a forma como a referência ao termo é fixada não deve ser entendida por meio de sinônimos para o termo. No caso dos nomes próprios, a referência pode ser fixada de várias formas. Em um batismo, a referência é tipicamente fixada por uma ostensão ou descrição. Caso contrário, a referência é usualmente determinada por uma cadeia que passa o

Alguém, digamos, um bebê nasce; seus pais o chamam por certo nome. Eles falam sobre o bebê para seus amigos. Outras pessoas conhecem o bebê. Por meio de vários tipos de conversação o nome [do bebê] é espalhado de elo em elo, como uma corrente. Um falante que está no fim dessa corrente que tenha ouvido sobre, digamos, Richard Feynman, no mercado ou em outro lugar, pode se referir a Richard Feynman, mesmo que ele não possa se lembrar onde ou de quem ele escutou falar sobre Feynman pela primeira vez. [...] Ele se refere a Feynman mesmo que ele não possa identificá-lo unicamente. [...] [Ele se refere a Feynman por meio de] uma corrente de comunicação que leva ao próprio Feynman e que foi estabelecida pelos membros de uma comunidade que passaram o nome [de Feynman] de elo em elo [...] [desde o seu batismo] (KRIPKE, 1980, p. 91).

No caso dos termos para tipos naturais, podemos dizer que um termo  $t_i$  se refere a um tipo natural  $N_i$  em virtude de uma cadeia causal na qual se deu a  $N_i$  o nome de  $t_i$  pela primeira vez, o batismo. A proposta semântica do naturalismo que apresentamos, entretanto, se distancia de Kripke quando postula a necessidade de uma matriz disciplinar  $M$  para cada determinação da referência dos termos naturais. A necessidade da matriz disciplinar provém da hipótese de que os tipos naturais não fazem parte de um mundo “pronto e acabado” e que, portanto, são sempre relativos às suas disciplinas. Pertencer a uma matriz disciplinar específica, com um papel determinado pelas formas cujos usos do termo para o tipo contribui para a disciplina, é uma condição necessária para que algo seja um tipo natural.

Em segundo lugar, a teoria semântica proposta se distancia de Kripke porque a referência dos termos não é sustentada apenas por sua história causal, mas sim a partir da utilidade do termo e da família de propriedades para um corpo científico. Sendo que as relações de referência, neste caso, ficam abertas para revisões teóricas ou metodológicas.

Em linhas gerais, portanto, podemos resumir do seguinte modo as relações de referência do neorealismo naturalista:

- Termos para tipos naturais (e, portanto, também para tipos morais) têm definições *a posteriori* dadas por investigações empíricas.
- Os termos e suas definições não são equivalentes semanticamente.

E sejam:

---

nome de elo em elo. As mesmas observações são mantidas para termos gerais como ‘ouro’ (KRIPKE, 1980, p. 135).

$M$  uma matriz disciplina qualquer.

$t_1, \dots, t_n$  termos para tipos naturais desenvolvidos dentro do discurso de  $M$ .

$F_1, \dots, F_n$  famílias de propriedades.

Então,  $F_1, \dots, F_n$  providenciarão definições explicativas dos tipos referidos por  $t_1, \dots, t_n$  e determinarão sua extensão se ( $t_i$  se refere a  $F_i$ ):

a) Há uma tendência sistemática [...] estabelecida pelas relações causais entre práticas em  $M$  e estruturas causais no mundo para o que é predicado de  $t_i$ , dentro da prática de  $M$ , seja aproximadamente verdadeiro das coisas que satisfazem  $F_i$ ,  $i = 1, \dots, n$ . Em particular, há uma tendência [...] para as coisas as quais  $t_i$  é predicado ter (algumas ou a maioria) das propriedades em  $F_i$ . [...]

b)  $F_1, \dots, F_n$  explica causalmente como o uso de  $t_1, \dots, t_n$  em  $M$  contribui para a acomodação das práticas inferenciais de  $M$  às estruturas causais relevantes (BOYD, 2003, p. 538).

Com essas determinações, temos que ‘ $t$  se refere a  $N$ ’, na verdade é melhor compreendida como: “O acesso epistêmico a coisas com  $N$  refletido no uso [...] [do termo  $t_n$ ] dentro de uma disciplina teórica  $D$  explica aspectos  $A$  das realizações dos profissionais dentro de  $D$ ” (BOYD, 2003, p. 539). O que torna as relações de referência intimamente unidas às noções epistêmicas de regulação das crenças.

Assim, na moral, um termo como ‘bom’, por exemplo, refere-se a um tipo  $N$  (nisso incluímos propriedades, relações etc.) quando o que é predicado sobre ‘bom’ é verdadeiro, ou aproximadamente verdadeiro, do que, potencialmente, predicamos de  $N$  (BOYD, 1988, p. 116). Ao estabelecer uma relação de identidade entre termos morais e alguns agregados homeostáticos de propriedades e relações, então, não precisamos sustentar que exista entre eles uma relação conhecida *a priori*. Basta que após alguma investigação se tenha chegado à conclusão de que são as propriedades de  $N$  que regulam o uso do termo ‘bom’ e nenhum outro termo capta  $N$  de modo mais eficiente dentro de uma determinada matriz moral.  $N$ , neste caso, será uma definição *a posteriori* de ‘bom’.

Então, podemos defender que após alguma investigação da natureza da moral, algo como uma investigação psicológica, antropológica ou sociológica, somos capazes, ao menos teoricamente, de encontrar um conjunto de propriedades, relações e mecanismos naturais que são

nomeados pelos termos para tipos morais. Entretanto, por ser essa uma investigação empírica e não conceitual, não é possível reduzir semanticamente uma asserção moral a uma asserção sobre tais propriedades. Então, os termos não podem ser substituídos *salva significatione* em uma sentença.

É importante ressaltar que, neste caso, é perfeitamente possível que asserções sobre a moralidade tenham propriedades distintas de asserções sobre as propriedades naturais que as compõe. Evocamos aqui, para explicar tal possibilidade, a diferença entre identidade e composição em asserções ligadas pelo conectivo 'ser'. Não pretendemos nos comprometer com a afirmação de que propriedades morais e naturais são idênticas, mas sim com a possibilidade de que os termos morais e certos termos de propriedades naturais designam as mesmas propriedades (Cf. BRINK, 1989, p. 157). Com isso, mantemos em aberto a possibilidade de múltipla realização derivada da compreensão de tipos morais como homeostaticamente agregados, pois as propriedades que constituem um tipo moral não são necessariamente ligadas ao tipo, o que permite que outras propriedades com relações semelhantes também instanciem o mesmo tipo moral. Nas palavras de Brink:

A reivindicação naturalista deve ser entendida aos moldes de outras reivindicações constitutivas comuns: por exemplo, mesas são constituídas por certa combinação de partículas microfísicas, eventos sociais de larga escala como guerras e eleições são constituídos por combinações enormemente complexas de eventos e processos sociais de menor escala, processos biológicos como a fotossíntese são compostos de eventos físicos causalmente e temporariamente relacionados de certo modo [etc]. (BRINK, 1989, p. 159).

O que nos permite evitar perfeitamente a conclusão indesejada do argumento da questão em aberto, mas manter o naturalismo ético. Entretanto, no próximo capítulo, analisaremos uma importante objeção oferecida à tese semântica que desenvolvemos: a possibilidade de que, embora a semântica de Boyd e Brink possa ser aplicada aos tipos naturais típicos, ela não captura corretamente nossos modos de uso e entendimento acerca dos termos morais. Tal objeção é nomeada Terra Gêmea Moral. Desenvolvida por Horgan e Timmons, a Terra Gêmea Moral é um

experimento mental que busca, novamente, demonstrar a inviabilidade do naturalismo ético por meio da inviabilização do naturalismo semântico.

**CAPÍTULO III**  
A TERRA GÊMEA MORAL

## 1. A TERRA GÊMEA MORAL

“[...] que se não houvesse o melhor  
entre todos os mundos possíveis,  
Deus não teria produzido”  
Leibniz

Para entender corretamente a objeção da Terra Gêmea Moral, devemos começar apontando, quais são os pontos fundamentais da semântica do neorealismo naturalista. Segundo Horgan&Timmons (H&T), são três pontos importantes:

- i. Termos morais possuem definições sintéticas *a posteriori*;
- ii. Cada termo moral *t* designa rigidamente uma propriedade ou conjunto de propriedades *N*;
- iii. A propriedade ou conjunto de propriedades *N* regula o uso do termo *t* para humanos. (H&T, 2010, p. 158 – 159).

Dadas essas condições semânticas, Timmons formula o argumento da Terra Gêmea Moral, segundo ele mesmo, aos moldes do experimento mental da Terra Gêmea e apoia suas conclusões na referência à *competência dos falantes*<sup>28</sup> do mesmo modo que Putnam<sup>29</sup>. Entretanto, enquanto no experimento original de Putnam as intuições dos falantes são fortes indícios de que termos para tipos naturais designam rigidamente e que a semântica da regulação causal é uma boa explicação para a referência daqueles nomes, no caso moral não parece funcionar deste modo, pois as intuições não são semelhantes nos dois casos.

O argumento de Timmons nos diz que existe, em algum lugar distante, um planeta muito similar à Terra, o qual chamaremos de Terra Gêmea Moral, T<sup>GM</sup>. Na T<sup>GM</sup> encontramos seres muito similares aos humanos da Terra, encontramos organizações sociais semelhantes e, em especial, há, entre os nativos da T<sup>GM</sup> um vocabulário que funciona de modo muito similar ao nosso vocabulário moral em português. Há, neste

<sup>28</sup> Tratando-se de teorias semânticas, se há uma estratégia filosófica que tem força especial e justificada, provavelmente é o apelo à competência do falante. Normalmente, aceitamos que os falantes de um idioma possuem uma forte intuição sobre as normas semânticas e sintáticas envolvidas em sua própria linguagem. O apelo às intuições dos falantes em experimentos mentais, portanto, constituem importantes evidências empíricas a favor ou contra alguma teoria semântica (Cf. TIMMONS, 1999, p. 60). Segundo Timmons, no caso da Terra Gêmea Moral, essas intuições são contrárias ao realismo naturalista.

<sup>29</sup> O argumento de Putnam é exposto em maiores detalhes no capítulo II (Cf. tópico *Tipos Naturais e Tipos Artificiais*).



vocabulário, os termos ‘certo<sub>G</sub>’, ‘bom<sub>G</sub>’, ‘mau<sub>G</sub>’, ‘errado<sub>G</sub>’ etc., que são empregados quando os habitantes de T<sup>GM</sup> desejam avaliar pessoas, comportamentos e instituições, recomendando alguns e reprovando outros. Também, os termos são empregados para racionalizar sobre considerações acerca do bem-estar humano. Os habitantes gêmeos também estão dispostos a agir conforme julgamentos sobre o que é certo<sub>G</sub> e errado<sub>G</sub> e consideram esses julgamentos de substancial importância.

Graças aos maravilhosos avanços da tecnologia terrestre, torna-se possível enviar um grupo de exploradores terráqueos à T<sup>GM</sup>. Logo nos primeiros contatos com os gêmeos morais, nossos exploradores são fortemente inclinados a traduzir ‘bom<sub>G</sub>’ por ‘bom’, ‘mau<sub>G</sub>’ por ‘mau’ e, assim, sucessivamente. Contudo, graças também aos grandes avanços tecnológicos, os habitantes terrestres se tornaram muito eficientes em determinar quais propriedades (naturais, conforme os naturalistas) são responsáveis por regular o uso que se faz dos termos morais e, concluem estarrecidos, que as propriedades relevantes para regulação dos termos morais gêmeos não são as mesmas dos termos morais terrestres.

Os exploradores concluem que, em ambos os casos, estamos diante de propriedades funcionais cuja essência é caracterizada funcionalmente pelas principais reivindicações de uma teoria normativa específica. Contudo, na Terra, a teoria normativa cuja generalização é capaz de abarcar a essência das propriedades relevantes é, suponhamos, consequencialista, T<sub>C</sub>. Já na T<sup>GM</sup>, a teoria normativa capaz de capturar a essência das propriedades é deontológica e, portanto, não-consequencialista, T<sub>D</sub>. As propriedades operam da mesma forma nos dois planetas, pois são similares o bastante para isso, entretanto são incompatíveis entre si<sup>30</sup>.

Como podemos descrever adequadamente as diferenças entre o discurso moral na Terra e na sua gêmea T<sup>GM</sup>? Se pretendermos uma resposta análoga a que conseguimos no experimento mental original de Putnam, deveríamos assumir que os termos morais, assim como termos para tipos naturais, designam rigidamente as propriedades às quais se referem. Deste modo, os termos morais e seus gêmeos se referem a coisas distintas e seus significados não são iguais. Isso implica que os termos morais gêmeos não são boas traduções para os termos morais, da mesma forma que os termos ‘água’ e ‘água<sub>G</sub>’ não se referem às mesmas coisas.

---

<sup>30</sup> O argumento de Timmons foi traduzido e adaptado para este texto pela autora. O original pode ser encontrado em TIMMONS, 1999, p. 61 – 62.

Essa conclusão parece contraintuitiva pois implicaria que não é possível existir um debate moral genuíno entre os habitantes da Terra e seus gêmeos, pois eles se referem a coisas distintas com os termos morais 'bom' e 'bom<sub>G</sub>'. Por outro lado, podemos admitir que os termos morais gêmeos são boas traduções para os termos morais terrestres e as diferenças que existem entre a Terra e a T<sup>GM</sup> são, na verdade, desacordos morais genuínos, o que indica que há diferenças de crenças morais e teorias normativas, mas não de significado dos termos morais. Assumindo a segunda resposta nos distanciamos das conclusões de Putnam e, assim, termos morais não seriam bons candidatos à designação rígida. Segundo Timmons, a conclusão alcançada constitui um forte indício de que a teoria da semântica causal não é eficiente para termos morais:

Eu afirmo que, de longe, o modo de descrição mais natural, quando se considera o cenário Moral da Terra Gêmea, é o segundo. A reflexão sobre o cenário não gera pressão hermenêutica para que os termos gêmeos como 'bom' e 'correto' não sejam traduzidos adequadamente pelos nossos próprios termos morais. Mas se [...] os termos morais em questão designam rigidamente as propriedades naturais que regulam causalmente seu uso, então a reflexão sobre esse cenário deveria gerar intuições análogas àquelas geradas na história original da Terra Gêmea de Putnam. Isto é, deve parecer intuitivamente natural dizer que há uma diferença de significado e que os termos gêmeos "morais" não são traduzidos por nossos termos morais. (TIMMONS, 1999, p. 62).

Assim, termos para tipos morais, diferente de termos para tipos naturais, não designam rigidamente, ainda que a tese da regulação causal seja verdadeira para eles (H&T, 2010, p. 160). Em outras palavras, ainda que tenhamos a mesma tese da regulação causal da referência para tipos naturais e tipos morais, as intuições linguísticas relacionadas aos tipos morais não sustentam a relação de designação rígida. Se os termos para tipos morais não sustentam uma relação rígida com um conjunto de propriedades naturais qualquer, então propriedades diferentes podem desempenhar a mesma função moral em outras realidades, o que indica que um mesmo termo moral como 'bom' pode ter referentes distintos, uma visão francamente relativista da moral, pois condiciona o significado e aplicação de 'bom' a diferenças culturais, psicológicas, sociais etc.

A possibilidade relativista levantada não é atraente para o realismo moral que sustenta a existência de fatos morais objetivos e, portanto, independentes de crenças

e desejos humanos<sup>31</sup> (Cf. *Capítulo I*). A conclusão do experimento, enfim, segue aos moldes do argumento da questão em aberto: Se a teoria semântica subjacente ao naturalismo ético não pode ser mantida porque termos morais e termos naturais são substancialmente diferentes, então, a proposta naturalista é inviável<sup>32</sup>.

## 2. DESSIMETRIAS A PUTNAM, OU COMO LIDAR COM AS INTUIÇÕES.

O experimento mental proposto por H&T traz intuições contrárias ao experimento original de Putnam, o que é um forte indício de que a teoria semântica causal não é uma boa candidata para lidar com os termos morais, pois, como procuramos mostrar, caso a semântica seja aceita, isso leva a um entendimento do fenômeno moral incompatível com nossas intuições comuns: de que não há conflito moral genuíno entre a Terra e a T<sup>GM</sup>, pois os termos morais teriam significados distintos.

Por outro lado, se admitirmos que, apesar de se referirem a propriedades distintas com seus termos morais, os habitantes da T<sup>GM</sup> podem estar em conflito com os habitantes da Terra, então os termos morais não são bons candidatos à designação rígida e podem ter referentes distintos em circunstâncias distintas. Em qualquer uma das hipóteses a proposta naturalista leva a algum tipo de relativismo incompatível com uma proposta realista: Ou bem os termos morais designam rigidamente e existem ao menos dois sistemas morais completos (Terra e Terra Gêmea Moral), mas cujos

<sup>31</sup> A essa altura, contudo, algum leitor já pode ter se questionado sobre as condições semânticas abordadas por Timmons e Horgan. Boyd, diferente do que sustenta Kripke ou Putnam, não advoga designações rígidas ou essencialismo para manutenção de sua teoria semântica. Mas H&T insistem, que ainda que se abra mão do conceito de designação rígida, o argumento da Terra Gêmea Moral pode ser reformulado de modo a chegar às mesmas conclusões (H&T, 2010, p. 172 – 173, nota 17). Não está totalmente claro como tal reformulação seria feita. Talvez H&T imaginem que a proposta de Boyd assuma, não a designação rígida, mas uma espécie de múltipla designação em que um termo *t* pode se referir a um conjunto disjuntivo de propriedades  $\{P_1 \vee P_2 \vee, \dots, \vee P_n\}$  (onde  $n > 1$ ). Neste caso, o argumento da Terra Gêmea Moral poderia funcionar, realmente, da mesma forma, bastando, para isso, postular uma T<sup>GM</sup> em que os termos morais captassem um conjunto disjuntivo distinto de propriedades. Contudo, essa não é a proposta de Boyd e ignorar alguns pontos cruciais sobre a semântica do neorealismo pode ter sido o principal fator de sucesso do argumento de H&T. Exploraremos esta possibilidade no tópico *Algumas Considerações Sobre Mundos Possíveis*.

<sup>32</sup> Teorias semânticas são, normalmente, tidas como independentes de teorias metafísicas. Mesmo que o argumento da Terra Gêmea Moral seja efetivo contra o neorealismo naturalista isso não significa que qualquer proposta naturalista da moral é falsa. O naturalismo metafísico pode ser verdadeiro, ainda que o semântico seja falso. Ou mesmo, o naturalismo semântico pode ser verdadeiro, mas o metafísico, falso *vide* teoria do erro. Descartar a teoria semântica naturalista, portanto, descarta o neorealismo naturalista, mas não todo e qualquer naturalismo.

termos morais designam rigidamente propriedades distintas, portanto, existem dois ou mais bens morais irreduzíveis entre si. Ou bem os termos morais não designam rigidamente sendo a sua referência dada em função das crenças e teorias de determinada sociedade. Ambas as possibilidades tornam o neorealismo inviável. Portanto, é imprescindível encontrar uma boa solução ao problema da Terra Gêmea Moral. Felizmente para os naturalistas, existem algumas propostas para lidar com o problema da Terra Gêmea Moral.

### 2.1. PRIMEIRA ESTRATÉGIA: APELANDO ÀS INTENÇÕES REFERENCIAIS.

A primeira possibilidade para lidar com o argumento da Terra Gêmea Moral é encontrada no texto de Copp (2000), mas também em Brink (2001). Esses autores sugerem que, apesar de ser um argumento interessante e que traz luz sobre a semântica dos termos morais, ele é insuficiente para demonstrar o fracasso de uma teoria naturalista, pois as intuições dos falantes, embora fortes, podem ser acomodadas em uma proposta realista naturalista a partir dos pressupostos já dados pela semântica de Putnam.

Ao discutir as fundamentações teóricas da semântica causal, Copp, acertadamente, chama atenção para dois fatores que concomitantemente determinam a extensão de um termo na semântica naturalista de acordo com Putnam:

- A natureza material das coisas às quais os termos se referem;
- A intenção referencial dos falantes que usam os termos (COPP, 2000, p. 114).

Ao longo do texto fizemos grande uso do primeiro fator ao tentar determinar a referência dos termos morais usando analogias com os termos naturais. De fato, o segundo fator não ficou tão popular na filosofia como a célebre identidade entre 'água' e H<sub>2</sub>O, mas a resposta ou solução ao problema da Terra Gêmea Moral pode estar nele: Copp postula que levar em consideração as intenções referenciais dos falantes, no caso moral, pode ser suficiente para explicar e acomodar nossas tendências relativistas no caso da Terra Gêmea Moral sem abrir mão de uma proposta naturalista da moralidade.

Segundo Putnam, para que algum tipo  $x$  qualquer pertença a um tipo natural  $N$  é necessário e suficiente que o tipo  $x$  sustente a mesma relação  $L$  com outras

amostras que, segundo os falantes competentes, são *N*'s. Assim, por exemplo, para que o líquido em uma jarra sobre a mesa seja água é necessário e suficiente que este líquido sustente a mesma relação *L* com as amostras *w*, *y* e *z* que, sabidamente são água (Cf. PUTNAM, 1975, p. 225): Algo como, “o líquido nesta jarra é o mesmo líquido que ocupa os rios, que constitui a chuva e que é perdido pelas torneiras pingando à noite”.

Podemos observar, neste caso, que a relação *L* é uma relação teórica, não se trata apenas de constatar que ‘água’ denomine  $H_2O$  e que, portanto, se *x* é  $H_2O$ , *x* é ‘água’. A relação *L* é determinada antes deste momento, *L* é o resultado de um esforço científico de isolar entre as diversas possibilidades de definição para um termo natural aquela que melhor preenche os interesses da teoria subjacente. No caso da água, foi isolada a propriedade física de ser  $H_2O$  e, por isso, sabemos que para que *x* seja ‘água’, basta que *x* seja  $H_2O$ .

Quando empregam algum termo ‘*N*’, os falantes, portanto, têm a intenção de que a mesma relação *L* mantida entre *N* e ‘*N*’ seja estabelecida com o objeto denominado. Quando os falantes usam o termo ‘*N*’ eles pretendem se referir a um certo tipo de coisa com tal e tal natureza e não a outras coisas. Então, podemos dizer que não apenas a natureza objetiva do objeto é relevante para determinar a referência do termo, as intenções referenciais dos falantes também possuem um papel.

No caso dos termos morais, de acordo com Copp, podemos assumir que nossas melhores teorias e, neste caso, teorias morais, juntamente às intenções referenciais dos falantes nos dão a melhor referência para os termos morais. Assim, para determinar a referência do termo moral ‘errado’, por exemplo, devemos levar em consideração os dois fatores da semântica de Putnam:

- A intenção referencial dos falantes de se referirem com o termo ‘errado’ ao que quer que tenha a mesma natureza das coisas erradas no mundo atual;
- E que essa natureza é aquela descrita por nossas melhores teorias morais (COPP, 2000, p. 116).

Assumindo estes dois pontos, podemos acomodar a intuição de que existe um desacordo moral genuíno entre os moralistas da terra e seus gêmeos, ainda que se mantenha que as propriedades expressas pelos termos morais em cada um dos planetas possam não ser as mesmas (COPP, 2000, p. 120).

Retomando brevemente o argumento da Terra Gêmea Moral, podemos mostrar como as intenções referenciais dos falantes funcionariam para manter a possibilidade de desacordo moral genuíno: H&T nos sugerem, a título de hipótese, que a melhor teoria moral para nos oferecer a referência dos termos morais é uma teoria consequencialista. Deste modo, podemos generalizar que a propriedade relevante para que algo seja denominado ‘errado’ no sentido moral poderia ser algo como: “falha em maximizar o bem”. Já na T<sup>GM</sup>, a melhor teoria moral disponível é uma teoria deontológica que indica que a propriedade relevante para que algo seja errado é: “falha em cumprir as regras da teoria deontológica T<sub>D</sub>”. Assim, o termo moral ‘errado’ e seu gêmeo ‘errado<sub>G</sub>’ expressam propriedades diferentes.

Apesar de expressarem propriedades distintas, o argumento só é eficiente em despertar as intuições relativistas no falante porque há, em alguma medida, uma sobreposição na extensão dos termos morais. Os julgamentos sobre o que é ‘errado<sub>G</sub>’ têm efeitos semelhantes aos julgamentos sobre o que é ‘errado’: também possuem um caráter normativo sobre o que não deve ser feito, também são avaliações negativas que implicam censura e descrédito ao avaliado, também despertam sentimentos de desaprovação, de culpa, de remorso etc. e, por tudo isso, não é espantoso que em alguns casos uma mesma ação seja ‘errada’ e também ‘errada<sub>G</sub>’, pois as propriedades funcionais que regulam os termos na Terra e na Terra Gêmea (que são parcialmente constitutivos das teorias normativas e das intenções referenciais dos falantes) convergem em larga escala.

Se os termos morais gêmeos não se parecessem no contexto de uso e na aplicação com os termos morais, não teríamos porque chamá-los morais. Portanto, para que o argumento de H&T funcione é preciso assumir similaridades entre termos morais e seus gêmeos. Essas similaridades permitem dizer que, embora não expressem as mesmas propriedades, os termos morais gêmeos são as melhores traduções para os termos morais na Terra Gêmea (COPP, 2000, p. 121).

A intenção referencial dos terráqueos em usar o termo ‘errado’ é se referir a ações que são do tipo ou que têm a propriedade que a maioria dos falantes em uma comunidade linguística pretendem se referir ao usar ‘errado’ e a intenção referencial dos gêmeos morais é a mesma, exceto que eles se referem à comunidade linguística gêmea e ao termo gêmeo ‘errado<sub>G</sub>’ em vez do nosso termo moral e de nossa comunidade linguística. (COPP, 2000, p. 131 – 132).

Os interesses e intenções no uso dos termos são os mesmos, no caso ‘errado’ e ‘errado<sub>G</sub>’ expressam a propriedade “o que não deve ser feito para agir moralmente bem”. Portanto, em um sentido moral, não há diferença entre a Terra e a T<sup>GM</sup>: Se os moralistas da Terra e da T<sup>GM</sup> compartilham as mesmas habilidades, desejos, vulnerabilidade e leis causais, então os falantes de ambos os planetas compartilharão as mesmas intenções referenciais. Na semântica de Putnam, isso indica, que em alguma medida, os termos da linguagem terão os mesmos significados, muito embora existam teorias morais distintas.

Nos casos concretos em que julgamentos morais sobre uma ação são diferentes, podemos assumir que há algum tipo de desacordo moral devido ao contexto de uso dos termos, mesmo que os termos morais e seus gêmeos não possuam a exata mesma referência (COPP, 2000, p. 122). Por exemplo, diante da situação de mentir para proteger um amigo de uma morte injusta, os consequencialistas da Terra poderiam dizer que a ação de mentir, neste caso, não é errada, pois não falha em maximizar o bem, assim, mentir nem sempre será errado, na Terra. Por outro lado, na Terra Gêmea, mentir é sempre errado, pois uma das regras da teoria deontológica T<sub>D</sub> é que não se deve mentir e a ação no caso descrito contrariaria uma regra de T<sub>D</sub>.

O que gera a intuição de um desacordo moral, no caso, contudo, não são as propriedades expressas pelos termos (que originalmente não parecem autoexcludentes), mas sim, porque, em um sentido moral relevante, há um desacordo: Tanto na Terra quanto na T<sup>GM</sup>, os julgamentos sobre a ação de mentir determinarão o que deve ser feito na situação em questão e as ações, no caso citado, serão contrárias entre si. Enquanto os consequencialistas não relutarão em mentir para salvar um amigo de uma injustiça, os deontológicos da T<sup>GM</sup> somente salvarão seu amigo às custas de algum peso na consciência. Ao ensinarem suas crianças sobre quando e se é correto mentir, moralistas da Terra e da Terra Gêmea ensinarão coisas diferentes. Quando alguém estiver em uma situação como a do exemplo, eles discordarão se devem ou não objetar à mentira (COPP, 2000, p. 123). Assim, podemos dizer que, embora as propriedades expressas pelos termos morais sejam distintas, e, em última instância, isso implique que os termos morais e seus gêmeos não possuem o mesmo significado, há um desacordo entre os terráqueos e os gêmeos na prática moral, ou

seja, um desacordo quanto o que deve ou não ser feito numa mesma situação moralmente relevante.

Se assumimos que esse tipo de desacordo no modo de agir é fundamental em teorias normativas, nossas intuições no experimento da Terra Gêmea Moral nos levarão a supor que há desacordos morais entre terráqueos e seus gêmeos. Ainda que teorias morais normativas distintas estejam atuando, ambas possuem o mesmo foco de interesse e, em última instância, lidam com os mesmos tipos de julgamentos de aprovação e desaprovação, no caso, julgamentos morais.

Assim, a intuição derivada no experimento mental de H&T pode ser mantida, pois dado aquele cenário de sobreposição da Terra e Terra Gêmea, nossas intuições realmente nos levarão a supor que existe um desacordo entre os terráqueos e seus gêmeos. Contudo, isso não significa que precisamos concluir, aos moldes do experimento mental de Putnam, que se há tal desacordo, então os termos morais e seus gêmeos têm de se referir as mesmas propriedades. Essas intuições podem, também, serem frutos do nosso modo de pensar sobre a moralidade como um guia de ação. Assim, se uma teoria recomenda que se faça uma ação *A* e outra uma ação *B*, ambas em um contexto moral, e elas são autoexcludentes entre si, há um desacordo aqui, mesmo que as teorias isolem propriedades distintas como referente de seus termos relevantes.

Horgan e Timmons, contudo, ressaltam contra a estratégia de Copp que ela pode ser capaz de explicar as intuições levantadas pelo experimento da Terra Gêmea Moral, entretanto, ela não é capaz de lidar com o real problema que o experimento levanta (2000, p. 143). A dificuldade proposta pelo argumento de Horgan e Timmons não depende da hipótese de que o significado dos termos morais é determinado completamente por sua referência. É possível assumir elementos pragmáticos que co-determinam o significado dos discursos morais. Com isso podemos, realmente, como Copp sugere, explicar como terráqueos e seus gêmeos, de fato, estão em conflito moral, apesar das diferentes referências dos termos.

O problema, entretanto, persiste em outro nível, pois uma posição como a de Copp não é capaz de eliminar o relativismo derivado da Terra Gêmea Moral. Segundo H&T, “[...] qualquer teoria semântica dos termos morais que permite que termos com referências diferentes mantenham o mesmo significado é culpado de relativismo” (2000, p. 143), pois depois de examinados os aspectos semânticos e pragmáticos do



discurso, continua sendo verdadeiro que é possível que terráqueos e seus gêmeos enunciem asserções contrárias sobre um mesmo estado de coisas e que ambos estejam dizendo algo verdadeiro.

## 2.2. SEGUNDA ESTRATÉGIA: A POSSIBILIDADE DE ERRO DE REFERÊNCIA E EXTENSÃO DOS TERMOS.

A possibilidade de trazer as intuições do experimento de H&T para o naturalismo talvez siga um outro caminho: insistir que a propriedade expressa pelo termo ‘errado’ é a mesma expressa pelo termo ‘errado<sub>G</sub>’. Neste caso, quando os moralistas da T<sup>GM</sup> afirmam, enquanto os moralistas da Terra negam que “mentir é errado no caso *x*”, os terráqueos estão exatamente negando o que os gêmeos afirmam sobre um tal estado de coisas. A consequência, portanto, é que uma das proposições é falsa.

A possibilidade de erro de referência dos termos é prevista pela teoria semântica de Putnam em, pelo menos, dois casos: Quando as pressuposições empíricas dos falantes são falsas, ou quando as teorias relevantes para determinar a extensão do referente de um termo contém equívocos.

### **Pressuposições empíricas falsas:**

As definições ostensivas sempre são feitas a partir de um conjunto de pressuposições empíricas sobre a natureza das coisas a nossa volta. Se as pressuposições são falsas isso leva a uma cadeia de erros na referência de um termo. Putnam exemplifica:

Suponha que eu aponte para um copo de água e diga: ‘Este líquido é chamado água’ [...] Minha definição ostensiva de água tem a seguinte pressuposição empírica: Que o líquido que eu estou apontando sustenta uma mesma relação (digamos *x* é o mesmo líquido que *y*, ou *x* é o mesmo que *y*) com a maioria dos materiais que eu e outros falantes da minha comunidade linguística temos chamado em outras ocasiões ‘água’. Se essa pressuposição é falsa porque, digamos, eu sem o saber estou apontando para um copo de gim e não um copo de água, então eu não espero que minha definição ostensiva seja aceita. [...] Se as pressuposições empíricas não são satisfeitas uma série de, podemos dizer, condições de fundo falsas são ativadas (PUTNAM, 1975, p. 225).

Portanto, segundo a semântica naturalista, para que algum exemplar *x* qualquer pertença a um tipo natural *N* é necessário e suficiente que o exemplar *x*

sustente a mesma relação  $L$  com outras amostras que, segundo os falantes competentes, são  $N$ 's. Entretanto, os falantes competentes, no exercício da comunicação, assumem que suas pressuposições empíricas são verdadeiras. Por exemplo, que o líquido no copo seja  $H_2O$  e não outra coisa. Quando essas pressuposições não se confirmam, há um erro de referência. Neste caso, o falante não pretende que o significado do termo 'água' abarque também gim, o termo continua se referindo apenas às substâncias compostas majoritariamente por  $H_2O$ . Não são as crenças do falante que determinarão o significado dos termos na semântica naturalista, mas sim, pelo menos nos tipos naturais, certas estruturas reveladas por nossas melhores teorias sobre os tipos químicos.

No caso moral e, especialmente em uma teoria naturalista, é possível que os falantes de uma determinada comunidade avaliem erroneamente as propriedades ou relações de uma determinada ação. É possível estar errado sobre certas condições empíricas importantes e esse erro interferir no julgamento moral. Especialmente se as condições empíricas *extramoras* não são favoráveis à avaliação. No *capítulo II* citamos brevemente alguns casos em que tais condições empíricas não são favoráveis ao melhor julgamento moral, portanto, sob tais circunstâncias epistemicamente suspeitas, não podemos garantir que os julgamentos realizados sejam corretos (**Cf. Tópico Tipos Morais como Tipos Naturais**).

No caso da Terra Gêmea Moral, a possibilidade de erro empírico abre uma possibilidade não explorada por H&T: que os termos morais possuam a mesma referência, ou seja, que se refiram às propriedades naturais do conjunto  $N$ , mas que devido a condições empíricas distintas nos dois planetas, teorias morais diferentes foram formuladas: por exemplo, enquanto na Terra há estudos e avaliações suficientes para a formulação de uma teoria moral mais próxima da verdade, na Terra Gêmea os estudos sobre a moral ainda são incipientes. As diferenças de acuracidade das teorias levariam terráqueos e seus gêmeos a oferecerem avaliações morais distintas de uma mesma situação, pois se fundamentariam em conhecimentos distintos.

Esta diferença teórica, entretanto, não precisa implicar que não exista uma teoria melhor, ou condições empíricas melhores, para formulação dos julgamentos morais. Na situação hipotética que apresentamos acima, os terráqueos estão em situação muito mais favorável para fazer julgamentos morais acurados. Em caso de divergência sobre se uma ação é correta ou incorreta, os gêmeos morais podem se

equivocar, simplesmente, porque não possuem a melhor teoria moral para embasar seus julgamentos. A diferença entre os referentes dos termos morais da Terra e seus gêmeos, portanto, pode não ser semântica e nem mesmo moral, mas de condições factuais, desenvolvimento científico ou filosófico, nas quais os julgamentos morais são feitos.

### **Erro sobre a extensão:**

Outra possibilidade de erro nos casos de referência é quando a extensão de um termo é erroneamente definida. Conforme já apresentamos inicialmente, o corpo teórico da ciência seleciona, entre as propriedades das amostras, aquelas que são relevantes de acordo com o interesse das teorias subjacentes. Portanto, nem sempre essas propriedades importantes serão as propriedades químicas subjacentes, como no caso da água. As propriedades relevantes podem variar conforme o interesse da teoria de isolar um ou outro elemento (COPP, 2000, p. 114) (**Cf. *Tópico O Mundo Pronto e Acabado, Capítulo II***).

Um caso em que as propriedades químicas não são, teoricamente, o que determina algo como de um tipo natural são os casos dos tipos funcionais. Leite, por exemplo. É provavelmente aceito que o termo 'leite' se refere a um tipo natural, mas, neste caso, isolar as propriedades químicas subjacentes em uma amostra não é necessário para denominar corretamente algo como 'leite', pois leites de diferentes origens (vaca, cabra, humano etc.) não possuem a mesma composição química. Não precisamos, contudo, dizer que o conjunto disjuntivo de todas as propriedades físicas encontradas nas diferentes amostras de leite é que determinam que dois líquidos quimicamente diferentes sejam leite. Em vez disso, é teoricamente mais completo e relevante que as propriedades funcionais dos diferentes tipos de leites sejam colocadas em foco: "leite é todo líquido produzido pelas glândulas mamárias de fêmeas que deram à luz recentemente e que é utilizado para nutrir seus recém-nascidos". Assim, para saber que o líquido na geladeira sustenta a mesma relação com o líquido secretado pelas glândulas mamárias dos mamíferos, devemos perguntar se ele próprio é, também, um líquido produzido por glândulas mamárias de fêmeas que deram à luz recentemente e cuja finalidade é nutrir seus recém-nascidos e não se ele é composto das mesmas propriedades químicas que as amostras sabidamente reconhecidas como leite (**Cf. COPP, 2000, p. 114**).

Contudo, se a teoria subjacente ao caso investigado for equivocada, uma comunidade linguística pode incorrer em alguns erros na escolha das propriedades relevantes para o tipo funcional. Por exemplo, suponhamos a possibilidade de uma Terra Gêmea do Leite. Enquanto na Terra nós conhecemos o leite de cabra, humanos, ovelhas e outros e chamamos a todos eles de 'leite', na Terra Gêmea do Leite, somente são conhecidas amostras de leite de humanos, vacas e cabras às quais os gêmeos chamam de 'leite<sub>G</sub>'. Quando os habitantes da Terra e da Terra Gêmea do Leite são expostos ao leite de cadela, os terráqueos dizem "isto é leite", mas seus gêmeos contradizem: "isto não é leite<sub>G</sub>". Podemos admitir, diante deste caso, que o termo 'leite' e o termo 'leite<sub>G</sub>' expressem propriedades distintas e, portanto, tenham significados diferentes. Mas podemos, também, sustentar que ambos os termos se associam às mesmas propriedades, neste caso, funcionais e genéticas que já apresentamos: "Todo líquido produzido pelas glândulas mamárias de fêmeas que deram à luz recentemente e que é utilizado para nutrir seus recém-nascidos". Assim, se os termos expressam a mesma propriedade, e os terráqueos afirmam enquanto os gêmeos do leite negam que a amostra *x* esteja sob a extensão do termo, devemos imaginar que, ou a proposição sobre o leite de cadela da Terra Gêmea do Leite é falsa, ou a nossa própria é (COPP, 2000, p. 132 – 133).

Suponhamos então que, após algumas investigações, descobre-se que, além das propriedades funcionais e genéticas do leite, os gêmeos do leite acrescentam à teoria a propriedade física de ser branco como importante para determinar se uma amostra pertence ou não a extensão de 'leite'. Por esta razão, os gêmeos negam que o leite de cadela, que é amarelo, é leite. Não precisamos, contudo, assumir que a teoria dos gêmeos do leite seja também verdadeira, eles podem estar equivocados sobre a necessidade da propriedade física. É provável que, após alguma investigação, os gêmeos cheguem à conclusão de que ser branco é irrelevante no conjunto de fatores sobre o que é leite. A definição que não coloca essa limitação, provavelmente, é mais eficiente e coerente. Portanto, podemos afirmar que quando os gêmeos do leite afirmaram que "leite de cadela não é leite<sub>G</sub>" em desacordo com os terráqueos, não estávamos lidando apenas com um desacordo aparente e que na verdade os termos teriam significados distintos. Podemos defender que os gêmeos sustentam

crenças erradas sobre a extensão de 'leite<sub>G</sub>' e a proposição dita apontando para o leite de cadela: "Isto não é leite<sub>G</sub>" é falsa<sup>33</sup>.

Se os falantes de uma comunidade sustentam crenças errôneas sobre a referência de um termo, isso não precisa ser incorporado na teoria semântica como parte do significado. Podemos dizer, simplesmente, que aqueles falantes estão errados no uso do termo<sup>34</sup>. O mesmo é válido para o caso moral. Se uma comunidade sustenta crenças falsas sobre a moralidade, não é impossível que essa comunidade cometa erros ao chamar algumas ações de 'erradas' e outras de 'corretas' (COPP, 2000, p. 126 – 127). Podemos assumir, então, a possibilidade de que, ou os habitantes da Terra Gêmea Moral, ou os habitantes da Terra, possuam crenças morais equivocadas, o que os levaria a sustentar proposições morais falsas.

Neste caso, os significados dos termos morais seriam, de fato, os mesmos, e os moralistas da Terra e seus gêmeos estariam em um desacordo moral genuíno. As diferenças na aplicação do termo 'errado', por exemplo, poderiam ser explicadas apelando à ideia de que uma das duas teorias morais está incompleta, ou errada. Assim, a recomendação sobre a referência dos termos morais também pode ser incompleta ou errônea fazendo com que os moralistas façam julgamentos morais

---

<sup>33</sup> Essa formulação do erro de referência também se relaciona com o erro sobre as condições empíricas. Sustentar uma teoria incompleta ou incorreta sobre a extensão dos termos é um dos tipos de condições empíricas desfavoráveis que diminui a credibilidade dos julgamentos relacionados ao termo, da mesma forma que observar um quadro usando um óculos de lente verde diminui a credibilidade dos julgamentos sobre as cores do quadro.

<sup>34</sup> Copp acrescenta em seu texto que as semânticas de Boyd e a de Putnam são diferentes com relação ao papel das crenças dos falantes e que essa diferença é desvantajosa para a teoria de Boyd. Copp formula que, para Boyd, a referência é uma questão das crenças dos falantes sobre as amostras locais, assim, quando se é formulada uma sentença com o termo 'água' os falantes competentes estão dispostos a sustentar sobre essa sentença as mesmas crenças e pressuposições sustentadas com sentenças que contenham o termo 'H<sub>2</sub>O', por essa razão podemos dizer que 'água' se refere a H<sub>2</sub>O. Quanto mais acuradas nossas crenças, mais próximas da realidade ou exatas são as referências dos termos. Mas, se é possível que existam falantes com crenças estapafúrdias sobre alguns tipos (naturais ou não) de modo que não podemos esperar melhoras no quadro, a teoria de Boyd parece incapaz de dizer qual é, de fato, a referência do termo, diferente da teoria de Putnam que não oferece um papel tão decisivo às crenças dos falantes. Em última instância, ainda que ninguém saiba, ou que todos estejam errados sobre o referente de 'água', ele continuará a ser H<sub>2</sub>O. A definição de Copp, contudo, parece postular que a teoria semântica de Boyd é uma teoria descritiva dos significados. Essa teoria combinada com a tese de que o significado dos termos determina a referência, realmente, pode levar à dificuldade de se diferir entre o que as palavras dos falantes se referem e suas crenças sobre a referência dos termos. Contudo, essa não parece a posição de Boyd, pois é especialmente a possibilidade de descobertas empíricas que contradigam as convenções normalmente associadas a um termo que permite resolver o problema da questão em aberto, que como vimos é a origem de toda esta discussão semântica. Em vez disso, a posição de Boyd postula uma regulação bicameral dos termos naturais (e morais) em que a definição dos termos não é nominal, mas asserções sobre o significado dos termos envolvem comprometimentos teóricos explícitos ou implícitos (que podem ser aprimorados ao longo do tempo (Cf. *capítulo II* para mais detalhes).

equivocados. O ponto importante aqui é que apesar do erro, existiria uma teoria moral mais completa e mais forte sobre a referência dos termos morais e ela seria a melhor possibilidade de determinação da referência dos termos morais e seus gêmeos. Se essa teoria for naturalista, melhor para os naturalistas.

Para tornar mais claro este ponto, podemos retomar o exemplo do primeiro erro: O fato de que alguém pode confundir água com gim não significa que água seja o mesmo que gim, ou que sejamos incapazes de diferenciar água de gim. Com as teorias físicas e químicas adequadas conseguimos traçar uma clara distinção entre as substâncias. Da mesma forma, se os gêmeos morais não conseguem, com suas teorias morais, captar todas as peculiaridades do fenômeno moral e, em decorrência disso, façam julgamentos morais equivocados, não significa que não exista um critério de correção para a referência dos termos morais. Os gêmeos podem corrigir imperfeições em suas teorias consultando outras teorias mais completas e, assim, abarcar melhor a extensão dos termos. Da mesma forma como podem melhorar suas teorias sobre o leite e assim corrigir a imperfeição que considera que leite de cadela não é leite. A diferença entre os habitantes da Terra e da Terra Gêmea do Leite não seria uma diferença de significado do termo 'leite', mas uma diferença teórica que deve ser corrigida para melhor funcionamento da teoria. No caso moral, a diferença entre os moralistas da Terra e os gêmeos estaria, então, não em uma diferença de significado dos termos morais (eles podem se referir a um mesmo conjunto de propriedades), mas em uma diferença no alcance da teoria moral subjacente.

Aparentemente, as propostas de Copp são boas interpretações possíveis para as intuições levantadas pelo experimento da Terra Gêmea Moral, mas H&T sustentam que tais propostas não parecem atingir o ponto central do problema da Terra Gêmea Moral (H&T, 2000, p. 144). H&T nos lembram que a teoria da semântica causal sustenta que os termos para tipos naturais se referem a coisas no mundo por meio de sua participação em uma cadeia causal em que a referência do termo é originalmente fixada e posteriormente transmitida dentro de uma comunidade linguística. Assim, os termos possuem uma referência fixada em um momento histórico e mesmo que as crenças sobre essa referência se percam ao longo da cadeia causal e os falantes não saibam mais ao que o termo, exatamente, se refere, eles continuarão a usar o termo para se referir àquela coisa que originalmente fixou a referência.

A teoria da referência causal naturalista, no caso moral, nos permite resolver o problema da questão em aberto de Moore e traz como implicação, também, que as crenças dos falantes sobre o significado dos termos morais não é uma autoridade sobre o que eles realmente significam, embora possam ser um indício<sup>35</sup>. Neste caso, mesmo falantes com *crenças* distintas sobre a referência de um termo moral podem entrar em desacordos morais genuínos: “Moralistas podem, assim, usar a linguagem moral, como ‘certo’ e ‘errado’ significativamente [...] mesmo que eles tenham poucas crenças verdadeiras, ou crenças majoritariamente falsas sobre quais ações são certas e quais são erradas, ou sobre o que faz ações corretas, corretas e ações erradas, erradas” (BRINK, 2001, p. 163).

Perceber essa possibilidade de erros na teoria causal é a base do argumento de Copp que exploramos. Contudo, é justamente a partir dessa teoria causal que podemos formular a crítica da Terra Gêmea Moral: *e se, após alguma investigação histórica e antropológica, descobrimos que na Terra Gêmea Moral as propriedades que originalmente fixaram a referência dos termos morais são distintas daquelas que fixam a referência dos nossos próprios termos morais?* Neste caso, as crenças morais dos moralistas da Terra e seus gêmeos serão distintas justamente porque propriedades distintas regulam o uso dos termos morais e dos gêmeos, o que abre a possibilidade de um relativismo moral incompatível com a proposta realista que o neorrealismo pretende manter.

H&T, entretanto, não levam em consideração que na proposta naturalista, aqui apresentada e revisada, a noção de batismo inicial não é tão decisiva, pois não lidamos com designadores rígidos (Cf. Capítulo II). Assim foi o caso da ‘água’, por exemplo. Inicialmente não conhecíamos a composição química da água, mas isso não significa que ‘água’ antes de Lavoisier fosse diferente de nossa ‘água’ atualmente, ou que ‘água’, respeitando o batismo original, representasse uma substância indivisível. É possível que algum erro inicial no momento do batismo seja corrigido sem que se perca a referência. Neste caso, que terráqueos e os gêmeos tenham, inicialmente, selecionado propriedades distintas com o termo ‘bom’ não significa que não exista

---

<sup>35</sup> Quando se engaja em uma semântica naturalista, se determina que as definições dos tipos naturais são reais e não apenas nominais, isso significa que são as investigações empíricas sobre a natureza dos tipos naturais que determinam o significado de um termo natural e não as convenções normalmente associadas a eles. Isso é o que permitiu, em um primeiro momento, recusar a tese de que todas as definições verdadeiras devem ser analíticas (Cf. Capítulo I).

uma teoria moral mais acurada e completa que corrija as imperfeições e nos mostre uma única definição de ‘bom’ em ambos os planetas.

Assim, parece possível explicar as intuições que temos no experimento mental de H&T de modo compatível com o naturalismo, o que envolve aceitar as pressuposições de Copp sobre erro de referência que estão de acordo com a proposta naturalista. Em última instância, poderíamos defender que os tipos morais e seus gêmeos compartilham a mesma referência. De certo modo, isso resolve o problema da Terra Gêmea Moral, pois explica as intuições que estão em conflito com o realismo naturalista. Mas, por outro lado, ainda parece possível insistir: e se não for uma questão de pressuposições empíricas falsas ou erros de extensão? *Podemos pensar em algum cenário em que ‘certo’ e ‘certo<sub>C</sub>’ sejam substancialmente e irredutivelmente distintos de fato, como propõe a T<sup>GM</sup>?*

### 2.3. TERCEIRA ESTRATÉGIA: REFORMULAR A TERRA GÊMEA MORAL.

A terceira estratégia consiste em analisar a própria formulação do argumento da Terra Gêmea Moral. H&T pretendem que o argumento contra o naturalismo seja construído aos moldes de um outro experimento mental: o experimento de Putnam sobre a Terra Gêmea. No argumento original de Putnam, partimos da investigação sobre como podemos determinar o significado de alguns termos, ou a quais exemplares no mundo podemos empregar corretamente determinado termo. Chegamos à conclusão de que o significado dos termos para tipos naturais é determinado em grande medida pela realidade exterior aos falantes e seus pensamentos. Essa conclusão é alcançada a partir do exame intuitivo que temos sobre o papel dos falantes e do mundo na determinação da referência de um termo.

Contudo, algumas diferenças aceitas tacitamente na estrutura do argumento por H&T podem ser as grandes responsáveis pelo sucesso do argumento. Isso é o que sugere os autores *Dawson, Laurence e Margolis* (D&L&M) quando nos dizem que “está claro que as dessimetrias [com o experimento de Putnam] estão fazendo todo o trabalho [no argumento da T<sup>GM</sup>]” (D&L&M, 1999, p. 163).

A ideia, de forma geral, é que o argumento de H&T só funcionaria para mostrar que as intuições dos falantes são diferentes nos casos morais se o argumento for construído da exata mesma maneira do argumento original. Diferenças na construção,



ou nas pressuposições do argumento podem influenciar a resposta para um caminho não-naturalista (D&L&M, 1999, p. 155). D&L&M indicam, pelo menos, três diferenças importantes que influenciam a resposta desfavorável ao naturalismo: em primeiro lugar, temos grande conhecimento sobre a natureza da água e nenhuma teoria química jamais supôs que ‘água’ pudesse se referir à  $X\gamma Z$ . Pelo argumento de Putnam,  $X\gamma Z$  deveria ser uma composição totalmente desconhecida para nós. Mas as teorias normativas postuladas pelo argumento de H&T para marcar as diferenças da Terra e da  $T^{GM}$  são ambas conhecidas e, inclusive, defendidas pelos teóricos da ética. A segunda diferença é que tipos morais, diferente dos tipos estudados no exemplo de Putnam, são tipos funcionais e não possuem algo como uma estrutura rígida determinante. A terceira incompatibilidade é que na Terra Gêmea de Putnam a substância  $H_2O$  não é instanciada, mas as propriedades morais da Terra provavelmente são instanciadas na Terra Gêmea Moral. A conclusão é que, juntas, essas diferenças moldam nossas intuições a favor de H&T, sendo, portanto, as responsáveis pelo aparente sucesso do argumento de H&T. O argumento, então, não é válido para demonstrar a impossibilidade do naturalismo. Por outro lado, quando construído de modo realmente análogo ao experimento de Putnam, o experimento mental não traz intuições importantes contra a proposta do neorealismo naturalista.

### **‘Água’ não é $X\gamma Z$ :**

As duas teorias normativas usadas no argumento de H&T para desenhar o contraste entre a  $T$  e a  $T^{GM}$  são plausíveis: teoria deontológica e teoria consequencialista.

Então vamos começar com a suposição que, como reivindica a visão causal-funcional [*causal-functional*], os usos de ‘bom’ e ‘correto’ são regulados por certas propriedades funcionais; e que, como uma questão de fato empírico, essas são as propriedades consequencialistas cuja essência funcional é capturada por alguma teoria normativa consequencialista específica. Eu chamarei essa teoria de  $T_C$  [...] As propriedades às quais se referem os termos morais gêmeos também são propriedades funcionais cuja essência é caracterizada funcionalmente por meio de uma teoria moral normativa. Mas essas propriedades morais são não-consequencialista e sua função e essência é capturada por alguma teoria deontológica específica. Vamos chamar essa teoria de  $T_D$ . (TIMMONS, 1999, p. 61)

Ambas as teorias normativas postuladas são teorias morais aceitas. Por sua vez,  $X\gamma Z$  não é uma descrição plausível, na Terra, para a referência de ‘água’.  $X\gamma Z$  é meramente uma invenção filosófica e precisa ser, porque isso assegura que nenhum

falante tem familiaridade com essa estrutura para julgar que ela seja água. Relembrado Putnam “Uma das peculiaridades da Terra Gêmea é que o líquido chamado ‘água’ não é H<sub>2</sub>O, mas um líquido diferente cuja fórmula química é muito longa e complicada. Eu abreviarei essa fórmula química simplesmente como X<sub>Y</sub>Z” (PUTNAM, 1975, p. 223).

Por sua vez, quando colocamos o contraste entre a T e T<sup>GM</sup> em termos de duas teorias normativas plausíveis e que são discutidas na Terra, isso pode nos induzir a pensar que as características relevantes para a determinação do referente de um termo moral são as mesmas na Terra e na Terra Gêmea. Basta lembrar que as teorias deontológica e utilitarista estão em conflito, justamente, porque ambas têm o mesmo foco de investigação (D&L&M, 1999, p. 156). Se fossem teorias que supostamente falassem de coisas distintas, não haveria conflito entre elas.

Uma forma mais adequada de construir o contraste entre a T e T<sup>GM</sup> seria fazê-lo pela mera estipulação das diferenças, sem oferecer nenhuma descrição objetiva de qual ela é. Por exemplo, D&L&M sugerem que o experimento poderia ser construído alegando que em todos os lugares usuais na Terra em que encontramos a propriedade moral *N*, na T<sup>GM</sup>, encontramos a propriedade desconhecida *Z* sobre a qual sabemos apenas que também é uma propriedade funcional, mas que é totalmente diferente de *N* (D&L&M, 1999, p. 157). A partir deste ponto, relembrando a pergunta do argumento original: como explicaríamos a diferença entre os falantes da T e T<sup>GM</sup> neste caso? Como uma diferença no significado dos termos envolvidos ou como uma diferença nas crenças e teorias morais dos falantes? Consultando nossas intuições não é impossível concluir, agora, que existe uma diferença entre os significados dos termos em questão e não apenas uma diferença nas crenças e teorias morais dos falantes (D&L&M, 1999, p. 157).

### **Tipos químicos e tipos funcionais:**

A segunda diferença que podemos apontar é que, enquanto no argumento da Terra Gêmea de Putnam estamos lidando, a princípio, com tipos que possuem uma estrutura interna que determina sua natureza, na Terra Gêmea Moral estamos lidando com propriedades funcionais, ou seja, propriedades com alta plasticidade

composicional<sup>36</sup>. Embora tenhamos discutido e rejeitado a ideia de uma essência dos tipos naturais no capítulo II, é preciso notar que no argumento da Terra Gêmea de Putnam estamos lidando com tipos que possuem baixa plasticidade composicional. Assim, formular o experimento mental com outros tipos não-morais, mas com alta plasticidade composicional, pode ser mais eficiente quando se está à procura de analogias e resultados semelhantes, especialmente quando lidamos com as intuições dos falantes.

Para formular tal experimento poderíamos, por exemplo, recorrer às propriedades psicológicas (ou o leite) e, a partir delas, formular um argumento da Terra Gêmea Psicológica,  $T^{GP}$ . Como no argumento de H&T, a  $T^{GP}$  é idêntica à Terra em quase todos os seus aspectos, temos gêmeos para os habitantes da Terra, cidades e formação geográfica análogas, mesmas condições naturais gerais etc. Entretanto, enquanto na Terra julgamentos e discursos são, hipoteticamente, regulados por uma família única de propriedades funcionais cuja essência pode ser caracterizada pelas generalizações de alguma versão automatizada da teoria bayesiana da decisão, na  $T^{GP}$ , as propriedades que regulam causalmente os termos para tais atitudes são funcionais e sua essência é funcionalmente capturada pelas generalizações de alguma teoria de decisão diferente (D&L&M, 1999, p. 156 – 157).

Ao que parece, as intuições nos levam a acreditar que os termos psicológicos têm, portanto, referentes distintos, pois captam conjuntos distintos de propriedades. Mas, como estamos lidando com propriedades com alta plasticidade composicional, ainda podemos assumir que, embora diferentes, as propriedades desempenham um mesmo papel funcional, ou possuem o mesmo arranjo configuracional, o que indica que elas possuem um núcleo em comum (D&L&M, 1999, p. 158). Se os falantes da Terra e da  $T^{GP}$  possuem crenças diferentes sobre os mesmos estados psicológicos, isso não precisa implicar que termos para tipos psicológicos designam coisas diferentes na T e na  $T^{GP}$ . O mesmo podemos dizer sobre os casos éticos.

Assim, poderíamos dizer que, na Terra e  $T^{GM}$ , os termos para tipos morais capturam propriedades distintas, mas que mantêm entre si o mesmo arranjo configuracional que caracteriza determinado tipo moral. Isso é suficiente para que, de fato, exista um conflito moral genuíno entre os habitantes da T e da  $T^{GM}$  como supõem

---

<sup>36</sup> A segunda dessimetria é aquela encontrada por Copp, mas os usos que Copp faz dessa diferença não são os mesmos que apontaremos para este caso.

as nossas intuições, ainda que, composicionalmente, os tipos sejam distintos e, portanto, capturados por teorias normativas distintas.

### **Não há H<sub>2</sub>O na Terra Gêmea:**

A terceira e última dessemelhança entre o argumento de H&T e o de Putnam é que é muito provável que as propriedades morais instanciadas na Terra sejam também instanciadas na T<sup>GM</sup>. Por outro lado, na Terra Gêmea de Putnam não existe H<sub>2</sub>O. Essa é uma diferença que pode tornar nossas intuições um pouco mais confusas no caso moral.

É provável que as propriedades morais sejam instanciadas na T<sup>GM</sup> porque assumimos, no argumento, que a T<sup>GM</sup> é muito parecida com a Terra, inclusive por seus habitantes que compartilham com os terráqueos preocupações, interesses e necessidades. Se assumimos que as propriedades designadas pelos termos morais estão intimamente relacionadas com essas características é difícil imaginar como elas podem não ser instanciadas também na T<sup>GM</sup> como formulam D&L&M:

[...] os gêmeos morais são como seus equivalentes terráqueos em quase todos os aspectos. Assim, é extremamente natural supor que eles tenham alguma forma de se referir a todos os tipos de coisas que nós achamos significativas, incluindo propriedades morais [...] O fato simples que o sistema conceitual deles é muito parecido com o nosso próprio e que eles compartilham interesses sociais e grande parte da cultura conosco [...] influencia a interpretação de que seus termos morais devem se referir às mesmas propriedades que os nossos termos morais (D&L&M, 1999, p. 160).

Não é difícil imaginar, agora, como tais questões tornam obscuras nossas intuições sobre quais propriedades, de fato, regulam os termos para tipos morais na T<sup>GM</sup>: Se houvesse, na Terra Gêmea de Putnam, tanto X<sub>Y</sub>Z quanto H<sub>2</sub>O presentes nas mesmas amostras, poderíamos ser levados a concluir que os gêmeos se referem com o termo 'água<sub>G</sub>' a H<sub>2</sub>O, da mesma forma que nós. Afinal, em tudo o mais os gêmeos se parecem com os habitantes da Terra. Esta inclinação, no caso moral, poderia confundir nossas intuições nos experimentos mentais e nos fazer supor que as diferenças entre a T e a T<sup>GM</sup> são diferenças nas teorias morais que capturam a essência dos tipos morais e não uma diferença de significado dos termos morais (D&L&M, 1999, p. 160).

Cada uma das três diferenças expostas podem estar contribuindo para tornar nossas intuições obscuras no experimento mental de H&T. Como no experimento tudo o que temos são essas intuições, talvez seja melhor reformular o argumento de modo

que ele fique mais próximo do argumento original de Putnam. Seguindo por esta linha, D&L&M reformulam, então, a Terra Gêmea Moral.

### 3. A TERRA GÊMEA MORAL REFORMULADA

Imagine que em algum momento na nossa história o conhecimento humano sobre as propriedades morais evolui tanto e a tal ponto que o conhecimento dessas propriedades e das teorias morais não é mais distante do nível de conhecimento que temos hoje sobre as propriedades químicas e a teoria da química. Uma das grandes descobertas que a teoria moral avançada nos proporcionou, neste cenário, é a informação de que as propriedades morais correspondem a determinada classe de propriedades funcionais. 'Bom', por exemplo, refere-se à propriedade funcional  $N$ .

Com conhecimentos científicos tão avançados, tão logo os humanos descobrem a existência da Terra Gêmea Moral, um planeta que se assemelha muitíssimo à Terra em todos os seus aspectos geográficos e demográficos. Em particular, há um grupo de gêmeos naquele planeta que fala um idioma tal que os sons e as referências de suas palavras são muito semelhantes ao português, eles falam o *português-gêmeo*. Entretanto, há duas diferenças relevantes: (1) embora os habitantes da  $T^{GM}$  se pareçam muito conosco externamente e falem uma língua muito parecida com o português, eles não são humanos e (2) nada na  $T^{GM}$  desempenha o papel funcional associado com nossas propriedades morais daqui da Terra, ou seja, na  $T^{GM}$  nós não temos a propriedade  $N$ . Apesar de os gêmeos parecerem usar o termo 'bom', o uso do termo é guiado por uma propriedade totalmente distinta de  $N$ , a propriedade  $R$ . Uma propriedade que é estranha a nós, porque ela não é instanciada em nenhum lugar na Terra.

Apesar de totalmente distintas, superficialmente, as coisas que possuem  $R$  são muito similares às coisas que possuem a propriedade  $N$ . Aliás, como já foi dito, os habitantes da  $T^{GM}$  se parecem muito com humanos e a  $T^{GM}$  toda é muito alinhada à Terra. Consideradas essas questões, podemos perguntar agora: o termo gêmeo de 'bom', 'bom<sub>G</sub>', refere-se à propriedade funcional  $R$ ? A resposta para tal pergunta parece ser que sim, que 'bom<sub>G</sub>' se refere a  $R$  e, neste caso, os termos 'bom' e 'bom<sub>G</sub>' não compartilham o mesmo referente, assim eles possuem significados distintos (D&L&M, 1999, p.161 – 162).

Neste caso, as intuições do argumento vão na contramão das expostas por H&T e se aproximam mais das intuições do argumento de Putnam em que, apesar de superficialmente os termos 'água' e 'água<sub>G</sub>' parecerem se referir às mesmas coisas, eles não se referem. São substâncias de naturezas distintas. No caso moral, 'bom' e 'bom<sub>G</sub>' também não compartilham o mesmo significado, são termos apenas homônimos, o que significa que os gêmeos morais não estão falando das mesmas coisas que nós com os seus termos "morais" e, assim, não há nenhum conflito moral genuíno entre os habitantes da T<sup>GM</sup> e da Terra.

A nova formulação do argumento poderia levar a uma resposta relativista, o tipo de resposta que já é prevista na própria formulação de H&T e que também, ao menos inicialmente, não parece deixar o realista em uma boa situação. Neste caso, existiriam referentes distintos para um mesmo termo moral. Contudo, precisamos levantar algumas questões extras sobre o experimento mental proposto e analisar se, realmente, o realista naturalista enfrenta um problema com essa formulação do argumento da T<sup>GM</sup>.

Nas considerações a seguir, faremos uso de algumas literaturas que tratam sobre os experimentos mentais em mundos possíveis. A rigor, o argumento da Terra Gêmea Moral não se desenvolve a partir da noção de mundos possíveis, afinal, não é possível visitar mundos possíveis, eles são apenas estipulações teóricas totalmente inacessíveis fisicamente. No argumento da Terra Gêmea Moral, os habitantes da Terra vão até a T<sup>GM</sup> e realizam pesquisas antropológicas e filosóficas naquele outro planeta, portanto, não estamos lidando com mundos possíveis, mas apenas com um planeta muito distante que existe neste mundo possível e atual em que vivemos. Entretanto, para as considerações que vamos desenvolver a seguir a diferença entre mundos possíveis e planetas distantes não será relevante, pois vamos discutir certas questões nomológicas sobre os tipos naturais e morais que são válidas tanto para mundos possíveis como para o argumento da T<sup>GM</sup>.

O primeiro questionamento que apresentaremos é se é possível fazer o tipo de experimento mental proposto pela T<sup>GM</sup> reformulada e se o tipo de relativismo implicado nele é, realmente, um relativismo moral. O segundo questionamento é se podemos assumir uma múltipla realização de um fenômeno moral e assim defender que ainda que as definições explanatórias dos tipos morais não sejam idênticas, em alguma

realidade paralela, ainda podemos admitir que são alvo da mesma investigação e discurso moral.

### 3.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MUNDOS POSSÍVEIS.

Relembrando a proposta sobre tipos naturais que desenvolvemos no capítulo II, o que torna um tipo qualquer, um tipo natural é que a referência a ele dentro de uma disciplina leva a uma acomodação das nossas práticas indutivas, explicativas e classificatórias presentes naquela disciplina às estruturas causais, independentes e relevantes, que existem no mundo (BOYD, 1999, p. 69).

Assim, o uso de um termo  $t$  para um tipo natural  $k$ , dentro de uma disciplina, faz com que o que é predicado de  $t$  seja aproximadamente verdadeiro de  $k$  e quanto mais próxima da realidade for a matriz disciplinar usada, mais aproximada será a relação entre  $t$  e  $k$ . Em outras palavras, em uma matriz disciplinar, o uso de  $t$  nos proporciona acesso epistêmico a  $k$  por meio da coordenação social do uso de  $t$  para  $k$ . Neste caso, a definição do tipo natural  $k$  será o papel que o uso de  $t$  desempenha satisfazendo às demandas de acomodação da disciplina da qual ele faz parte. Podemos dizer, portanto, que temos para os tipos naturais, uma *definição programática*, ou seja, uma definição relacionada aos papéis de um termo dentro de uma matriz (BOYD, 1999, p. 70).

Assumindo a definição programática, é possível pensar que os tipos naturais são delimitados ao único mundo possível em que se desenvolve a matriz disciplinar da qual a referência ao tipo em questão faz parte, pois os tipos naturais seriam algo como tipos históricos. Assumindo essa possibilidade, duas amostras de tipos naturais não podem pertencer ao mesmo tipo natural a não ser que exista entre elas a mesma coordenação social. Não poderíamos, neste caso, falar dos nossos tipos naturais em “Terras Gêmeas”.

Entretanto, é um erro pensar que a definição programática é a única definição disponível para um termo natural na teoria do acesso epistêmico socialmente coordenado. Também podemos falar sobre uma definição explanatória dos tipos naturais: É possível construir uma teoria sobre as propriedades compartilhadas por um tipo natural tendo em vista o papel da referência a ela em uma disciplina, sendo

que a família de propriedades  $F_1, \dots, F_n$  serão definições explanatórias dos tipos referidos por  $t_1, \dots, t_n$ , em uma matriz disciplinar se atenderem a duas condições:

**1. Condição de acesso epistêmico:** Há uma tendência sistemática, causalmente sustentada – estabelecida pelas relações entre práticas em  $M$  e estruturas causais no mundo – para a qual o que é predicado de  $t_i$  dentro da prática de  $M$  é aproximadamente verdadeiro das coisas que satisfazem  $F_i, i = 1, \dots, n$ . (BOYD, 1999, p. 71)

**2. Condição de acomodação:** Este fato, junto com os poderes causais das coisas que satisfazem as definições explanatórias, explicam causalmente como o uso de  $t_1, \dots, t_n$  em  $M$  contribui para acomodação das práticas inferenciais de  $M$  às estruturas causais relevantes: [explicam] a tendência dos participantes de  $M$  identificarem generalizações causalmente sustentadas e obterem explicações corretas (*idem*).

É importante lembrar que temos, nesta teoria, uma legislação linguística bicameral, ou seja, embora o acesso epistêmico ao mundo seja socialmente coordenado, são fenômenos reais e objetivos que as práticas científicas pretendem explicar e classificar. Por exemplo, se encontrássemos hoje um exemplar de peixe que é idêntica em seus aspectos físicos e fisiológicos a alguma espécie de peixe que existiu no período jurássico, a maioria dos biólogos e filósofos concordaria que não estamos tratando da mesma espécie, pois é importante para que duas amostras sejam consideradas da mesma espécie que elas compartilhem a mesma história evolutiva. Uma vez que os fatores externos são cruciais para o desenvolvimento evolucionário de uma espécie, podemos dizer que há uma limitação espacial e histórica na definição de uma espécie. Assim, com fatores externos distintos, as duas amostras de peixe não compartilham o mesmo destino evolutivo e dificilmente seriam consideradas da mesma espécie.

Contudo, não podemos deixar de lado o fato de que, se duas amostras compartilham as mesmas tendências evolutivas o suficiente para comporem uma mesma espécie, isso se deve ao fato de elas compartilharem um grande número de características fenotípicas. As espécies, como tipos definidos por agregados homeostáticos de propriedades, portanto, são definidas tanto pelos mecanismos que garantem a homeostase, fatores externos e de transmissão genética, mas também por suas propriedades compartilhadas (BOYD, 1999, p. 80 – 81).



Assim, talvez seja possível admitir que para alguns tipos formados por agregados homeostáticos de propriedades não é preciso que existam relações históricas entre duas amostras e, portanto, que eles não sejam limitados espacialmente. Por exemplo, a meteorologia e a geologia podem determinar tipos naturais como tempestade ou rocha vulcânica de formas não delimitadas historicamente, embora dependentes totalmente de condições externas ao próprio fenômeno. Portanto, se supormos uma Terra Gêmea com condições climáticas e geográficas idênticas à Terra não é impossível supor que existam tempestades nesta  $T^G$  (BOYD, 1999, p. 84 – 85).

Contudo, as demandas de acomodação da Terra atual ditam uma concepção particular de como os tipos naturais devem ser entendidos em mundos não atuais:

Sejam  $t_1, \dots, t_n$  tipos naturais desenvolvidos em uma matriz disciplinar do mundo atual  $M$  e sejam  $F_1, \dots, F_n$  definições explanatórias dos tipos naturais correspondentes  $k_1, \dots, k_n$ , que satisfazem as condições de acomodação e de acesso epistêmico [...] Seja  $W$  algum mundo não atual. Então, se  $k_1, \dots, k_n$  existe em  $W$ , suas definições explanatórias  $F_1, \dots, F_n$  em  $W$  serão exatamente aquelas famílias de propriedades que satisfazem as correspondentes demandas epistêmicas de acesso e acomodação para a matriz disciplinar  $M$  como se ela tivesse sido implementada em  $W$  (BOYD, 1999, p. 87).

Então, um objeto  $x$  em  $W$  será um tipo natural  $t$  caso essa classificação em  $W$  resulte na satisfação das exigências de acomodação de  $M$  para  $W$ . As propriedades referidas pelos termos para tipos naturais em  $W$  serão diferentes das propriedades para o mesmo tipo natural em  $M$  à medida que isso for necessário para preservar o mesmo tipo de acomodação conseguida no mundo atual. (BOYD, 1999, p. 87). Abstrações sobre as definições explanatórias dos tipos naturais em outros mundos possíveis, portanto, devem ser feitas com muita cautela, porque temos que reconfigurar as nossas demandas de acomodação do mundo atual para um outro mundo possível e, obviamente, esta não é uma tarefa fácil (*idem*, p. 88).

Em mundos com configurações nomológicas e físicas muito diferentes das nossas não é certo que seja possível fazer o tipo de experimento mental proposto pelos argumentos de Horgan, Timmons e Putnam, afinal, as demandas de acomodação obedecerão a estruturas causais que não conhecemos o bastante. Assim, em última instância podemos não saber dizer se há ou não a instanciação de um tipo  $t$  em outros mundos:

Para mundos mais distantes, muitas vezes será indeterminado se eles contêm o mesmo processo homeostático que define um tipo [formado por

agregados homeostáticos de propriedades] no mundo atual, então, será indeterminado se aquele tipo existe ou não no mundo em questão (BOYD, 1999, p. 89).

Nossa autoridade para dar a definição explanatória dos tipos naturais e outros tipos que atendem às demandas de acomodação é limitada àqueles mundos bem próximos do mundo atual.

O mundo proposto pela *reformulação* da  $T^{GM}$  em que os habitantes do mundo gêmeo não são humanos pode ser um mundo muito diferente do nosso, tanto que é difícil imaginá-lo. Sabemos que eles possuem alguma moralidade porque o argumento estipula isso, mas não é de todo claro que se alguém fosse à  $T^{GM}$  identificaria algum comportamento moral em seus gêmeos, afinal as características selecionadas pelos termos morais gêmeos são totalmente desconhecidas para nós e nossas intuições se tornam muito nebulosas neste tipo de abstração. Poderíamos até mesmo questionar se os termos 'bom' e 'bom<sub>G</sub>' realmente configuram um relativismo moral, ou se os gêmeos apenas possuem termos homônimos aos nossos, mas com usos totalmente distintos. É também muito implausível pensar em seres tão semelhantes a nós, mas que possuem necessidades e características psicológicas tão diferentes a ponto que nada naquele mundo instancie as propriedades mais básicas do nosso discurso moral. A resposta mais segura para um experimento como o da  $T^{GM}$  *reformulada* é que não sabemos se existe qualquer fenômeno que poderíamos chamar de moralidade na  $T^{GM}$ .

Para fazer justiça ao argumento de Horgan e Timmons, nossa outra possibilidade é formular um argumento como o deles em que na  $T^{GM}$  existam humanos-gêmeos com necessidades e características psicológicas como às nossas. Neste caso, o argumento não será uma analogia direta com o argumento de Putnam, pois é bem provável que as propriedades que nós nos referimos como constituindo os tipos morais no mundo atual sejam instanciadas na  $T^{GM}$  também, diferente de  $H_2O$  que não é instanciado na Terra Gêmea de Putnam. Suponhamos, contudo, que apesar de humanos e muito semelhantes a nós, as propriedades morais instanciadas na  $T^{GM}$  não são idênticas às nossas. Podemos propor alguma análise naturalista para este fenômeno? A plasticidade do tipos morais, talvez, ofereça uma alternativa naturalista.

A plasticidade é a capacidade de um evento, estado ou processo de ser multiplamente realizado (BOYD, 1980, p. 87). A forma como a realização múltipla acontece depende da natureza do estado, evento ou processo em questão. Por exemplo, existem estados que são multiplamente realizados com relação ao tipo de

fatores causais ou substanciais que o constituem, ou seja, há mais de uma forma material de se chegar ao mesmo resultado. Por outro lado, há eventos que são multiplamente realizados a partir de seus componentes estruturais e, deste modo, mais de um arranjo das mesmas propriedades ou da maioria delas é capaz de nos oferecer o mesmo resultado. O primeiro tipo chamamos de plasticidade composicional e o segundo de configuracional (*idem* p. 88).

Alguns eventos possuem alta plasticidade composicional, como o caso de estados computacionais. Um mesmo estado computacional pode ser realizado em um computador de silício ou em um cérebro humano. Sua definição é dada em grande medida por seu estado configuracional, ou seja, por ser um programa que executa algum cálculo específico. Outros eventos possuem baixa plasticidade composicional, como por exemplo, ser ferro fundido, que depende especialmente de termos uma grande parte de ferro fundido na composição. Mas, configuracionalmente, podemos encontrar ferro fundido em diversos arranjos físicos diferentes (*idem*, p. 88). A ideia, especificamente, é:

(I) “Uma propriedade, evento ou estado  $M$  é multiplamente realizável composicionalmente se, e só se, existem propriedades distintas  $P_1, P_2, \dots, P_n$  (onde  $n > 1$ ) tal que, cada um dos  $P_i$  pode realizar  $M$  numa criatura ou sistema  $S$ .” (AMEN, 2008, s/p) e

(II) Uma propriedade, evento ou estado  $M$  é multiplamente realizável configuracionalmente se, e só se, existem arranjos de propriedades distintos  $A_1, A_2, \dots, A_n$  (onde  $n > 1$ ) tal que, cada um dos  $A_i$  pode realizar  $M$  numa criatura ou sistema  $S$  (*idem*).

Essa noção de *plasticidade composicional* é aplicada aos tipos morais pelo neorealismo naturalista, pois retomando brevemente o que foi discutido no capítulo II, é possível manter que algumas alterações nas propriedades naturais relevantes ainda possam instanciar o mesmo fenômeno moral, uma vez que não temos condições necessárias para ser ou não de um tipo  $M$ . Assim, para os casos morais existem (arranjos) propriedades (naturais) distintas  $P_1, P_2, \dots, P_n$  (onde  $n > 1$ ) tal que, cada um dos  $P_i$  pode realizar um estado moral em um evento  $S$ .

Diante de um desacordo como sugerido por H&T em que, em uma sociedade, as propriedades naturais selecionadas pelos termos morais sejam distintas das propriedades selecionadas pelos termos morais de outra sociedade, podemos,

portanto, recorrer à múltipla realização do fenômeno moral. Assim, em uma situação hipotética em que os humanos, consequencialistas, afirmem que, em uma dada situação  $Y$ , mentir não é errado e seus gêmeos, deontologistas, afirmem que, naquela mesma situação  $Y$ , mentir é errado, teríamos um desacordo, inicialmente, verbal, pois ‘errado’ e ‘errado<sub>G</sub>’ possuem referentes distintos: Para o terráqueo, mentir na situação hipotética  $Y$  não possui a propriedade  $P_1$ , por exemplo, “prejudicar a maximização do bem-estar”, por outro lado, seu gêmeo está considerando outra propriedade,  $P_2$ , por exemplo, “não poder se tornar uma regra universal”.

Neste caso, as divergências morais entre a Terra e a  $T^{GM}$  são derivadas de uma diferença entre crenças: “Mentir na situação  $Y$  possui ou não certa propriedade”, mas, como as propriedades selecionadas por ‘errado’ e ‘errado<sub>G</sub>’ são distintas,  $P_1$  e  $P_2$ , então, é perfeitamente possível que as crenças sejam ambas verdadeiras. Entretanto, se os referentes dos termos morais são distintos, então precisamos admitir que o desacordo entre Terra e  $T^{GM}$  é apenas aparente e não genuinamente moral? Se for o caso, como podemos explicar a impressão de que humanos e seus gêmeos estão em desacordo moral genuíno e não linguístico? Admitindo a plasticidade composicional dos tipos morais, podemos reformular essas perguntas como: Até que ponto podemos variar as propriedades subjacentes aos tipos morais para que ainda possamos falar de tipos morais e não de outros fenômenos? E como determinamos este limite?

A múltipla realização de um fenômeno deve operar por meio de mecanismos de substituição que mantenham a integridade configuracional do evento. Entretanto, quais são esses mecanismos e até que ponto eles podem operar é uma decisão que deve recorrer a experimentos empíricos e análise teórica. Para determinar se um grupo de humanos-gêmeos (ou, mesmo, humanos terráqueos) estão em desacordo moral conosco, buscamos nossas próprias teorias morais para identificar se as substituições de propriedades realizadas são ou não válidas. Avaliamos, a partir de nossas próprias teorias morais, o quanto admitimos de variabilidade de referência e uso dos termos para que eles continuem sendo morais ou se devemos considerá-los um fenômeno diferente. O mesmo tipo de atividade ocorre quando consideramos outras áreas de conhecimento, como a meteorologia, geologia ou biologia aplicada a outros planetas: Por que os humanos-gêmeos são considerados humanos e não outra espécie? Por que podemos identificar os fenômenos sociais e naturais da  $T^{GM}$  com os nossos próprios? As propriedades referidas nos discursos em português e em

português-gêmeos podem ser distintas, mas lidaremos com um mesmo tipo de fenômeno se as demandas de acomodação de nossa matriz disciplinar forem atendidas na Terra Gêmea por aquelas propriedades diferentes e não pelas nossas atuais.

[...] quando a múltipla realizabilidade é uma questão de estabilidade de substituição, há a possibilidade de uma ciência unívoca se ocupar de todas as *microrrealizações* relevantes, desde que as semelhanças produzidas pelos processos de estabilização de substituição relevantes sejam suficientemente robustas e relevantes para a acomodação (BOYD, 1999, p. 95).

Portanto, podemos admitir, com essas considerações, que exista uma única ciência moral que se ocupa de diferentes realizações do fenômeno, o que nos permitiria dizer que existe uma atividade moral em comum entre as sociedades da Terra e da T<sup>GM</sup>, ainda que os referentes dos termos morais não sejam de todo idênticos. Garantiríamos a nossa intuição, com a nova formulação da T<sup>GM</sup>, de que os gêmeos e os habitantes estão falando de um mesmo assunto e que haja entre eles um desacordo moral genuíno.

Em cenários muito distantes, contudo, como é o caso da T<sup>GM</sup> não habitada por humanos, ainda permanecemos na mesma situação: não é possível traçar nenhuma linha de substituição entre os tipos morais que conhecemos e os tipos, supostamente morais, dos gêmeos, então, não poderíamos dizer que eles estão se ocupando da mesma investigação ou ciência que os terráqueos. Nesta formulação, não podemos decidir se existem ou não tipos genuinamente morais na T<sup>GM</sup>, pois não temos como consultar nossas intuições para este caso. Por outro lado, mesmo que as intuições comuns dos falantes nos levem a algum tipo de relativismo, como poderiam alegar H&T, ele seria tão estranhamente formulado que dificilmente seria aceito como uma dificuldade para o realismo naturalista.

Por outro lado, na formulação da T<sup>GM</sup> mais próxima da realidade da Terra, então podemos estabelecer que os gêmeos e os habitantes da Terra se referem ao mesmo tipo de fenômeno, a moralidade. Talvez, em uma comparação com o que frequentemente ocorre na Terra, uma vez explicitadas as diferenças nos referentes dos termos morais, os humanos e seus gêmeos elevariam o debate para decidir quais são as propriedades mais importantes para formular julgamentos morais e não simplesmente abandonariam o debate como puramente verbal.

Provavelmente, terráqueos e seus gêmeos, envolvidos em julgamentos morais, enxergam a moralidade dentro de um espectro em que propriedades e fenômenos mais ou menos fixos se apresentam e não como uma ciência exata em que cada ação deve ser considerada ou como moral ou como não-moral. Essa flexibilidade admite indecisão em casos limítrofes, desacordos, alterações teóricas, sensibilidade ao contexto, ainda que tomemos propriedades objetivas como referências do discurso moral. Assim, o naturalista pode argumentar contra H&T, que a forma como eles apresentam seu famoso argumento está condicionada a uma leitura rígida da moralidade que está em franco desacordo com a real proposta naturalista feita. Quando aplicamos o argumento da  $T^{GM}$  à proposta naturalista mais flexível defendida, percebemos que não há desacordo entre a teoria e nossas intuições morais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos nas questões relevantes que enfrentamos ao longo da vida, a experiência sobre o certo e o errado parece emergir em nós desde a mais tenra idade. Nos acostumamos a fazer julgamentos morais e a tê-los como pano de fundo da nossa vivência humana, das nossas atitudes e discursos. Esta experiência extremamente comum e relevante das nossas vidas não poderia, obviamente, escapar do interesse filosófico, no qual encontra-se, muitas vezes, com diversos problemas de fundamentação e incoerência. Especialmente preocupada com esses problemas, a metaética como estudo filosófico sobre as pressuposições e comprometimentos envolvidos no discurso, pensamento e na prática moral, procura tornar claro o que “está em jogo” quando falamos de ética. A pesquisa que desenvolvemos, debruçou-se sobre, exatamente, esse tipo de problema metaético com enfoque nas questões que uma visão naturalista e realista da moral enfrenta em termos de discurso e caracterização metafísica.

Foi preciso, para lidar adequadamente com as questões que levantamos ao longo do texto, expandir em vários momentos o âmbito da pesquisa envolvendo tópicos da filosofia da ciência, da mente, da linguagem, questões antropológicas e sociais. Mas tal expansão é parte necessária do estudo metaético e filosófico, pois a dimensão moral da humanidade é um fenômeno complexo demais para se restringir a uma única disciplina.

Começamos nosso trabalho com um problema que motivou muitos dos desenvolvimentos metaéticos do século XX, o *argumento da questão em aberto* (AQA), de George E. Moore. O argumento sustenta que definições, éticas ou não, devem obedecer regras linguísticas e lógicas previamente estabelecidas, apropriou-se, com isso, da noção de analiticidade desenvolvida por Frege como o tipo de definição ideal para a filosofia. Como não único alvo, mas de especial interesse para nós, o AQA encontrou a proposta do naturalismo moral. O naturalismo tem o compromisso metafísico de defender uma visão “desencantada” do mundo em que nada além do nosso familiar mundo natural compõe as propriedades e fatos morais. Para seguir este caminho, o naturalismo buscou uma forma de explicar fenômenos aparentemente mais complexos como o bem e o mal moral apelando às bases ontológicas mais simples do mundo natural. A primeira estratégia naturalista que elencamos neste

trabalho apelava a uma via de redução linguística: Os termos e expressões morais poderiam ser traduzidos por termos e expressões puramente naturais que tivessem os mesmos significados dos termos morais, justamente o tipo de definição que Moore mostrou, pelo AQA, não estar disponível aos naturalistas.

Retomando, brevemente, o AQA:

- Se o naturalismo metafísico é verdadeiro, então a semântica analítica pode comprovar isso.
- Se a semântica analítica comprova o naturalismo metafísico, então não há questões em aberto para termos morais e definições naturais.
- Contudo, há questões em aberto para termos morais e definições naturais
- Portanto, a semântica analítica não comprova o naturalismo metafísico.
- Se a semântica analítica não comprova o naturalismo metafísico, então ele é falso (Cf. Horgan&Timmons, 2010, p. 156).

Contra o argumento da questão em aberto foi possível desenvolver uma proposta naturalista que se apropria de alguns princípios da semântica causal para sustentar que nem todas as relações de identidade precisam ser analíticas. Com a semântica causal, duas expressões ou termos não precisam ser sinônimos linguísticos para que se refiram às mesmas coisas. Algumas definições, propõe o naturalista, podem ser verdadeiras por descreverem adequadamente a forma como as coisas são no mundo, ainda que nossa linguagem não capte tal realidade de antemão. Essa posição é capaz de eliminar a pedra de toque do argumento de Moore, pois abre novamente a possibilidade de que os termos morais e um termo '*P*' para um conjunto de propriedades *N* designem o mesmo objeto no mundo.

Contudo, para defender a identidade entre propriedades morais e naturais foi preciso realizar alguns estudos sobre o que são os tipos naturais e se as propriedades morais não perderiam nada quando identificados com eles. Nos debruçamos sobre esta questão, especialmente, no capítulo II, no qual fizemos referência às propostas de Richard Boyd, frutíferas tanto para a filosofia da ciência quanto para a metaética.

Para delimitar a natureza de um tipo natural fizemos uma incursão pela prática científica, área que, por excelência, estuda os tipos naturais. Investigar a prática científica passa pelo estudo do problema da indução, ou seja, o problema de explicar como é possível formular leis gerais confiáveis sobre o comportamento da natureza a partir de instanciações individuais de um fenômeno, ou de como podemos defender a



validade das induções científicas. Neste caminho, usamos os textos de Goodman (1946) e Quine (1969) para defender que um ajustamento mútuo entre quais regras uma inferência deve obedecer para ser justificada e quais inferências devem ser justificadas por uma regra para que ela, a regra, seja válida é a base da validade dos métodos indutivos e quanto mais bem-sucedidas são as teorias e projeções feitas, mais provavelmente os tipos envolvidos nestas teorias e projeções serão tidos como tipos naturais.

Somando esta concepção dos tipos naturais com o argumento do não-milagre chegamos a uma formulação realista para esses tipos em que eles, de fato, referem-se às estruturas e relações que existem de modo independente no mundo. Contudo, a atividade científica não é uma descoberta pura sobre esses tais mecanismos. Os tipos naturais são o resultado de um exercício de categorização e conceitualização dessas estruturas e relações de modo a torná-los boas bases indutivas. Temos, portanto, na caracterização dos tipos naturais, uma mão-dupla, de um lado a natureza oferece diversas estruturas que nossos aparatos teóricos e conceituais usam como matéria prima, mas, de outro lado, a separação dessas estruturas independentes em tipos é resultado de uma prática humana.

Além da dupla concepção dos tipos naturais como fruto tanto da pragmática das ciências como da natureza, acrescentamos também, conforme Boyd, a noção dos agregados homeostaticamente agrupados, que se caracterizam por serem uma família de propriedades agrupadas de modo contingente e que se repetem em um número importante de casos devido à tendência à estabilidade de propriedades que os organismos possuem. Como consequência, perdemos as condições necessárias e suficientes que, frequentemente, são lembradas por caracterizarem os tipos naturais. Todas estas adaptações foram pensadas especialmente dentro do estudo da filosofia da ciência sobre os tipos naturais, mas adaptaram-se muito bem aos propósitos naturalistas de aproximar tipos naturais e morais.

Concluimos com a possibilidade de que termos morais relevantes como 'bom' podem ser adequadamente entendidos como se referindo a agregados de propriedades positivos para o florescimento humano, que poderíamos descobrir após algumas investigações psicológicas, sociológicas e antropológicas. Como consequência imediata de tal aproximação, sustentamos que é possível aplicar a semântica causal aos tipos morais,

muito embora seus formuladores originais tenham sido céticos sobre esta possibilidade.

Horgan e Timmons (H&T), por sua vez, formularam uma nova dificuldade semântica para o realismo naturalista: a *Terra Gêmea Moral*, que exploramos no capítulo III. A  $T^{GM}$  é um experimento mental que pretende, como o argumento da questão em aberto, refutar as bases semânticas do naturalismo e assim demonstrar sua inviabilidade metafísica. Para discutir as bases da semântica causal na moralidade, H&T tentam mostrar que a proposta naturalista não consegue abarcar adequadamente nossas intuições sobre o discurso moral.

O argumento de H&T nos sugere fazer um experimento mental em que se postule a existência, em alguma galáxia distante, de um planeta idêntico à Terra em todos os seus aspectos, a Terra Gêmea Moral. Há na  $T^{GM}$  um grupo de habitantes que falam um idioma muito similar ao português e empregam termos como 'bom<sub>G</sub>' e 'mau<sub>G</sub>' em contextos muito similares aos nossos contextos morais. Contudo, o experimento nos sugere imaginar que, na Terra, as propriedades morais que regulam o uso dos termos morais são distintas das propriedades que regulam o uso dos termos morais na  $T^{GM}$ . Em ambos os casos, estamos diante de propriedades funcionais cuja essência é caracterizada funcionalmente pelos pontos principais de uma teoria normativa específica, mas na Terra essa é uma teoria consequencialista  $T_C$ , e na  $T^{GM}$ , é uma teoria deontológica  $T_D$ .

Dado esse cenário, como podemos explicar adequadamente as diferenças entre a Terra e  $T^{GM}$ ? H&T nos apresenta duas respostas possíveis: (1) *ou os termos morais são designadores rígidos e, portanto, os termos morais gêmeos possuem significados distintos dos termos morais da Terra, ou (2) os termos morais e os gêmeos possuem o mesmo significado e as diferenças que observamos são diferenças de crenças morais e teorias normativas.*

Caso a semântica naturalista proposta para o realismo moral seja verdadeira, nos dizem H&T, então a resposta (1) deveria ser a intuitivamente mais aceitável, mas isso não acontece: Se assumirmos que termos morais são designadores rígidos, então, diante de um conflito entre terráqueos e seus gêmeos sobre algum caso moral específico, não seria certo dizer que há, de fato, um conflito moral, pois os termos teriam significados distintos. Por outro lado, a possibilidade (2) também não traz

esperanças ao realista. Se termos para tipos morais não são designadores rígidos e propriedades distintas podem desempenhar a mesma função moral em outros mundos, o naturalista acaba sendo lançado em uma visão relativista da moral em que o significado dos termos morais depende, não de um conteúdo objetivo ao qual os termos morais se referem, mas de questões culturais, sociais ou psicológicas.

Ao longo do capítulo III, entretanto, pudemos elencar três formas de lidar com o problema apresentado pela  $T^{GM}$ : (i) Apelo às intenções referenciais; (ii) Erro referencial; (iii) Diferenças fundamentais entre a  $T^{GM}$  e a  $T^G$  de Putnam. Brevemente, Copp e Brink, na primeira estratégia buscam acomodar as intuições levantadas no experimento de H&T levando em consideração um elemento extra da teoria semântica que não foi levado em conta: as *intenções referenciais* dos falantes. Assumindo essas intenções, talvez seja possível acomodar as intuições relativistas levantadas pelo argumento da  $T^{GM}$ . Podemos dizer que as intuições dos falantes são trazidas porque há, em alguma medida, uma sobreposição no uso e extensão dos termos morais e dos seus gêmeos. Assim, poderíamos dizer, como Copp, que os interesses nos usos dos termos morais e seus gêmeos são os mesmos e, portanto, em alguma medida, os termos gêmeos são boas traduções para nossos termos morais. A intuição de desacordo entre os julgamentos feitos com 'bom' e 'bom<sub>G</sub>' seriam construídas, não porque os termos captam as mesmas propriedades objetivas, mas porque em um sentido prático, os termos possuem as mesmas utilidades e, portanto, podem haver desacordos sobre o que deve ou não ser feito em uma dada situação.

A segunda estratégia desenvolvida também por Copp levanta a possibilidade de *erro de referência*: podemos admitir que os termos morais e os gêmeos designem a mesma propriedade. Neste caso, se os gêmeos e os terráqueos entram em desacordo sobre uma questão moral, é provável que em algum dos mundos o termo esteja sendo usado de forma incorreta ou incompleta. O erro poderia residir tanto em pressuposições empíricas falsas, como acreditar que uma ação possui a propriedade natural  $N$  que regula o uso do termo 'errado', enquanto na verdade não possui, como também pode residir em uma compreensão errada sobre a extensão dos termos morais. Embora isso pareça estranho para tipos rígidos como água, quando lidamos com tipos funcionais, como é o caso de tipos morais, isso não é tão estranho assim. Se a teoria moral por trás dos julgamentos morais da  $T^{GM}$  for menos completa que a da Terra e, em decorrência desta falha, os moralistas gêmeos usarem os termos

morais de formas distintas, isso não implica que os termos morais gêmeos tenham significados distintos dos nossos termos morais. Poderíamos sustentar que, apesar deste erro, é possível existir uma teoria moral mais completa e mais forte sobre a referência dos termos morais em que tanto eles quanto seus gêmeos teriam o mesmo referente.

A terceira estratégia que elencamos ressalta que o experimento de H&T não é análogo ao experimento de Putnam e que, portanto, é irrelevante para determinar se as nossas intuições no caso moral são distintas daquelas levantadas nos casos naturais. Há, segundo D&L&M, pelo menos três diferenças importantes:

(i) em primeiro lugar, está muito claro no experimento de Putnam que ‘água’ não se refere a  $X_YZ$  na Terra.  $X_YZ$  não é uma descrição plausível da natureza química da água. Contudo, teorias deontológicas e consequencialistas são ambas teorias normativas plausíveis, o que poderia induzir os falantes a pensarem que estamos lidando com os mesmos referentes na Terra e na  $T^{GM}$ , porque, originalmente, estas teorias se referem as mesmas *coisas*.

(ii) A segunda diferença importante é que ‘água’ não nomeia um tipo funcional como é o caso de termos morais. As intuições levantadas no experimento poderiam ser explicadas apelando ao fato de que tipos funcionais podem ser instanciados por diferentes arranjos de propriedades. Portanto, perceber um núcleo em comum entre os termos morais e seus gêmeos poderia ser suficiente para que eles contassem como de um mesmo tipo na intuição de um falante competente.

(iii) A terceira dessimetria ao experimento de Putnam é que não existe  $H_2O$  na Terra Gêmea. No lugar de  $H_2O$  encontramos  $X_YZ$ . Mas quando admitimos que a  $T^{GM}$  possui habitantes muito parecidos conosco acabamos admitindo, também, que as propriedades morais são instanciadas neste outro planeta, ainda que, por alguma razão, os gêmeos não se importem com elas. Esta peculiaridade pode confundir nossas intuições. Se admitíssemos que  $H_2O$  fosse também instanciado na Terra Gêmea e nas mesmas amostras que contenham  $X_YZ$ , não é impossível pensar que as intuições dos falantes levariam à conclusão de que ‘água<sub>G</sub>’ se refere também a  $H_2O$ .

Levando em consideração essas três dessemelhanças, a Terra Gêmea Moral pode ser reformulada de modo realmente análogo ao experimento de Putnam, e é nessa reformulação que devemos analisar se as nossas intuições são contrárias àquelas despertadas para tipos naturais. Na  $T^{GM}$  reformulada de D&L&M, há apenas

duas diferenças importantes entre a T<sup>GM</sup> e a Terra: (1) embora os habitantes da T<sup>GM</sup> se pareçam muito conosco externamente e falem uma língua muito parecida com o português, eles não são humanos (para garantir que as nossas propriedades morais não sejam instanciadas na T<sup>GM</sup>) e (2) nada na T<sup>GM</sup> desempenha o papel funcional associado com nossas propriedades morais daqui da Terra.

Neste caso, nossas intuições parecem muito mais alinhadas ao experimento original de Putnam, pois parece que os termos morais e seus gêmeos não possuem o mesmo referente. Entretanto, contrariamente ao que H&T sugerem, isso não significaria, necessariamente, um xeque-mate para o naturalismo, pois o mundo postulado no experimento reformulado é tão estranho que não temos tanta certeza se existe, realmente, um fenômeno moral nele.

Por outro lado, poderíamos insistir que os habitantes da T<sup>GM</sup> são humanos e compartilham suas características mais importantes conosco, mas, ainda assim, as propriedades morais instanciadas na T<sup>GM</sup> não são idênticas às nossas. Neste caso, assumindo que os tipos morais possuem uma alta plasticidade composicional, podemos defender que conjuntos de propriedades distintos são capazes de instanciar o mesmo fenômeno moral. A múltipla realização não será problemática se ela operar por meio de mecanismos de substituição que mantenham a integridade configuracional do evento. Garantida essa estabilidade configuracional, podemos admitir que as diferentes realizações percebidas são realizações de um mesmo fenômeno e alvo das mesmas investigações. Assim, as divergências entre terráqueos e seus gêmeos serão desacordos morais genuínos, ainda que os termos morais possuam como referentes, propriedades distintas.

No caso do experimento de H&T, poderíamos dizer que, tanto na Terra quanto na T<sup>GM</sup>, temos fenômenos morais porque podemos admitir que as diferentes propriedades selecionadas pelos termos morais são constitutivas de um mesmo tipo de fenômeno: As propriedades morais podem *sobrevir* a arranjos de diferentes propriedades devido à alta plasticidade composicional dessas propriedades. Isso nos autoriza dizer que existe uma atividade moral em comum entre as sociedades da Terra e da T<sup>GM</sup> justificando, assim, nossas intuições de que existe um desacordo moral genuíno entre os terráqueos e seus gêmeos, mas sem precisar abandonar e nem mesmo alterar a proposta realista naturalista apresentada.

---

## REFERÊNCIAS

BALDWIN, Thomas. *G. E. Moore*. Routledge, 1992.

BLOOMFIELD, Paul. Opening Questions, Following Rules. In.: *Metaethics after Moore*. ed.: Terry Horgan e Mark Timmons. Oxford, 2006.

BOYD, Richard. Kinds, Complexity and Multiple Realization: Comments on Millikan's 'Historical Kinds and the Special Sciences'. In.: *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, vol. 95, nº. ½, 1999, p. 67 – 98.

\_\_\_\_\_. How to be a Moral Realist? In: SAYRE-McCORD, G. *Essays on Moral Realism*. Cornell University Press, 1988, p. 105–135.

\_\_\_\_\_. Finite Beings, Finite Goods: The Semantics, Metaphysics and Ethics of Naturalist Consequentialism. Part I. In.: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. LXVI, nº 03, Maio/2003 p. 505 – 553.

\_\_\_\_\_. Finite Beings, Finite Goods: The Semantics, Metaphysics and Ethics of Naturalist Consequentialism. Part II. In.: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. LXVII, nº 01, Julho/2003 p. 24 – 47.

\_\_\_\_\_. Kinds as the Workmanship of Men: Realism, Constructivism, and Natural Kinds. In.: *Rationalist, Realisms*, vol. 3, p. 52 – 89.

\_\_\_\_\_. Materialism Without Reductionism: What Physicalism Does Not Entail. In.: *Readings in the Philosophy of Psychology*, vol 1. ed.: Ned Block. Harvard: Harvard University Press, p. 67 – 106, 1980.

\_\_\_\_\_. Realism, Anti-foundationalism and the Enthusiasm for Natural Kinds. In.: *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, vol. 61, nº. 1/2, The Twenty-Ninth Oberlin Colloquium in Philosophy, 1991 p. 127-148.

\_\_\_\_\_. What Realism Implies and What It Does Not. In.: *Dialectic*, vol. 43, 1989 p. 5 – 29.

BRINK, David O. *Moral Realism and the Foundations of Ethics*. Cambridge University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. Realism, Naturalism, and Moral Semantics. In.: *Social Philosophy and Policy*, vol. 18, 2001, p. 154 – 176.

COPP, David. Milk, Honey, and the Good Life on Moral Twin Earth. In.: *Synthese*, vol. 124, 2000, p. 113 – 137.

DAWSON, A. LAURENCE, S. MARGOLIS, E. Moral Realism and Twin Earth. In.: *Facta Philosophica*, vol. 1, 1999, p. 135 – 165.

FRANKENA, William K. *The Naturalistic Fallacy*. Disponível em: <<http://mind.oxfordjournals.org/>> at University of Connecticut on May 28, 2015.

FREGE, F. L. Gottlob. *The Foundations of Arithmetic*. Trad. de John Langshaw Austin. Blackwell, 1950 [1884].

GARSON, James. Modal Logic. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/logic-modal/>>.

GLYMOUR, Clark. *Thinking Things Through: An Introduction to Philosophical Issues and Achievements*. MIT Press, 1992.

GOODMAN. Nelson. *Facts, Fiction, and Forecast*. Harvard University Press, 4ªed., 1946.

HACKING. Ian. A Tradition of Natural Kinds. In.: *Philosophical Studies* vol. 61, 1991 p. 109 – 126.

HORGAN, T. TIMMONS, M. Troubles for New Wave Moral Semantics: 'The Open Question Argument' Revived. In.: *Philosophical Papers*, vol., 21, 1992, p. 153 – 175.

\_\_\_\_\_. Copping Out on Moral Twin Earth. In.: *Synthese*, vol. 124, 2000, p. 139 – 152.

HUME, David. Ensaio acerca do Entendimento Humano. Trad.: Anoar Aiex. São Paulo: Edusp, 1972 [1748].

\_\_\_\_\_. *Tratado da Natureza Humana*: Uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. Trad.: Débora Danowski. São Paulo: Unesp, 2ªed. 2009 [1739].

IMAGUIRE, Guido. O Conceito de Identidade no Naturalismo. In.: *Filosofia Unisinos*. Janeiro/Abril 2006, p. 72 – 86.

JACKSON, Frank. *From Metaphysics to Ethics: A Defense of Conceptual Analysis*, Oxford, 1998.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad.: Marilena de Souza Chauí Berlinck. São Paulo: Abril Cultural, 1974 [1787].

KRIPKE, Saul. *Naming and Necessity*. Blackwell. 5ª ed., 1990. [1980]

LANGFORD, Cooper. H. The Open Court Publishing. Moore's notion of analysis. In.: *The Philosophy of G. E. Moore*, 3ª ed, ed.: Paul Arthur Schilpp, 1968 [1942], p. 319 – 342.

LEIBNIZ, Gottfried. W. *Monadologia*. Tradução de Adelino Cardoso. Lisboa: Universalia, 2016 [1720].

LIPTON, Peter. *Inference to the Best Explanation*. In.: Routledge, 2ªed., 2004.



MOORE, George. E. *Princípios Éticos*. Trad.: Luiz J. Baraúna, Pablo R. Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MORTARI, César. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MUSGRAVE, Alan. The 'Miracle Argument' for Scientific Realism. In.: *The Rutherford Journal*, vol. 2, 2006 – 2007. Disponível em: <http://www.rutherfordjournal.org/current1.html>.

PLATÃO. *Mênon*. Tradução de Maura Inglésias. São Paulo: Loyola, 2001.

PUTNAM, Hillary. Mathematical, Matter and Method. In.: *Philosophical Papers*, vol. I. Cambridge University Press, 1975.

\_\_\_\_\_. *Mind, Language and Reality*. Cambridge University Press, 2003.

QUINE, Willard Van Orman. Natural Kinds. In.: *Ontological Relativity and Other Essays*. Columbia University Press, 1969.

SILVA, Matheus M. *Moore e os Intuicionistas Contra o Naturalismo*. Disponível em [https://criticanarede.com/eti\\_aqa.html](https://criticanarede.com/eti_aqa.html). 2006.

TEIXEIRA, Célia. Analiticidade. In.: *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Eds.: João Branquinho e Ricardo Santos, 2015.

TIMMONS, Mark. *Morality without Foundations: A Defense of Ethical Contextualism*. New York: Oxford University Press, 1999.

ROSA, Luis Fernando M. *Uma Análise Formal Sobre os Paradoxos da Análise*. In.: *Redescrições*, ano 3, nº 2, 2012. Disponível em: [http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano3\\_03/luis.pdf](http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano3_03/luis.pdf).